

Milhares de estudantes
manifestaram-se frente à Assembleia

Estudantes contra a «revisão»

A Assembleia da República vota hoje uma proposta do PCP para suspender a reorganização do ensino básico e a revisão curricular do ensino secundário. Na sexta-feira passada, milhares de estudantes manifestaram-se em frente ao Parlamento exigindo que o Governo os ouça e atenda as suas reivindicações.

Págs. 5 a 7



Greves no Arsenal, Fardamento, Engenharia e OGMA



Resposta de luta

O Governo e as administrações avançam na entrega dos estabelecimentos fabris militares aos senhores do negócio privado, contra os interesses do País e dos trabalhadores. Estes intensificam as acções em defesa de um sector estratégico e onde a corrida aos lucros pode ter consequências muito graves.

Centrais

Candidatura CDU em Ourique

Mais e melhor!

Foi com a promessa de muito trabalho ouvindo as populações que o candidato da CDU à presidência da Câmara de Ourique, José Mânico Soeiro, se apresentou no passado sábado.

Pág. 13

Sindicatos prometem luta

Em defesa do SNS

O Governo «não conseguiu e não quis resolver qualquer dos graves problemas» que afectam o sector da saúde. Uma acusação feita pelas estruturas sindicais de médicos e enfermeiros.

Pág. 14

União Europeia

O fosso da pobreza

No conjunto das 211 regiões da Europa, os Açores surgem entre as oito mais pobres. Segundo os dados mais recentes, um quinto da população da UE regista menos de 75 por cento do PIB médio.

Pág. 20

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Bush

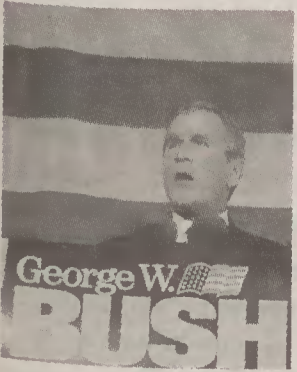
- novos desafios

O governador do Texas, eleito presidente dos EUA com menos votos que Al Gore, entrou na Casa Branca e quis dar um sinal ao mundo do modo como poderá exercer o cargo. Não é que o mundo já não o conhecesse, sobretudo o seu fervor na aplicação da pena de morte e no reacçãoarismo em quase todos os domínios político-ideológicos. E sendo certo que a matriz imperial dos EUA não muda com Clinton ou com Bush, como não mudou, ontem, com Kennedy ou com Nixon, com Carter ou com Reagan, a verdade, porém, é que há aspectos da política da nova administração que são muito preocupantes. Um deles é o bombardeamento ao Iraque sem quaisquer fundamentos e sem decisão do Conselho de Segurança da ONU. A justificação para bombardear o Iraque é infame. A ideia de que os EUA querem dar um sinal ao Iraque tem subjacente a filosofia de que os EUA são o poder da Terra, e são eles, em nome desse poder, e por cima do direito internacional, quem decide. No fundo o que a administração dos EUA pretende é fazer confundir os interesses dos EUA com da Humanidade. Ou seja, os EUA têm a missão de representar a Humanidade, e o que é bom para os EUA é bom para a Humanidade. Os EUA pretendem substituir as instituições internacionais... Realmente a desfaçatez não tem limites. As principais personagens de Bush não deixam margens para dúvidas quanto aos seus

Ou o mundo se rende a estes sinais, ou resiste.

designios. Donald Rumsfeld, secretário de Estado da Defesa, opõe-se ferozmente à ratificação do Tratado de Controlo de Mísseis Nucleares Intercontinentais (ABM)... "Pelo enfraquecimento da confiança nas armas existentes, e por inibir o desenvolvimento de novas armas capazes de responder ao mundo em mudança, o tratado terá começado uma lenta erosão no stock de armas dos EUA e dos aliados..."

Por detrás destas palavras está o famigerado programa de desenvolvimento do novo sistema antimísil. Os EUA pretendem tornar-se por um largo período de tempo, segundo os seus cálculos, imunes a qualquer ataque nuclear, através desse guarda-chuva nuclear. Até aqui a defesa dos Estados com armas nucleares assentava no pressuposto que se o outro atacasse receberia uma resposta devastadora. Agora os EUA investem num sistema que lhes permitiria dominar militarmente o mundo, pois se ficassem livres de uma resposta nuclear demoli-



dora naturalmente que a sua propensão seria agirem a seu belo prazer. Ora uma situação deste tipo deixava desde logo a Rússia, a China e a própria Europa à mercê dos designios imperiais dos EUA. As preocupações suscitadas por esse programa de "defesa" dos EUA são enormíssimas. E em todas as latitudes. Se aliarmos a este programa o propósito de utilizar a arma nuclear em primeira mão, ninguém poderá ficar com dúvidas sobre os propósitos dos EUA e, em particular, do presidente Bush. Além do mais a "justificação" de Bush para prosseguir o programa de "guerra das estrelas" não é séria. A afirmação de que estados como o Iraque, Irão ou a Coreia do Norte podem atingir com armas nucleares o território dos EUA não tem qualquer fundamento. É um pretexto.

O "sinal" ao Iraque não é um sinal apenas dirigido àquele país martirizado há dez anos por um desumano e cruel embargo que só atinge o povo iraquiano. Os bombardeamentos do superconservador sr. Bush e do supercentrista Tony Blair, o tal da terceira via, são bombardeamentos contra toda a Humanidade. São um sinal ao mundo. Ou o mundo se rende a estes sinais ou resiste. E o mundo não se vai render. Os trabalhadores, os jovens, as mulheres, os intelectuais, os pacifistas, os povos, vão lutar por um mundo onde todos os países vivam e cooperem entre si, apesar do grande império. Bush e a sua administração irão causar grandes danos à Humanidade e obrigar o mundo de novo a uma nova corrida aos armamentos. Mas é um desafio a toda a Humanidade. E se os povos se mobilizarem a paz poderá prevalecer. Não sem danos, mas prevalecerá.

Editorial

MODERNIDADES

Com a mesma facilidade com que qualquer cidadão decide ir ao cinema, ou assistir a um desafio de futebol, ou jantar fora com a família, o engenheiro Guterres decidiu realizar um congresso do partido de que é secretário-geral. Como temos visto, trata-se de uma tarefa simples: basta elaborar uma «moção», marcar uma data e esperar que o tempo passe. Elaborar a «moção» é coisa que não comporta exigências particulares, bastando ao engenheiro convidar para almoçar meia dúzia de amigos do peito e, no decorrer do repasto, alguém passar a escrito e apresentar como novas meia dúzia de projectos ideias; a marcação da data também não levanta problemas de maior: é apenas uma questão de agenda – da agenda do engenheiro, obviamente. Depois, e porque o tempo passa, chegará o dia do congresso... Cumpridas estas três regras de funcionamento partidário pró-congressual, pomposamente apelidadas de «exigências democráticas», está o congresso feito: simples, fácil, pragmático e, como não podia deixar de ser, repleto de «modernidade».

Curiosamente, nenhum dos muitos comentadores e pêcêpólogos que, gastando rios de tinta

“A política de direita foi, é e será a única, a verdadeira, a grande paixão de António Guterres”

e de saliva, utilizaram abundantemente o tempo e o espaço da comunicação social dominante com disparates sobre o recente XVI Congresso do PCP, sentiu até agora a necessidade de estabelecer comparações entre esse Congresso e esta «coisa» que o PS vai realizar em finais do mês de Março.

Ao debate amplo e democrático, envolvendo milhares de militantes comunistas na definição das orientações do PCP – numa demonstração de participação militante única no quadro partidário nacional – contrapõe o engenheiro Guterres um modelo de «congresso» no qual ele próprio, e só ele, decide. Assobiando para o ar face a esta realidade básica, os referidos comentadores e pêcêpólogos desnudam o seu conceito de democracia em matéria de funcionamento partidário.

Este «congresso» do PS nasce da necessidade desesperada, sentida por António Guterres, de procurar iludir as causas do mar de problemas que ameaça submergir a sua lastimável governação. Levando por diante uma política que tem como beneficiários privilegiados os grandes grupos económicos – a qual, por isso mesmo, penaliza impiedosamente todos os que trabalham e vivem do seu trabalho – política que, no plano externo, se caracteriza por uma obediência servil aos ditames do imperialismo

norte-americano – a qual, por isso mesmo, penaliza gravemente a independência e a soberania nacionais e torna Portugal conivente nos mais brutais crimes contra a humanidade – o engenheiro Guterres desdobra-se em malabarismos linguísticos com os quais pretende esconder as razões reais dessa governação.

Os apelos de António Guterres à «permanente modernização de Portugal», as suas «paixões» assolapadas pela «educação», pela «qualificação profissional», pela «saúde», pela «segurança social», pela «internet» – enfim, pela «modernidade»... – não conseguem esconder a realidade nua e crua: o secretário-geral do PS, nessa qualidade e na de Primeiro-Ministro é, de facto, um fidelíssimo defensor dos interesses do grande capital nacional e internacional e do imperialismo norte-americano.

E é para bem continuar a cumprir esse papel que avança, agora, com a recauchutada tese da «governabilidade», cuja, na realidade, não passa da repetição trapalhona e mal mascarada da prática de fingir acenos ao PCP para melhor prosseguir a aplicação da política de direita. Porque, como a realidade mostra todos os dias, a política de direita foi, é e será a única, a verdadeira, a grande paixão de António Guterres.

Decretando que «dez por cento do eleitorado não têm partido que faça a sua mediação política para que possa contribuir para a governabilidade do país» e que tal situação constitui «uma anomalia», o secretário-geral do PS pretende impor apoios à sua política de direita. E é de dedo em riste e em discurso de contornos de duvidosa democraticidade que sentencia: «os partidos políticos à esquerda do PS (leia-se: o PCP) têm de compreender que não têm direito de continuar a recusar a dez por cento do eleitorado qualquer participação na construção da governabilidade do país e por isso têm um problema de modernização que devem pôr a si próprios».

Dando de barato o provincianismo patente neste discurso travestido de moderno mas tresandando a bafio, importa lembrar mais uma vez ao seu autor que a «modernização» que ele exige ao PCP – ou seja, o apoio dos comunistas à política de direita decorada com meia dúzia de promessas de esquerda – não tem a mínima viabilidade. Na realidade, essa «modernização para a governabilidade» não passaria de uma traição à vontade inequívoca de um importante segmento do eleitorado que não desiste de lutar – nas ruas, nas empresas, nas escolas, nas urnas – contra a política de direita e por uma alternativa de esquerda.

Faça Guterres uma política que favoreça os interesses dos trabalhadores – que, porque são os verdadeiros produtores da riqueza, constituem a verdadeira força do País; uma política na qual os interesses de Portugal sejam postos à frente dos interesses do imperialismo; uma política que tenha como preocupação permanente o enriquecimento do conteúdo democrático do regime; enfim, uma política de esquerda – e poderá contar com o apoio não só dos desejados «dez por cento» mas de muitos mais que, descontentes com a política de direita, se têm refugiado numa passiva e negativa abstenção.



Parlamento vota hoje reformas do básico e do secundário

● Isabel Araújo Branco
Texto

● Jorge Caria
Fotos

PCP contra a elitização do ensino

O grupo parlamentar comunista acusa o Ministério da Educação de ter desenvolvido um processo pouco transparente e de estar de costas para a realidade das escolas. Os estudantes dos ensinos básico e secundário partilham as acusações. Na sexta-feira, milhares de estudantes voltaram a manifestar-se na Assembleia da República.

A Assembleia da República vota hoje o pedido de apreciação parlamentar (ratificação) sobre a reorganização curricular do ensino básico e da revisão curricular do ensino secundário, apresentado pelo grupo parlamentar do PCP, na sexta-feira.

Nesse dia, milhares de estudantes voltaram a manifestar-se em frente ao Parlamento, exigindo serem ouvidos e prometendo não baixar os braços até que as suas reivindicações sejam satisfeitas: a suspensão da revisão curricular, a implementação da lei da educação sexual, a alteração do acesso ao ensino superior e a melhoria das condições materiais e humanas das escolas. «Estudantes unidos jamais serão vencidos!», cantavam em coro.

Para a deputada comunista Luísa Mesquita, este debate é mais uma oportunidade para que o Governo e particularmente o grupo parlamentar do Partido Socialista «reconheçam que apresentaram, de costas para o país, um vasto conjunto de alterações ao sistema educativo, que evidenciam um profundo desconhecimento da realidade que faz o dia-a-dia das escolas portuguesas».

«O Governo conseguiu, sem dificuldade, que professores, educadores, investigadores, estudantes, pais e encarregados de educação, em total sintonia, se manifestassem contra as reformas

propostas. O Governo conseguiu ficar a falar consigo próprio e a este solilóquio chamar diálogo», afirmou a deputada, na sua intervenção perante o hemiciclo, na semana passada.

Estudantes, professores e pais estão em sintonia contra as reformas

Luísa Mesquita considera que os diplomas publicados pelo Ministério da Educação «são o espelho fiel de uma tutela que se autoconsidera dona e senhora das únicas soluções possíveis, porque superiormente iluminada».

«Só assim se entende que o senhor ministro da Educação continue a afirmar que toda a comunidade educativa foi ouvida e também o Conselho Nacional de Educação e, simultaneamente, todos estes interlocutores afirmem não reconhecer as suas propostas nos diplomas agora publicados», sustentou.

Processo pouco transparente

O PCP afirma que o processo foi pouco transparente e mais ou menos silencioso. Luísa Mesquita lembra: «Inicialmente o Governo declarava que não haveria reformas nem revisões, mas sim pequenos ajustes à anterior reforma ainda em curso. Logo depois considerava que afinal havia revisão mas não reforma. Entretanto, propunha-se em algumas escolas do ensino básico experiências de gestão flexível de currículos sem que os intervenientes



Milhares de estudantes frente a São Bento, na passada sexta-feira

fossem informados dos objetivos das alterações propostas. Simultaneamente eram enviados para as escolas formulários que passariam a constituir, na opinião do Ministério da Educação, objecto de prova de um diálogo amplo, rigoroso e aprofundado com os professores.»

E aponta como grandes consequências destas reformas a diminuição da administração central face às condições de financiamento, de equipamento e de oferta curricular das escolas, bem como o adiamento do combate às desigualdades sociais, a elitização do sistema, pondo em causa a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos.

E as condições?

Dizendo que há falta de informação e que a informação existente é distorcida, Luísa Mesquita pergunta porque se abrem vagas em cursos de áreas onde o mercado de emprego está saturado e a empregabilidade se está a revelar reduzida, e se mantém praticamente inalterado o *numerus clausus* em áreas profissionais grandemente defici-

tárias e portanto aptas a receber todos os licenciados que o sistema educativo produz.

«Sr. ministro, basta ler as estatísticas publicadas e descobrirá quantos milhares de jovens não frequentam os cursos que desejariam, exactamente porque o Governo prometeu e não cumpriu.»

O grupo parlamentar comunista recorda que a reforma prevista para o ensino básico surgiu da generalização de uma experiência que tinha como âmbito, exclusivamente, uma gestão flexível dos currículos. E que não foi objecto de nenhuma avaliação, nem em relação ao seu desenvolvimento nem aos resultados obtidos.

«Fundamentar uma reforma de toda a escolaridade obrigatória numa mera gestão flexível de cargas horárias é no mínimo preocupante e didáctica e pedagogicamente questionável», acusa Luísa Mesquita.

A deputada considera que esta decisão poderá produzir resultados desiguais de escola para escola, em função do número de horas que é atribuído a cada disciplina, com reflexos em termos de desigualdade de aprendizagens por parte dos alunos.

«Propõem-se escolas de primeira e de segunda qualidade», sustenta Luísa Mesquita, lembrando que, no 1.º ciclo do ensino básico,

«Diz o senhor ministro da Educação que faltam os currículos, a avaliação, os programas, a organização e o apetrechamento das escolas, a exigência de maiores recursos humanos e de maior qualidade, a formação dos professores, a informação às escolas, aos estu-

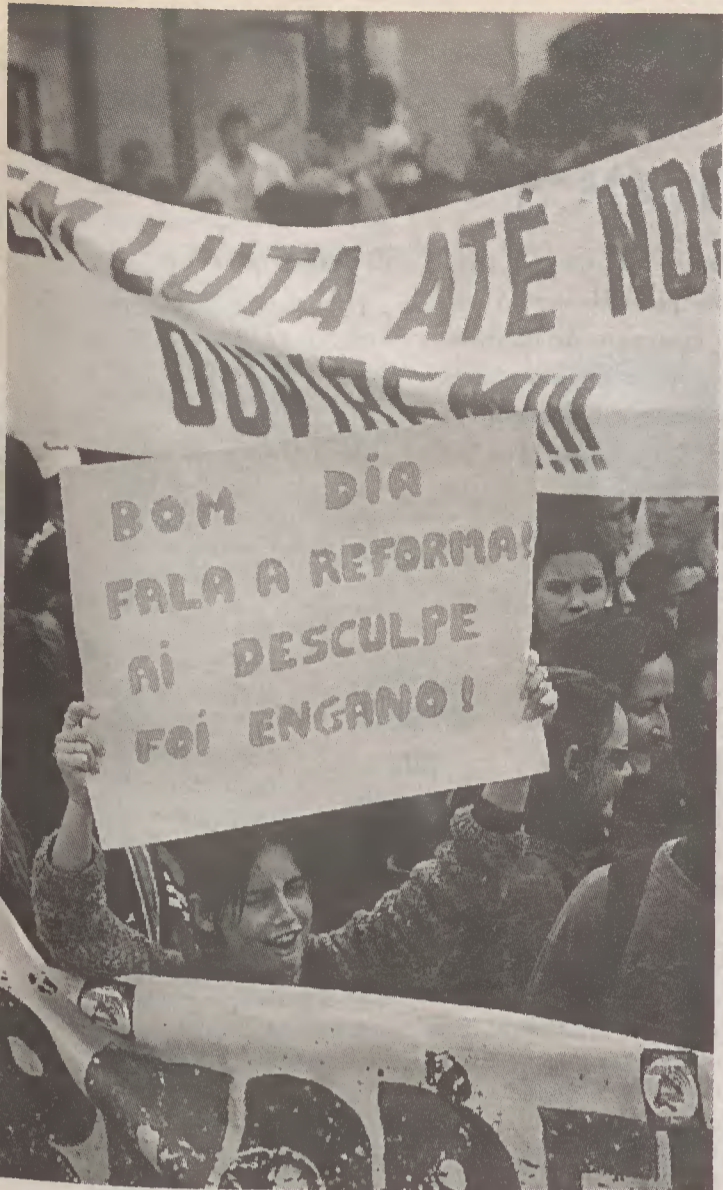
dantes e às famílias. Como é possível, perante este diagnóstico, propor ao País uma reforma sem pés para andar? Como é possível propor ao País uma reforma que não passará, na sua quase totalidade, de intenções inscritas no papel?», questionou.

Escolas de primeira e de segunda

Os novos elementos são opcionais e a sua escolha far-se-á de acordo com as condições existentes nas escolas. Para a deputada, isto põe em causa a igualdade, a equidade e a universalização a todas as crianças das medidas propostas.

Os deputados comunistas recordam que a reforma proposta para o ensino secundário assenta em opções formuladas em abstracto. Esta situação «obrigaria, no mínimo, em nome do bom senso, à existência de um período experimental prévio que permitisse avaliar da sua adequação à realidade das escolas que temos», afirma Luísa Mesquita.

«O Governo não pensa assim, daí que o 10.º ano entrará em vigor em Setembro de 2002 e o ciclo de mudança terminará em Julho de 2005. Depois logo de ver. O período de experimentação é tão mais necessário, quando se inscrevem algumas propostas propiciadoras da desigualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos dos alunos», acrescenta.



Falta de condições Será mesmo uma escola?

Uma das reivindicações dos estudantes é a melhoria das condições das escolas. Tânia Baptista frequenta a Escola Secundária Jaime Cortesão, em Coimbra, um exemplo típico das instalações das escolas portuguesas.

«A minha escola já foi um convento e um manicómió. São instalações muito antigas», diz Tânia. E os problemas são muitos: há falta de laboratórios, ao ponto dos alunos de Química do 12.º ano não poderem ter aulas práticas; os aquecedores não podem ser ligados, porque a instalação eléctrica é velha; as salas de aula são pequenas e, nas turmas de 40 alunos, há quem tenha de partilhar carteiras ou sentar-se ao colo dos colegas; não há sala de convívio; o bar e a cantina são muito pequenos.

Mas o problema que os alunos mais sentem é a falta de um ginásio. Sempre que têm aulas de Educação Física têm de se deslocar ao Estádio Universitário. «Temos de andar um quilómetro e atravessar a Ponte de Santa Clara. Chegamos atrasados àquela aula e depois ainda temos de voltar, faça chuva ou faça sol. Há pessoal que não vai às aulas, porque fica todo molhado», conta Tânia.

A escola não se pode expandir por falta de espaço e não há perspectivas de mudança para outras instalações. «Por causa do diploma de autonomia e gestão, a escola não tem muito dinheiro», explica Tânia. «Temos de ir para outras escolas, mas o pessoal gosta muito de andar ali, porque tem um ambiente bom e as pessoas dão-se bem.»

A situação de Tânia é ainda mais grave, pois mora fora de Coimbra. Levanta-se todos os dias antes das sete da manhã e chega a casa às sete e meia da noite. «Às vezes tenho de pedir para sair mais cedo das aulas e perco a matéria para poder apanhar a camioneta e chegar a casa a horas decentes. E as camionetas são muito velhas e os bilhetes são caros...»

Mesmo assim, Tânia não desiste de seguir a sua vocação: Medicina. «Tenho de estudar, tenho de me esforçar. Por vezes até tenho de ficar na escola a estudar.»



JCP exige suspensão da revisão curricular

Os jovens comunistas partilham as reivindicações dos estudantes e pedem uma intervenção séria nos ensinamentos básico e secundário, com a participação de professores e alunos.

A JCP exige a suspensão da reorganização curricular do ensino básico e da revisão curricular do ensino secundário. Esta exigência foi reafirmada numa conferência de imprensa realizada, na tarde de quinta-feira, um dia antes da manifestação nacional dos estudantes.

A Comissão Política da JCP manifesta a sua solidariedade com a luta dos estudantes e afirma partilhar os principais pontos reivindicativos. «Temos amanhã a oportunidade de suspender um processo precipitado e negativo, criando a dinâmica necessária a uma intervenção séria e rigorosa nos ensinamentos básico e secundário», salientou a deputada, do PCP, Margarida Botelho.

«Consideramos que deve iniciar-se um processo de auscultação e discussão com toda a comunidade educativa, particularmente com os legítimos representantes dos estudantes, as suas associações», afirmou a deputada, realçando que o Governo e o Partido Socialista estão sozinhos a defender esta revisão curricular, atacada por pais, professores, estudantes e técnicos.

Igualdade de oportunidades

«Para nós, é óbvia a intenção elitista por trás desta proposta, ao cavar cada vez mais cedo o fosso entre os cursos "claramente orientados para a integração no mercado de trabalho" e os "claramente orientados para o prosseguimento dos estudos"», declara a JCP.

Para os jovens comunistas, esta distância revela-se na ausência de um tronco comum entre os cursos tecnológicos e os de carácter geral e a possibilidade dos estudantes da via tecnológica se verem obrigados a uma formação complementar pós-12.º ano para aceder ao ensino superior.

«Consideramos que o ensino secundário deve proporcionar aos estudantes, inde-

pendentemente da via em que estão, o acesso em igualdade de oportunidades quer ao ensino superior quer ao mercado de trabalho», lê-se na nota de imprensa.

Da mesma forma, a Comissão Política da JCP classifica de «grave» a desresponsabilização do Governo sobre a vida das escolas, que se estende nesta revisão aos próprios conteúdos curriculares das disciplinas.

Reivindicações

A JCP defende a eliminação progressiva do *numerus clausus*, enquanto restrição quantitativa global. «Apesar da promessa eleitoral do par-

tido do Governo no sentido de eliminar o *numerus clausus*, a verdade é que temos assistido a uma manobra profundamente demagógica no que diz respeito ao acesso ao ensino superior: ao colocar mais e mais obstáculos nas provas e exames de conclusão do ensino secundário, o Governo "retém na fonte" muitos milhares de candidatos, evitando que estes sejam contabilizados como tendo ficado à porta do ensino superior», sustentou Margarida Botelho.

Quanto às más condições materiais e humanas das escolas nacionais, os jovens comunistas lembram que tem vindo a denunciar há muito a falta de laboratórios, de pavilhões gimnodesportivos e as instalações provisórias há dezenas de anos, realidade que classificam como uma prova de que os investimentos do Governo nesta área têm sido insuficientes.

«Da mesma forma, sucedem-se os anos lectivos que começam sem que o corpo docente esteja completo e com um número de auxiliares de acção educativa abaixo do necessário», denunciam.

No que respeita à aplicação da lei da educação sexual, aprovada na Assembleia da República na sequência de uma campanha da JCP, depois de um processo lento e conturbado de regulamentação, continua sem ser aplicada nas escolas. «A falta de vontade política reflecte-se bem no facto de o Orçamento de Estado para este ano não prever verbas para o cumprimento da lei», salientou a deputada.

A Comissão Política da JCP apelou às restantes juventudes partidárias para corresponderem «aos anseios e às reivindicações das dezenas de milhares de jovens que há mais de um ano se manifestam».



A Conferência de Imprensa da JCP com Carlos Carvalhas

O mais grave da revisão

Para a deputada comunista Margarida Botelho, um dos elementos mais graves na proposta de revisão curricular é a desresponsabilização do Estado na vida das escolas. No ensino básico a oferta curricular é escolhida pelos conselhos executivos das próprias escolas, que podem optar, por exemplo, por ter ou não uma língua estrangeira.

A elitização das escolas é igualmente vista como gravosa, nomeadamente na diferenciação entre os currículos das vias de ensino e tecnológica. Para além disso, estão por regulamentar muitos elementos. Entre eles está a forma de acesso ao ensino superior dos alunos da via tecnológica, a obrigatoriedade ou

não do 13.º ano e a permeabilidade entre as duas vias.

Está ainda por saber como é que podem existir todos os 24 cursos em algumas localidades ou mesmo em alguns distritos, que hoje já enfrentam graves dificuldades. «Esta situação só vai agravar a desigualdade de oportunidades», afirmou Margarida Botelho.

Quanto à passagem da idade de eleitor dos 18 para os 16 anos, Jorge Martins, da Comissão Política da JCP, diz que os jovens comunistas estão abertos ao debate. Mas esta questão deve ser enquadrada no direito à participação, onde se inclui o movimento associativo e na necessidade dos jovens serem ouvidos.

MIRANDA DO CORVO Posto degrada-se

O novo posto de saúde avançado de Semide, iniciado há cerca de quatro anos, em vésperas de eleições autárquicas, continua sem entrar em funcionamento. Dizem uns que por não estarem terminados os acabamentos dos exteriores, parques de estacionamento, jardins e arruamentos, outros que o empreiteiro não acaba o trabalho nem entrega as chaves por falta de pagamento.

A verdade, porém, afirma a Concelhia de Miranda do Corvo do PCP, é que o novo edifício custou milhares de contos e tem no seu interior, há cerca de um ano, moderno equipamento e material informático que se vai deteriorando, enquanto os profissionais de saúde atendem os doentes em péssimas condições.

A eleita da CDU na Assembleia Municipal questionou, em Dezembro de 1999, a Câmara Municipal que lhe respondeu ser o atraso da responsabilidade da ARS Centro, mas os comunistas entendem que a Câmara e a Junta não podem «sacudir a água do capote» e exigem que estas, juntamente com a ARS, expliquem as razões deste «escandaloso arrastamento».

FAFE

A lógica do lucro

A Comissão Concelhia de Fafe do PCP alerta a população e os responsáveis autárquicos, principalmente a Câmara Municipal, para o facto de a EDP pretender mudar os seus serviços técnicos para Guimarães, pondo em causa um atendimento rápido e eficaz às solicitações dos utentes.

Tencionam a Câmara mais uma vez «pactuar com o encerramento deste serviço, como fez com a PSP e o comboio?», perguntam os comunistas. É que, a não existir oposição por parte do município, titular da concessão, a esta medida da EDP, corre-se o risco de «agora irem os serviços técnicos e amanhã encerrar também o atendimento ao público». Isto porque hoje a filosofia da EDP é simplesmente a «do lucro». Ora, se hoje já se conhece os «apagões» e os tempos de espera para comunicar uma simples avaria, não se sabe o que acontecerá aos fafenses se estes serviços forem retirados do concelho.

SINTRA

Promete e segue

Face às declarações proferidas, no dia 23 de Fevereiro, pelos ministros Jorge Coelho e presidente da Câmara Municipal de Sintra relativamente às acessibilidades rodoviárias, a Comissão Concelhia de Sintra do PCP considera que «não há uma única proposta nova». Limitam-se a repetir «promessas não cumpridas» feitas em vésperas de actos eleitorais. Neste aspecto, o PCP considera igualmente «grave» que estes responsáveis caiam na «demagogia» de, quatro meses após a discussão do PIDDAC, virem apresentar propostas então feitas pelo PCP e inviabilizadas pelo PS. Também no que respeita às acessibilidades ferroviárias, o ministro Jorge Coelho decidiu avançar com a promessa do Metro para Queluz (a juntar aos prometidos metros «virtuais» para Odivelas e Falagueira), enquanto «nada é anunciado para superar o escandaloso atraso das obras de quadruplicação da via», o que merece a viva reprovação dos comunistas.

As vias sinuosas de certa «esquerda»



Domingos
Abrantes
Membro
da Comissão
Política

Os escritos sobre a natureza, a situação, o lugar e as perspectivas da esquerda, umas vezes chamada tradicional ou tão-somente esquerda, são tão abundantes que se pode considerar quase como um facto banal. O interesse por esta produção «teórica» não está na sua novidade nem na sua criatividade mas nos traços marcantes, unificadores e duradouros que a caracterizam.

Situando-se à margem da luta de classes, esta produção é caracterizada por um profundo carácter especulativo, oscilando os seus promotores entre a euforia e o pessimismo, muito próprio da típica instabilidade da pequena burguesia.

As vitórias eleitorais de partidos socialistas e social-democratas no começo dos anos 90 foi não só apresentada como a vitória da esquerda, mas igualmente como um ponto de viragem para o início de uma época capaz de rasgar horizontes radiosos à realização dos cidadãos. Parecia indicar que a tão porfiada busca de uma terceira

Acontecimentos de importância mundial, como Seattle e sobretudo o recente Fórum de Porto Alegre, que demonstram crescer em muitos diversos extractos e meios sociais a rejeição das consequências das políticas neoliberais, representando um passo em frente no processo de tomada de consciência da necessidade e possibilidade da luta anti-imperialista, deram pretexto à nova onda de teorizações sobre o papel da «sociedade civil» no combate à globalização.

As massas populares, chame-se-lhe ou não «sociedade civil», com as suas organizações sociais, desempenham um papel insubstituível na luta pelas transformações sociais. Não é aqui que estão as discordâncias. É na tendência destes pensadores a situarem esta luta fora do quadro da luta de classes, a minimizarem o papel dos partidos da classe operária e a própria classe operária como força autónoma e

os seus sindicatos de classe. A esquerda é apresentada como uma amálgama, mas onde se percebe que não cabem os comunistas, nem a classe operária, forças já postas por eles fora da luta histórica pelas transformações sociais.

Dois exemplos

A este propósito dois artigos recentes são bastante ilustrativos.

O *Le Monde Diplomatique*, de Fevereiro, insere uma prosa a propósito da

abordagem da problemática da segurança, que pelo conteúdo e o carácter generalizante assume carácter de insulto: «Desde que a esquerda ocidental se voltou para os mercados e para uma política económica e social subordinada às exigências do patronato, é quase exclusivamente no domínio da segurança que circunscreve a sua necessidade do Estado.»

O autor não esclarece, e é pena, o que entende por «esquerda ocidental» e que forças inclui, mas uma coisa sabe, é que há uma esquerda que não se submete «às exigências do patronato» e que não limita a «necessidade do Estado» às questões da segurança, que luta pela rotura com o sistema — só que isso levaria a reconhecer o papel do movimento comunista e operário, o que não encaixa nos seus preconceitos anticomunistas.

Não se julgue que o despauteiro é caso isolado. Também no mês de Fevereiro publicou o *D. Notícias*, um artigo de João César das Neves, intitulado «Esquerda Reaccionária» que, a partir de posições de direita, chegam ao mesmo.

O autor acusando a esquerda (indistinta) de se ter tornado reaccionária, de estar do mesmo lado da barricada que as clínicas infames, os barões da droga, as multinacionais da pornografia e do sexo comercial, acaba a concluir que «pela primeira vez na sua história, a Esquerda deixou de representar o progresso, para defender pressões reaccionárias».

As alterações operadas na estrutura socioclassista contemporânea, em resultado da nova estrutura e organização da produção, bem como a degenerescência social provocada pelas políticas neoliberais, fazem emergir novas e diversificadas reivindicações. Mas essa realidade não anula, antes amplifica, uma outra realidade que continua patente na época contemporânea: a centralidade da luta de classes, de uma acção persistente e coerente dos trabalhadores e dos comunistas contra a exploração, por profundas transformações sociais, realidade que só não é vista por aqueles que, possuídos de preconceitos, se afeiram à concepção de uma esquerda indefinida.

///A esquerda é apresentada como uma amálgama onde não cabem os comunistas///

via — rejeitando o «capitalismo selvagem» e «o socialismo estatizante» — seria capaz de assegurar uma via de progresso assente num compromisso histórico entre uma política social e um capitalismo reformado.

Não foi preciso esperar muito tempo para se perceber a natureza especulativa em que assentava a generalidade dos escritos sobre a terceiravia. Os partidos socialistas e social-democratas chegados ao poder retomaram a política neoliberal ao serviço do grande capital. Aspectos marcantes das políticas neoliberais foram mesmo reforçados.



OLIVEIRA DE AZEMÉIS Ajudas para a fábrica do Caima

A Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis do PCP, solidária com os cerca de 60 trabalhadores da fábrica de papel do Caima, situada em Palmaz, manifesta a sua preocupação com a instabilidade em que estes vivem.

A verdade é que esta empresa centenária vinha produzindo normalmente até que o mau tempo que assolou a região atingiu as suas instalações, acarretando elevados prejuízos económicos, levando à paralisação total da sua actividade não se sabe por quanto tempo e fazendo temer pelo futuro dos seus trabalhadores, uma vez que na localidade não abundam alternativas para absorver tanta mão-de-obra.

Assim, os comunistas defendem que as entidades competentes, incluindo a própria autarquia local, exijam medidas adequadas por parte do Governo para que se proceda ao levantamento dos prejuízos e ao apoio financeiro necessário à normal laboração da empresa.

CONSTÂNCIA Urge uma nova ponte

A actual ponte rodoviária que, desde 1988, liga Constância Sul a P. Ribatejo «não corresponde minimamente às necessidades», afirma a Organização de Constância do PCP, pois o estrangulamento de tráfego rodoviário cada vez maior agravou-se em resultado das cheias que assolaram o Ribatejo e cortaram estradas, designadamente o Dique dos Vinte na Golegã.

Tendo, porém, em conta a importância desta ponte como via rodoviária local, regional e nacional, o PCP defende a construção de uma nova ponte que permita o trânsito nos dois sentidos simultaneamente.

Esta proposta foi, aliás, apresentada pelo PCP quando da discussão do PIDDAC 2001, mas os deputados do PS voltaram a votar contra, impedindo a concretização desta reivindicação que a Câmara de Constância também considera fundamental para o desenvolvimento do concelho.

SERRA EN17 necessita de obras

Também o Organismo da Serra do PCP chama a atenção para o facto de a Estrada Nacional 17 ser «um património de todos os utentes» e não «propriedade de alguém em particular».

Para o PCP, sendo «inquestionável» que esta estrada necessita de melhorias consideráveis, de uma variante a Ceira e de uma nova ponte, é igualmente inquestionável que estas melhorias só não foram ainda feitas por falta de vontade política do PS e do PSD, partidos nas presidências das câmaras e no Governo.

É certo que o presidente da Câmara de Vila Nova de Poaires tem razão quando diz que a melhoria da EN17 tem passado ao lado das câmaras de Miranda do Corvo, Gois e Lousã, mas ele perde a razão, afirmam os comunistas, quando esquece as propostas concretas de uma nova ponte, rectificação e alargamento do traçado de forma a permitir uma terceira faixa de rodagem que o PCP fez para introdução no PIDDAC e que foram chumbadas pelas maiorias, primeiro, do PSD e, depois do PS.

BENAVILA Alterações «aberrantes»

Reunida para analisar a situação política e social criada pelo Governo do PS, a Comissão de Freguesia de Benavila do PCP debruçou-se sobre as alterações à Lei Eleitoral para as Autarquias que o PS e o PSD pretendem introduzir.

Os comunistas de Benavila consideram esta proposta do PS uma «aberração», que acaba com a eleição directa do órgão Câmara Municipal e deixa «ao sabor» de quem encabeça a lista mais votada a escolha de todo o Executivo, e alertam os cidadãos da freguesia, independentemente da sua ideologia política, para que diligenciem junto dos partidos em que se revêm no sentido de impedir que tal projecto seja concretizado.

SACAVÉM Honrar compromissos

Em nota à comunicação social, a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP protesta pelo facto de o Instituto de Estradas de Portugal, demitindo-se de compromissos anteriormente assumidos - e cuja concretização passa pela via de protocolo com a Câmara Municipal de Loures -, inviabilize projectos de desenvolvimento para o Sport Grupo Sacavenense, um dos mais representativos do concelho de Loures, impedindo desta forma ao aumento da prática desportiva pela juventude da zona oriental do concelho de Loures e de receitas que «perspectivem um melhor futuro para o clube».

Comunistas da Covilhã traçam objectivos para as eleições autárquicas de 2001

Reforçar posições

«Com o PCP, um concelho de esquerda, rumo ao futuro» foi o lema a que se subordinou a 4.ª Assembleia de Organização do Concelho da Covilhã do PCP, recentemente realizada.

Na Assembleia participaram cerca de oito dezenas de militantes e simpatizantes do PCP que, reunidos na Vila do Carvalho, analisaram a actividade partidária dos últimos dois anos e a actual situação política do concelho, definindo igualmente

objectivos de organização e intervenção dos comunistas para os próximos dois anos.

Em destaque estiveram, assim, a participação e solidariedade do PCP às lutas do movimento associativo estudantil, sindical e popular e o apoio à greve dos trabalhadores dos serviços de limpeza da Câmara Municipal da Covilhã contra a tentativa de privatização do sector; à luta da popu-

lação do Casal da Serra pela reparação da estrada de acesso ao seu bairro; aos arrendatários de habitação social contra os exagerados aumentos de impostos da Câmara; aos moradores da zona das Portas do Sol e, recentemente, à luta pela construção do Centro de Saúde de Vila de Carvalho.

Nestas e noutras lutas mais gerais do povo português o PCP esteve sempre presente, em defesa dos direitos dos trabalhadores e pela melhoria das suas condições de vida.

Combater negociatas

No decurso dos trabalhos,

vários intervenientes criticaram a actual gestão PSD da Câmara Municipal, «cuja lógica de favorecimento de interesses» alheios aos cidadãos, tem vindo a «pôr em causa o futuro e o desenvolvimento coeso» da cidade e do concelho. Foi denunciado o crescente endividamento da autarquia e as suas «negociatas», bem como os erros urbanísticos que têm sido cometidos, a partidização dos órgãos municipais e a ausência de uma política capaz de fazer da cidade e do concelho «uma terra mais justa, solidária e eficiente».

A Assembleia acusou, também, o PS, hoje na oposição, de se ter revelado incapaz de «honrar compromissos», de fazer propostas e de combater «as derivas autoritárias do PSD/Carlos Pinto». Assim, o PCP e a CDU são a «única oposição», concluiu a Assembleia que traçou, ainda, os grandes objectivos do PCP, para os próximos

dois anos, entre eles o do reforço e dinamização da acção do PCP face aos problemas actuais e o aproveitamento das possibilidades existentes para o crescimento e influência do PCP.

No plano das eleições autárquicas de 2001, os participantes decidiram, entre outras medidas, concorrer no quadro da CDU à Câmara, Assembleia Municipal e a todas as freguesias do concelho; confirmar e reforçar as posições maioritárias que a CDU hoje detém na Aldeia de S. Francisco e Boidobra; conquistar a maioria noutras freguesias; reforçar posições onde se encontra em posição de minoria e alargar a presença de eleitos da CDU nos órgãos municipais.

Por fim, a 4.ª Assembleia de Organização dos comunistas da Covilhã elegeu por unanimidade uma nova Comissão Concelhia para levar por diante os objectivos traçados.

Escola Secundária da Moita

Suster degradação

Em reunião para analisar a situação política, a Comissão Concelhia da Moita do PCP deu especial atenção aos problemas da área da educação e do ensino, condenando vivamente a situação da Escola Secundária da Moita que, desde o início da sua actividade, no ano lectivo 1974/75, se encontra instalada num prefabricado «provisório», com a duração prevista de 20 anos (!).

No princípio dos anos 90, a Associação de Pais e Encarregados de Educação e a Câmara Municipal avançaram propostas de remodelação/ampliação da escola, apoiadas pontualmente por alguns dirigentes da Escola, mas que «não tiveram consequências práticas na planificação das construções escolares do Ministério da Educação», dizem os comunistas.

De facto, um Plano Global de intervenção, estudado por técnicos das construções escolares do Ministério da Educação, em 1991, e a Carta Escolar do Concelho da Moita, de 1995, confirmaram a prioridade da remodelação da escola, tendo, nessa altura, a Associação de Pais conhecimento directo «da existência de um Projecto de Remodelação da Escola no Gabinete de Construções Escolares no Ministério da Educação».

Entretanto, a crescente degradação das instalações escolares, nos últimos três anos, tornou-se insustentável para os alunos, que fizeram diversas manifestações de protesto, incluindo a paralisação de aulas, às quais o Ministério da Educação e o Governo responde-

ram com o sucessivo protelamento do início das obras, tentando fazer cair a Escola Secundária da Moita no esquecimento das construções escolares. Tudo isto, aliado à falta de programação e ao mau tempo do último inverno, levou a que as instalações «entrassem em autêntico colapso».

A Comissão Concelhia da Moita do PCP congratula-se, pois, «com a unidade verifi-

cada na luta pela remodelação das Escola Secundária da Moita, envolvendo alunos, professores, demais trabalhadores e pais» e exige do Governo e do Ministério da Educação o início faseado das obras em 2001 (na época de férias de Verão) «como condição sem a qual estão em causa a motivação para um melhor trabalho docente, o sucesso escolar e um ensino de qualidade».

Viana do Castelo

Campanha de fundos em bom ritmo

A campanha dos 20 mil contos para a reconstrução do Centro de Trabalho de Viana do Castelo atingiu, em 31 de Janeiro, os 10.137 contos, ultrapassando, assim, metade da meta que a organização de Viana se havia proposto! Para isso, contribuíram, de forma decisiva, os 7.000 contos de iniciativas.

Entretanto, a DORVIC dá conhecimento de uma nova iniciativa em preparação, um leilão de obras de arte de artistas consagrados que, entre outros nomes, tem já assegurados um desenho do

arquitecto de renome mundial, Oscar Niemeyer, um desenho original e nunca reproduzido de Álvaro Cunhal e obras de artistas portugueses como António Inverno, Chichorro, Jorge Pinheiro, José Monga, Maria Irene Ribeiro, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira e Santa Bárbara.

O leilão, que ocorrerá a 8 de Abril, está a suscitar o interesse de muitas pessoas de diversos sectores sociopolíticos, aguardando-se que outros artistas venham a aderir à iniciativa.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Américo Santos

Faleceu, no passado dia 2 de Fevereiro, com 84 anos, o camarada Américo Santos, residente na Cova da Piedade. Antigo chefe de Caldeiraria da Base Naval de Lisboa, ligou-se ao Partido logo após o 25 de Abril. Reformado há muito, só deixou de comparecer à reunião do Partido há cerca de um ano, quando o agravamento do seu estado de saúde o impossibilitou de sair de casa.

Filipe José

Com 85 anos de idade, faleceu, no passado dia 10 de Fevereiro, o camarada Filipe José, natural de Montemor-o-Novo. Membro do Partido desde 1974, fez parte da Comissão de Freguesia do Afonsoeiro e da Comissão de Freguesia do Alto/Estanqueiro/Jardia, onde actualmente estava organizado.

Inácio Barreiros

Faleceu aos 84 anos de idade, com uma broncopneumonia, o camarada Inácio Barreiros, natural de Montemor-o-Novo. Membro do Partido desde 1974, era membro da célula dos Reformados da localidade de Reguengo.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP na Galiza

O PCP, representado por Teresa Lopes, membro do Comité Central e da Comissão Central de Controlo, participou na IX Assembleia do Bloco Nacionalista Galego (BNG), que se realizou em Santiago de Compostela, nos dias 17 e 18 de Fevereiro.

O BNG é uma importante força política da Galiza, com a qual o PCP mantém relações de intercâmbio regulares.

Indefinição na Petrogal

Depois do «baile de gestores» surgem novos jogos de poder, enquanto continuam a faltar as decisões sobre questões essenciais, como a definição da estratégia da empresa a curto e médio prazo e a aprovação do plano de actividades e orçamento para o ano em curso – denunciou na semana passada a Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal. Num comunicado em que sublinha que «o futuro da Petrogal não pode ser adiado», a CCT afirma que a empresa tem sofrido «uma política e uma gestão geradoras de enorme desestabilização», com sintomas como atrasos a nível de investimentos, desmantelamento de serviços e redução brutal de postos de trabalho.

A par das «responsabilidades decisivas» que cabem ao Governo, a CCT aponta igualmente «importantes responsabilidades» à administração da Galp e à Comissão Executiva da Petrogal, e realça que «a clarificação dos aspectos essenciais relativos à Petrogal e ao seu envolvente, designadamente em termos económicos e sociais, é uma exigência dos trabalhadores que rapidamente deve ser satisfeita, com garantia do desenvolvimento de todas as actividades da empresa e do pleno respeito pelos direitos dos trabalhadores no activo e reformados».

BES sem lei

A «desenfreada e desumana exploração» dos trabalhadores é indicada pelas estruturas representativas dos trabalhadores do grupo Banco Espírito Santo como um factor que a administração oculta, quando procura justificar os lucros fabulosos do BES exclusivamente com o desempenho da gestão e as qualidades da estratégia. A Comissão Nacional de Trabalhadores, a Comissão Sindical dos Bancários do Norte e os secretariados sindicais dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas, em comunicado conjunto, acusam a administração de utilizar «a influência que lhe advém do poder económico junto de alguns órgãos de comunicação social» para passar aquela mensagem, e denuncia alguns factos reveladores da situação social e laboral que se vive no grupo: o trabalho precário prolifera, há pagamentos ilegais por recibos verdes, trabalhadores com as mesmas funções têm salários e até horários diferentes, as propostas reivindicativas são liminarmente inviabilizadas, milhares de horas de trabalho não são pagas, é imposto o desempenho de funções sem a correspondente categoria e remuneração, os ritmos de trabalho aumentaram «para níveis de autêntica escravatura».

Contra salários magros e lucros gordos

Manifestações têxteis

Centenas de trabalhadores do sector têxtil manifestaram-se em Santo Tirso e na Covilhã, prossequindo a luta por aumentos salariais de, pelo menos, 8 contos.

O secretário-geral da CGTP, presente na concentração que teve lugar dia 22 de Fevereiro, no largo frente à Câmara Municipal de Santo Tirso, salientou a necessidade de romper com os baixos salários praticados em Portugal e, com especial incidência, nas indústrias têxteis. «Esta concentração de

Paulo Oliveira, Maconde e Riopele tiveram mais de 8 milhões de contos de lucros em apenas 3 anos

trabalhadores representa uma luta que, na fase actual, precisa de ser muito desenvolvida para que se produzam mudanças», apelou Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa. Recordando que os assalariados portugueses são, em média, «muito mal pago e maltratados no trabalho», reclamou investimento tecnológico, investimento na qualificação e formação dos trabalhadores e uma evolução na orga-

nização de gestão nas empresas, «para que o País tenha um futuro de crescimento que nos aproxime da média comunitária».

Na manifestação, refere a agência, participaram mais de duas centenas de trabalhadores, que assim protestaram contra os baixos salários praticados e o boicote das negociações salariais por parte das associações patronais, designadamente nos sectores têxteis, lanifícios, malhas, vestuário, têxteis-lar, cordoaria e redes. Os trabalhadores afirmam-se «fartos de receber pouco mais que o salário mínimo nacional, numa época em que as empresas do sector dão lucros muito significativos».

«Patrões: produzimos milhões, recebemos tos-

Resultados da luta

«Foram obtidos resultados muito positivos», afirma a Fesete, num balanço da acção reivindicativa no sector, tendo por marco a greve de 26 de Janeiro.

No documento divulgado à comunicação social no dia da concentração em Santo Tirso, a federação aponta o contraste entre os negociadores das associações patronais, que «fomentaram o conflito», enquanto «mais de uma centena de empresas identificadas evitaram-no, negociando ou assumindo compromissos». Como consequência, «cerca de 23 mil trabalhadores viram aumentados os seus salários e outras componentes salariais entre os 6 e os 18 por cento» (excluindo os trabalhadores abrangidos por aumentos inferiores).

Este resultado, comenta a Fesete, demonstra que «os valores avançados pelas associações patronais, e que o Sindetex/UGT se apressou a assinar, eram insuficientes e as empresas têm possibilidades de pagar melhores salários», para além dos 4 por cento em que teimaram nas negociações.

tões», «Salário dos trabalhadores têxteis é 1,8 euro por hora de trabalho» e «Pina Moura: vivias com 67 500 escudos? Estou a ver-te!» eram alguns dos dizeres inscritos em faixas e entoados pelos trabalhadores.

Sexta-feira, na Covilhã, um cordão humano de diri-

gentes e delegados sindicais percorreu as ruas da cidade, desde a Rua da Paciência até à sede da associação patronal dos lanifícios (ANIL).

A Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, que organizou as concentrações e tem marcadas outras iniciativas para os próximos dias, chamou a atenção para os lucros obtidos por apenas 5 bancos no ano 2000 (superiores a 316 milhões de contos) e por apenas 3 empresas do sector, nos últimos três anos (2,67 milhões de contos de uma empresa têxtil, 3,43 milhões de uma empresa de lanifícios e 2,58 milhões de uma empresa de vestuário). Insurgindo-se contra as declarações do Governador do Banco de Portugal, que apelou à contenção dos salários, a Fesete/CGTP afirmou a decisão de continuar a organizar e estimular a luta dos trabalhadores por um aumento mínimo de oito mil escudos.



Os salários baixos são a base de um modelo de desenvolvimento esgotado, do ponto de vista económico, e injusto, do ponto de vista social

Siderurgia e Governo deixam 200 sem emprego

Mais 52 trabalhadores da Siderurgia Nacional Servicos, que não estavam incluídos no plano de reformas antecipadas que acompanha o encerramento da actividade siderúrgica da empresa no dia 31 de Março, passaram a ser também abrangidos pela medida, mas a outros 200 a única alternativa apresentada é o desemprego.

A informação foi dada, na semana passada, por José Osório. Este membro da Comissão de Trabalhadores da SN Servicos referiu à Lusa que a administração

da empresa decidiu manter o vínculo laboral de 52 funcionários até 22 de Julho de 2002, altura em que atingirão a idade da pré-reforma (50 anos). Naquela data deixa de vigorar o Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

O número de trabalhadores mandados para a reforma antecipada totaliza assim 596. Destes, 544 completam 50 anos até 30 de Abril, data em que perdem oficialmente o vínculo laboral com a Siderurgia. Os restantes 200, com idades inferiores a 50 anos, são

mandados para o desemprego, seja através da «rescisão amigável» do contrato ou do despedimento colectivo.

Do secretário de Estado do Trabalho a CT obteve apenas a garantia de que o Governo fará parte de uma comissão de acompanhamento do processo de reconversão e integração profissionais dos 200 desempregados. José Osório adiantou ainda que a comissão deverá ter como parceiros a CT e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

«Há perspectivas de 20 trabalhadores serem colo-

cados na SN Longos e na Lusosider (duas empresas formadas na sequência do processo de privatização da Siderurgia Nacional) e de, ao fim de um ano, outros trabalhadores serem integrados em empresas do Parque Industrial do Seixal. Mas, possivelmente, para muitos não haverá soluções imediatas», salientou José Osório, acusando o Governo de se ter alheado do plano social, «quando a decisão de encerrar a actividade siderúrgica da SN Servicos foi tomada por ele próprio».

Sindicatos de Lisboa assinalam 8 de Março

A União dos Sindicatos de Lisboa vai realizar, na próxima quinta-feira, a partir das 15 horas, na Rua Augusta, uma «tribuna de opinião pública», que tem por lema «Outros tempos, novas mentalidades – é hora de igualdade».

Integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, esta «tribuna» pretende complementar, com expressão pública, as iniciativas do movimento sindical unitário nos sectores e empresas do distrito.

Na tribuna – que terá como palco o estúdio móvel da USL – serão prestados depoimentos de dirigentes e delegados sindicais e outros trabalhadores e trabalhadoras sobre a situação actual das mulheres nos diversos locais de trabalho e sobre a intervenção sindical nesta área. De viva voz e através de um folheto da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, a par de outros documentos sectoriais, serão revelados casos de discriminação e de resistência. Fátima Messias, da Comissão Distrital de Mulheres da USL, referiu ao «Avante!» que, a par dos problemas existentes, vão ser apontadas responsabilidades e propostas alternativas.

O movimento sindical comemora o Dia da Mulher, em Lisboa e nos demais distritos, em simultâneo com a campanha da Interjovem contra a precariedade e a poucos dias da jornada nacional de luta, marcada para 24 de Março. Neste quadro, para além de valorizar o conteúdo específico das comemorações, as estruturas da CGTP aos vários níveis procuram que aqueles se articulem com os objectivos mais gerais, salientando que os problemas dos trabalhadores portugueses têm expressão agravada no que se refere à situação das mulheres. Assim, além do combate à discriminação, o 8 de Março é igualmente dia de luta pela valorização dos salários, contra a precariedade do emprego, pela efectivação dos direitos sociais e laborais, salientou Fátima Messias.

Faro

Os eleitos da CDU nos órgãos autárquicos da capital algarvia consideram que «Faro não evoluiu o que deveria e o que necessita». Quanto às respostas da autarquia, consideram-nas insuficientes e entendem que «o desenvolvimento não se pode medir pelo número de grandes superfícies comerciais implantadas». Se assim fosse, ironizam, Faro «seria o Concelho mais evoluído do Algarve ou talvez do País». A CDU de Faro considera que o desenvolvimento se mede pelo número de equipamentos e infra-estruturas que, na capital do Algarve, são insuficientes. Como prioridades, os eleitos da CDU local enumeram a construção de um Centro de Congressos, de um Parque de Exposições, de complexos desportivos, quer na cidade quer nas freguesias rurais, o alargamento da rede de saneamento básico para toda a população – que está longe de acontecer –, o estacionamento à medida das necessidades, a tomada de medidas para resolver os problemas do trânsito, a construção de espaços verdes e a adopção de medidas concretas no campo da higiene e limpeza.

Massamá

A avaliação dos problemas sentidos pela população de Massamá, freguesia do concelho de Sintra, foi o principal objectivo do encontro da CDU local. As questões das acessibilidades, saúde, cultura, educação, segurança, entre outros, foram o cerne da discussão deste encontro, «uma vez que nesta freguesia de gestão PS nada foi feito a fim de melhorar a vida das populações». As exigências do encontro vão desde a construção do Centro de Saúde, a instalação da Esquadra da PSP, o alargamento do IC19 a todo o concelho de Sintra à necessidade de construção do Pavilhão Desportivo da Escola EB 2,3 e conclusão do Polidesportivo do Casal do Olival.

Évora

A Câmara Municipal de Évora criou passes sociais para estudantes, jovens e reformados. Estas três novas modalidades surgem na sequência de uma actualização dos valores das tarifas a praticar pela empresa gestora dos transportes. Diz-nos a autarquia que, deste modo, procura ajustar, «com um grande sentido social, as tarifas praticadas nos Transportes Colectivos Urbanos, respondendo aos naturais anseios de uma fatia significativa de utilizadores das carreiras urbanas de Évora». A autarquia eborense garante que, «com a entrada em vigor destas novas medidas, são beneficiados cerca de 100 mil passageiros/ano com bilhetes pré-comprados e de motorista e 2500 passageiros permanentes com passe».

Candidatura de Jorge Gouveia Monteiro à Câmara Municipal de Coimbra apresentada no dia 21

Um projecto alternativo

O candidato da CDU à Câmara Municipal da cidade do Mondego vai ouvir as preocupações das populações e transformá-las em programa. «É assim que queremos trabalhar», assegura.

O Projecto Alternativo para Coimbra, proposto pela coligação, «assenta na experiência acumulada de centenas de pessoas que, generosamente, têm dado o seu melhor», afirma Jorge Gouveia Monteiro, membro do Comité Central do PCP, vereador sem pelouro da Câmara Municipal de Coimbra e cabeça de lista da CDU. Para realizar este projecto, «que começa por ouvir os cidadãos», como afirma a Coordenadora da CDU local, estão já previstas cinco acções para audição dos problemas. Assim, cada família receberá uma mensagem exortando-a a que indique as cinco principais medidas para melhorar a vida no seu local e residência e na cidade e será aberta uma página na internet para que todos possam dar as suas opiniões sobre aquela cidade do centro do País. Mas há mais. As associações do concelho – cívicas, recreativas, sindicais – serão ouvidas e instadas a analisar a sua relação com a autarquia, as suas críticas e sugestões. A realização de fóruns temáticos sobre as grandes áreas da competência municipal e a instalação de um grande livro de reclamações em pontos fixos do concelho são as outras formas de ouvir os munícipes para, de acordo com as opiniões, críticas e sugestões, ser esboçado o programa eleitoral, «com a nossa experiência e identidade próprias, mas com a consciência de que aqueles que intervêm na política não se distinguem apenas pelo teor do que propõem, mas também e cada vez mais pela forma como praticam a política», afirmou o candidato.

«O que nos diferencia não são as soluções técnicas de gestão, são, isso sim, os valores essenciais que desenvolvemos na experiência do dia-a-dia», dos quais o candidato destaca a prioridade absoluta ao interesse público, «visto como os direitos e as aspirações da imensa maioria da população, a começar pelos que mais sofrem com esta política injusta e errada», o apego e a entrega à participação do próprio povo na construção das soluções para os seus problemas, o compromisso com a sustentabilidade da cidade e dos seus recursos e

a valorização da identidade de Coimbra.

Uma gestão autoritária

Tanto o candidato – que declara a necessidade de «sacudir o jugo autoritário que tolhe a nossa terra» – como Jorge Alarcão, que apresentou a candidatura, teceram fortes críticas à actual gestão camarária. Jorge Alarcão, reputado intelectual coimbrão, quando falava sobre os projectos de revisão das leis eleitorais para as autarquias e da

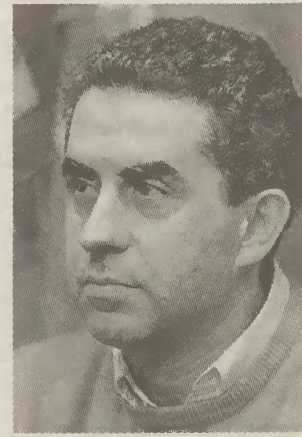
razão que o PS apresenta para justificar tais projectos, afirmou que «o que por vezes se verifica – e disso é o nosso município claro exemplo – é que as propostas alternativas são acintosamente classificadas de obstructionistas pela maioria; e críticas vindas das minorias representadas nos executivos ou oriundas das associações cívicas são com demasiada facilidade apelidadas de derrotistas».

Alarcão continuou dizendo que a «CDU apresentar-se-á às próximas eleições autárquicas não, obviamente, como a coligação que pode substituir a actual

maioria, mas como a força que pretende levar, ao seio dos futuros órgãos autárquicos, a voz dos que, sendo diferentes», querem colaborar para ao progresso da cidade. Daí a esperança que, «à volta da CDU, se reúnam descontentes mas esperançosos, mesmo que não subscrevam inteiramente o ideário político que é o desta coligação».

Sobre a cidade, Jorge Alarcão acentuou as capacidades desperdiçadas que possui aquela cidade que tem a maior percentagem de população estudantil mas que não oferece aos jovens

oportunidades de emprego, onde se acumulam e agravam os problemas de transporte e estacionamento, e cujos espaços verdes «são apenas os que herdámos do século XIX e dos primeiros anos do século XX».



Jorge Gouveia Monteiro

CDU apresenta-se em Braga...

O Encontro Concelhio da CDU de Braga, realizado no sábado, dia 24 de Fevereiro, no Hotel Turismo da cidade minhota, procedeu à análise do quadro político em que decorrerão as eleições autárquicas de Dezembro, definiu os seus objectivos e tornou públicos os seus cabeças de lista à Câmara e Assembleia municipais.

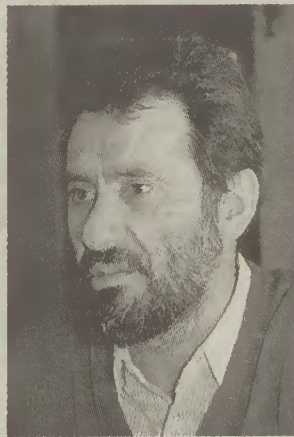
O Encontro Concelhio da CDU considerou que a «evolução extremamente negativa da situação no Concelho, em resultado de uma gestão caracterizada no essencial pela submissão aos grandes interesses económicos especulativos, imobiliários e dos grandes grupos comerciais» e que, apesar do PS ter «realizado obras de impacto para a cidade e o concelho, é uma evidência que a qualidade de vida dos bracarenses não melhorou significativamente e nalguns casos se vem até degradando em consequência, sobretudo, de um crescimento urbanístico caótico e desregulado». Para fazer face à maioria actual, os activistas bracarenses da coligação entendem que a «coligação do PSD e PP não é alternativa à actual gestão, pois não visa mais do que ocupar o mesmo espaço e servir os mesmos grandes interesses actualmente satisfeitos pela maioria socialista de Mesquita Machado há 25 anos no poder».

O Encontro entendeu que, «nesta situação, a candidatura da CDU apresenta-se, quer pelo trabalho que os seus eleitos têm

desenvolvido, quer pelo seu projecto e propostas» como a força eleitoral que pode congrega em torno de si «os muitos bracarenses que, independentemente do seu pensamento político ou ideológico, aspiram a uma mudança profunda nas políticas municipais». Como objectivos para Dezembro próximo, a CDU definiu como prioritária a possibilidade de concorrer a um maior número de freguesias do que as 52 a que concorreu em 1997 e de contribuir para pôr fim à maioria absoluta do PS, através do aumento da sua votação e do número de eleitos.

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Braga tem 55 anos e é professor. **Jorge Matos** é membro do Partido Comunista Português desde 1969 e do seu quadro de funcionários desde 1971. Em 1969 foi activista do Movimento Democrático, tendo participado no processo das eleições para a Assembleia Nacional como delegado da oposição democrática – MDP. Enquanto estudante da Universidade de Economia do Porto, pertenceu à Comissão Instaladora da respectiva Associação de Estudantes.

Depois do 25 de Abril, foi eleito para o Comité Central do PCP, a que pertenceu desde 1979 até Dezembro de 2000. Foi membro da Assembleia Municipal de Gouveia, de onde é natural, de 1982 a 1985 e de 1985 a 1989. Desde 1993 que é membro da Assembleia Municipal de Braga.



Jorge Matos

... e em S. João da Madeira

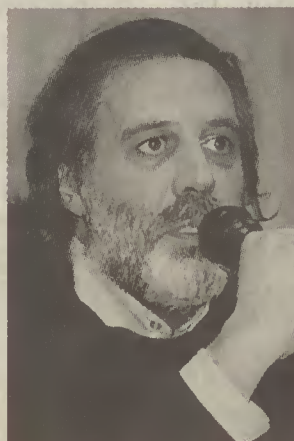
Tal como foi noticiado na última edição do *Avante!*, o candidato da CDU à presidência da Câmara de S. João da Madeira é Jorge Cortez. Apresentado no passado dia 24 de Fevereiro, o candidato afirmou que a CDU tem ideias para S. João da Madeira e acredita que é possível, com todos os sanjoanenses, «tornar esta cidade numa terra mais atraente, mais equilibrada, onde todos – sem excepção – se sintam melhor». Por ter a convicção de que a cidade precisa urgentemente de grandes alterações na gestão dos seus órgãos autárquicos e de que a CDU é a força política que melhores condições tem para liderar o processo de mudança, Jorge Cortez reafirmou a vontade da CDU para, «de mãos limpas e cara levantada, dar a cara, trabalhar, dialogar e, sobretudo, lutar pela nossa cidade».

Continuou afirmando que, «a partir deste momento a CDU inicia um processo que terá duas tarefas em simultâneo: a constituição das listas de candidatos e a elaboração do programa eleitoral; para a constituição de listas contactaremos, não só militantes e simpatizantes da coligação, mas também cidadãos sem filiação partidária». Para elaborar o programa, continuou, «contamos com um profundo

estudo e debate interno sobre a cidade e o contacto com a população e as instituições».

A composição das listas da coligação para aquele município aveirense será um processo demorado e constantemente aberto a todo e qualquer enriquecimento, afirmou o cabeça de lista que, sobre o programa, assume que este «definirá a postura e o estilo que nos propomos adoptar no relacionamento com os munícipes, com os funcionários, com as instituições da nossa cidade, com os municípios vizinhos, com o poder central, e a imagem que defendemos para S. João da Madeira». Dos problemas e das propostas da CDU, o candidato destacou a planificação urbanística, o ambiente como uma das grandes prioridades, a habitação social, o ensino, o desenvolvimento dos espaços menos centrais, o desenvolvimento económico – com particular atenção para a indústria, sempre numa perspectiva de valorização do trabalho –, a cultura e o ensino das artes, o desporto nas suas várias vertentes, a saúde, a toxicod dependência, os transportes, o trânsito.

A terminar, reafirmou que «S. João da Madeira, pela sua dimensão, pela capacidade da sua população, tem condições para ser uma cidade-modelo». Com e só com a CDU, disse.



Jorge Cortez

José Mâncio Soeiro garante ouvir as populações Mais e melhor para Ourique

● Gustavo Carneiro
Texto
● Sérgio Morais
Fotos

Foi com a promessa de muito trabalho ouvindo as populações que o candidato da CDU se apresentou, no passado dia 24, num almoço realizado na Escola Secundária daquela vila alentejana, que contou com a presença de Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP.

O candidato da CDU apon- tou baterias para o actual executivo camarário, dirigido pelo PSD, a quem acusa de ter criado no concelho uma situação

resultante «de um grande folclore político e do permanente desejo, desmedido, de fama fácil». A resolução efectiva dos problemas das populações «tem sido relegada para segundo plano»,

afirma o cabeça de lista àque- la autarquia. Esta situação é exemplificada, na opinião da CDU local, ao se verificar que o concelho de Ourique, «ao contrário daquilo que caracteriza os concelhos geridos pela CDU, ainda se encontra muito aquém na realização de obras básicas que satisfaçam as necessidades primárias das

**Os empréstimos
contraídos pela
Câmara serviram
para
«marketing»
político**

populações, permitindo assim o aumento da sua qualidade de vida». José Soeiro considerou ainda que «a realidade da gestão camarária do PSD de Ourique tem sido altamente desastrosa para o concelho, com a contratação de empréstimos atrás de empréstimos, cujo valor global ronda já o milhão e meio de contos nos últimos

dois anos, sem que se veja obra realizada».

No entender de Mâncio Soeiro, a autarquia de Ourique tem a maior fatia das culpas pelo facto da maior parte das importantes obras e infra-estruturas – de âmbito social, cultural, desportivo – se encontrarem no papel ou apenas iniciadas, algumas há já vários anos. «São

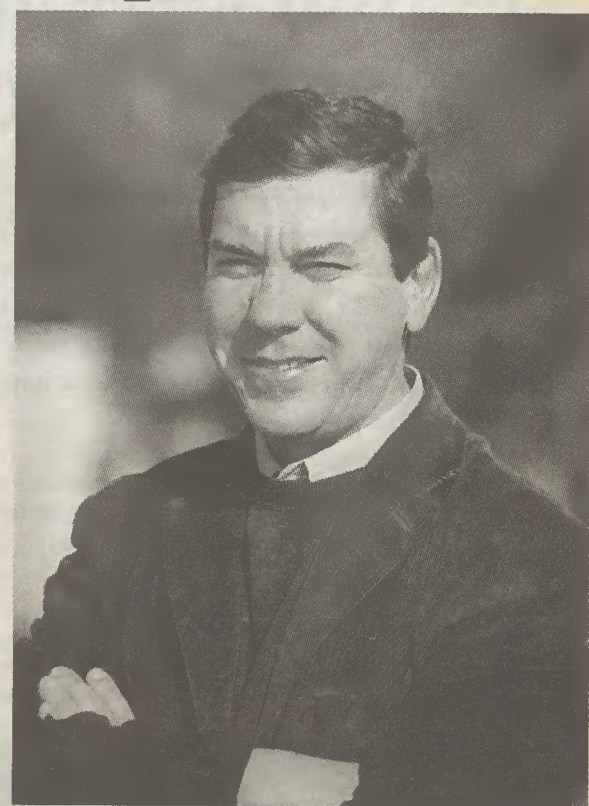
exemplos disso a construção da Biblioteca Municipal, ou a conclusão das obras da Piscina Municipal, que tanta falta fazem à juventude», afirmou o candidato antes de considerar que «também o criar de condições para uma vida digna da terceira idade, através da construção de centros de dia nas freguesias do concelho, ou a construção de espaços para um melhor aproveitamento dos tempos livres das crianças e jovens do concelho ou, por fim, a reconstrução do Cine-Teatro Sousa Telles são promessas esquecidas».

**Resolver
os problemas**

Entre actuações de grupos corais e outros músicos do concelho, o candidato apresentou algumas linhas daquilo que será a actuação da CDU, quer na campanha quer num futuro mandato camarário, se for esse o caso. A equipa da CDU, disse, «que se propõe ganhar as próximas eleições autárquicas, tem como linhas

orientadoras da sua actuação a resolução definitiva, na sequência da auscultação e participação activa das populações, de todos os projectos estruturantes de desenvolvimento, integrado e sustentado, do concelho», quer sejam ligados à saúde, aos idosos ou à juventude, de âmbito variado. «Vão merecer atenção especial de uma futura gestão CDU do concelho de Ourique a participação dos eleitos de todas as forças políticas na gestão, bem como da população, a recusa do poder como factor de privilégios pessoais e a garantia dos direitos dos trabalhadores da autarquia – que não acontece actualmente – bem como o estímulo à sua participação e contribuição nos objectivos da gestão», garantiu o candidato.

A seguir a José Mâncio Soeiro interveio Jorge Cordeiro. O dirigente do PCP considerou que, no ano em que passam vinte cinco anos da institucionalização do Poder Local Democrático e da data da realização das primeiras eleições autárquicas, «a melhor forma de comemorar estes vinte cinco anos será devolver a gestão da Câmara Municipal de Ourique aos caminhos de Abril e eleger José Soeiro para a presidência da autarquia». «Ourique tem sido um concelho duplamente penalizado, pela gestão do PSD na Câmara e pelo governo do Partido Socialista na política nacional», afirmou Jorge Cordeiro, que considerou que «vencer a batalha de Dezembro próximo é, desde logo, resolver um dos problemas, o dos interesses das populações de Ourique, mas é também dar um contributo para a luta mais geral para uma nova política e para uma sociedade marcada por menos injustiças e por menos desigualdades».



Provas dadas ao serviço do Alentejo

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Ourique já fez de tudo um pouco pelas terras do Alentejo. José Mâncio Soeiro, de 45 anos de idade, militante do PCP desde 1977, foi membro da Comissão Concelhia de Ourique entre 1978 e 1982 e da comissão concelhia da Vidigueira e do seu Secretariado desde 1990. Ao nível da APU e da CDU, foi membro da Assembleia Municipal de Ourique de 1979 e 1981, da Assembleia Municipal de Beja de 1986 a 1989, da Vidigueira de 1993 e 1997. Actualmente é presidente deste último órgão, eleito em 1997.

Também ao nível sindical, o candidato da CDU à autarquia ouriquense tem vasta experiência, pois é dirigente distrital do Sindicato da Função Pública da Zona Sul e Açores e membro da União dos Sindicatos do Distrito de Beja.

A sua vontade de participação vem desde a juventude, tendo sido fundador e primeiro presidente da Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Beja – actual Escola D. Manuel I – em 1974, e funcionário do FAOJ, actual IPJ. Foi nesta última organização que desempenhou as funções de animador sociocultural e educativo, tendo sido um dos responsáveis pela realização, nas instalações da Barragem do Monte da Rocha, em Ourique, de colónias de férias com crianças de todo o País. Desempenhou a mesma actividade no INATEL no ano de 1977, onde participa activamente na organização dos Jogos Populares do Trabalho.

A sua experiência também abrange a área do desporto, tendo sido, em 1977, membro da Comissão Nacional e do Secretariado Distrital de Beja do Movimento Voluntário Desportivo e, de 1989 e 1995, presidente da Assembleia Geral da Associação de Andebol de Beja. Desde 1997 que é presidente da Assembleia Geral do Clube Desportivo de Beja.

O seu currículo passa ainda pelos corpos gerentes dos Bombeiros Voluntários de Beja e pela organização dos Jogos Distritais de Beja, da iniciativa da Associação de Municípios do distrito.



«Enquanto a banca tem de lucros um milhão de contos por dia, os reformados viram as suas pensões aumentarem sessenta a cem escudos por dia», lembrou Jorge Cordeiro

«Falta cá tudo!»

«Nós, aqui em Ourique, temos problemas em todos os sectores.» Quem o diz sabe do que fala. Chama-se Joaquim Marques e é presidente da Junta de Freguesia de Ourique, de maioria CDU. A falta de esgotos é um dos mais gritantes problemas deste concelho do Baixo Alentejo. À conversa com o *Avante!*, na escola onde se deu a apresentação da candidatura, Joaquim Marques afirmou que «toda esta rua onde nós estamos não tem esgotos, tem águas fluviais – que é uma coisa completamente diferente – que estão a correr para uma ETAR que, dentro de poucos anos, será danificada devido às areias que a água tem».

A enumeração continua com o presidente da Junta de Freguesia a lembrar que «a aldeia da Favela não tem água ao domicílio, nem sequer um esboço de esgotos; tem apenas fontanários, mais nada». As aldeias de Palheiros, Saraiva ou as Brochas,

nos arredores de Ourique, também não têm esgotos. O caso dos Gandaços, com as obras terminadas há pouco, também mereceu críticas do presidente da Junta: «esse projecto já tem alguns dez anos, vem do tempo do José Filipe – antigo presidente da Câmara de Ourique eleito pela CDU – que iniciou essas obras e que, quando deixou a Câmara, as deixou af a uns 50 ou 60 por cento». «Este presidente, que está cá há oito, só agora as terminou», lembra.

Saídos da escola, a conversa com o presidente da Junta continuou à beira de um bairro social construído pela autarquia. «Já está assim há dois anos, pronto e a faltar os esgotos; só há dois ou três dias é que voltaram a trabalhar aqui», desabafou Joaquim Marques. «Não sei do que é que o presidente da Câmara está à espera para entregar o bairro, provavelmente está à espera das eleições», continuou. O dito bairro

social, ainda desabitado, já sofre de infiltrações, de paredes rachadas e com a cal a cair. O mesmo se passa com a piscina, «tanque» para o presidente da Junta, que já está pronta há uma série de meses e continua inactiva.

Quanto à actividade da Junta, ela é muito limitada pela recusa do presidente da Câmara em descentralizar competências, diz. Assim, a Junta de Freguesia de Ourique resume-se a alguns projectos com agricultores. Tendo assinado um protocolo com a Confederação Nacional de Agricultura, a Junta de Freguesia apoia os pequenos agricultores. Um técnico da CNA todos os meses visita os pequenos agricultores da freguesia que pretendem, por exemplo, reconverter um olival ou mudar as culturas. O outro projecto está inserido no mercado social de emprego e é caso raro no distrito. Um agricultor possui uma terra por onde passa uma estrada e é responsável pela

manutenção dessa estrada. «Trabalha, por exemplo, três horas na estrada e o resto do dia na sua exploração e recebem por isso mais ou menos setenta contos», explica o autarca. Quanto a números, há dez agricultores abrangidos pelo projecto, «mas com os resultados a aparecer, devem vir mais», disse Joaquim Marques.



À espera das eleições para ser inaugurado, o bairro social, praticamente acabado há dois anos, está a degradar-se

Plataforma Sindical da Saúde denuncia política privatizadora

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

«A actual equipa ministerial, em cerca de ano e meio de actividade, não conseguiu e não quis resolver qualquer dos graves problemas que afectam» o sector da saúde. Uma acusação de fundo, por parte de estruturas sindicais de médicos e enfermeiros, que prometem lutar por uma resposta para estes problemas.

A Plataforma Sindical da Saúde, constituída pela Federação Nacional dos Médicos, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde e o Sindicato dos Enfermeiros Portugue-

ses, acusou claramente o Ministério da Saúde de ter como opção política «a privatização dos Serviços de Saúde» e mesmo dos serviços centrais do próprio Ministério. Em conferência de imprensa realizada a semana

passada, a plataforma denuncia que «a acção deliberada de não resolver qualquer problema e de não aplicar a legislação em vigor» terá que ser entendida como uma «metodologia orientada para o progressivo afundamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS)», para assim justificar a sua privatização, «na base de que os serviços públicos de saúde não funcionam e não respondem às necessidades dos cidadãos». Os exemplos desta lógica, avançados pela plataforma, são elucidativos.



São muitos os problemas que se fazem sentir na área da saúde

Coimbra A mulher nos anos 60

O Sindicato dos Professores da região centro e a Cooperativa Arte-Via vão realizar um conjunto de conferências com o tema «O papel da mulher nas lutas académicas coimbrãs dos anos 60».

Uma iniciativa ontem divulgada em Coimbra e que se insere nas comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Estas conferências contam com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, Governo Civil de Coimbra, Inatel, Serviços Sociais da Universidade de Coimbra e Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra.

«As mulheres de Gil Vicente»

No quadro das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Sines apresenta, dia 6 de Março, o espectáculo «As mulheres de Gil Vicente», Teatro Casa da Comédia com encenação de Filipe Crawford.

«As mulheres de Gil Vicente» representa um trabalho de pesquisa, a partir de algumas das obras mais representativas do autor, onde se procura abordar o tratamento particular dado por Gil Vicente às personalidades femininas.

Estas mulheres de Gil Vicente são pastoras que discutem o casamento, mães solteiras, criadas, parteiras, senhoras adúlteras, meninas casadoiras, casamenteiras e ciganas. Elas compõem um painel bastante exaustivo do papel reservado às mulheres na sociedade contemporânea de Gil Vicente.

Censos 2001 Estatísticas da deficiência

Em Portugal estima-se que dez por cento da população seja portadora de um tipo de

deficiência, mas só o Censos 2001 permitirá um retrato mais fiel desta realidade.

Pela primeira vez na história das operações censitárias em Portugal – cujo início remonta a 1864 – os resultados estatísticos recolhidos na próxima operação, que teve início ontem, 28 de Fevereiro, permitirão saber também com exactidão o número de pessoas portadoras de deficiência bem como o grau de incapacidade decorrente da deficiência que possuem.

A Associação Portuguesa de Deficientes considera que os dados que forem apurados na operação censitária são um instrumento de gestão e político fundamental para incrementar em Portugal uma efectiva política nacional de reabilitação direccionada às efectivas necessidades das pessoas portadoras de deficiência.

Estatuto de refugiado

A maioria dos requerentes de asilo a Portugal acaba por ver negada, por parte das autoridades portuguesas, a concessão do estatuto de refugiado, sem que por essa razão seja, no entanto, obrigada a abandonar o País.

Oriunda frequentemente de países sem quaisquer laços a Portugal, grande parte dos requerentes de asilo consegue autorização de residência, por razões humanitárias, em alguns casos provisória, noutros definitiva.

Em 1999, segundo dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pediram asilo a Portugal cidadãos oriundos de 20 países africanos.

Nos últimos anos, Portugal, que acolhe milhares de imigrantes, concedeu, no entanto, apenas uma média anual de nove estatutos de refugiado, um número muito inferior ao de estrangeiros que pediram asilo.

Listas de espera

Os números da recuperação das listas de espera falam por si: 17 mil cirurgias realizadas contra 26 mil prometidas, numa lista de 80 mil candidatos à espera. O que significa, de facto, que os objectivos propostos ficaram muito longe de ser atingidos.

Face a este balanço, os sindicatos sublinham alguns dados importantes.

Antes do mais, a taxa de execução deste Programa de Promoção Acesso (PPA) é mais alta nas zonas do país onde a medicina privada está menos desenvolvida.

Acresce que o Ministério da Saúde nada fez – como a lei obrigava – para promover o pleno aproveitamento da capacidade instalada nos serviços públicos.

Entretanto o sistema provou ter capacidade instalada para realizar, no mínimo, cerca de 30.000 intervenções cirúrgicas por ano, como o prova o facto de, em apenas seis meses, com férias de Verão e período natalício pelo meio, ter sido possível fazer mais de 14.000 intervenções.

Neste quadro, a plataforma considera que está em causa um ataque dirigido ao SNS, no sentido de justificar a sua privatização e reivindicar o pleno aproveitamento da capacidade técnica instalada, divulgação dos dados do PPA, por instituição e especialidade, a não contratualização com o sector privado de intervenções cirúrgicas até que a capacidade instalada esteja esgotada.

Estatuto jurídico dos hospitais

Um outro exemplo é a tentativa de alteração do estatuto jurídico dos hospitais, «transformando estes serviços em empresas públicas de direito privado», como um passo para a sua posterior privatização total.

Os sindicatos citam, nomeadamente, o caso do Hospital do Barlavento Algarvio, onde, por exemplo, a nomeação das direcções clínicas volta a substituir a eleição entre pares.

A pretexto deste estatuto jurídico, alertam os sindicatos, «são destruídas as carreiras profissionais e substituídas por contratos individuais de trabalho, é criado um disfarçado quadro de excedentes e são eliminados os cargos resultantes da eleição democrática (director clínico e enfermeiro director)».

No documento divulgado à imprensa considera-se mesmo que o que está em causa nesta alteração de estatuto é a implementação de «um modelo comercial adoptado por Margaret Thatcher na Grã-Bretanha, no início da década de 90».

O direito de opinião

A polémica de que nestes dias foi centro o Hospital Distrital de Santarém surge como um exemplo significativo da linha política em que aposta o Ministério da Saúde.

No centro desta polémica esteve a atitude assumida pelo director clínico, Filipe Rosas, que recusou estar presente na conferência de imprensa dada pela ministra da Saúde no hospital de Santarém para divulgar os resultados do programa de recuperação de cirurgias em atraso (PPA).

Nesse mesmo dia, a ministra pede a demissão do director clínico, afirmando que seria sua obrigação apoiar a política ministerial, desvalorizando completamente a sua eleição democrática.

Na sequência destes factos, a Federação Nacional dos Médicos afirma que convocará uma greve de solidariedade se a ministra insistir na sua demissão.

As declarações da ministra são denunciadas, em nota de imprensa do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, como de «extrema gravidade política».

«Estamos perante uma situação em que um médico é convidado a demitir-se por delito de opinião. No essencial, o princípio de que aqueles que não concordam com o titular de uma pasta governamental não podem exercer cargos institucionais tem antecedentes históricos de negra memória», comenta o Sindicato. E lembra que «os doentes são os únicos a quem os profissionais de saúde devem fidelidade».

A nota sublinha ainda que «mais do que a questão pessoal do Director-Clinico do Hospital Distrital de Santarém, o que está neste momento em causa é a manutenção do princípio legal da eleição democrática destes cargos técnicos».

O movimento de solidariedade gerado em torno desta situação levou, entretanto, a um recuo da ministra da Saúde. Mas a atitude assumida deixa claro, nomeadamente, que se pretende criar condições para a liquidação da prática de eleição de cargos hospitalares, como aliás já está definido no estatuto jurídico do Hospital do Barlavento Algarvio.

«Nem sequer falta o recurso ao contrato individual de trabalho, utilizado naquele país para destruir a actividade sindical nos serviços de saúde», sublinham os sindicatos subscritores.

Na mesma linha privatizadora

Nesta mesma linha privatizadora inscreve-se o projecto de decreto-lei que cria o Instituto de Gestão Financeira da Saúde e o Instituto para as Redes de Informação da Saúde.

O Ministério opta assim, por exemplo, por «que o Instituto de Gestão Financeira da Saúde, para gerir os 1.200 milhões de contos do Orçamento de Estado destinado ao SNS, se alie a entidades privadas (por exemplo, bancos e seguradoras), constituindo para o efeito Associações e Fundações», explicita a Plataforma Sindical da Saúde.

De salientar ainda que o artigo do projecto de decreto-lei, referente às competências, estabelece que este instituto «colabora na definição dos preços a pagar a entidades privadas que prestem serviços ao Serviço Nacional de Saúde».

Ou seja – «as entidades privadas assumem a gestão das verbas e estabelecem os preços a pagar, com o dinheiro dos contribuintes, às suas congéneres, ou a elas próprias».

O objectivo de todas estas medidas – denunciam os sindicatos – é, tal como na Grã-Bretanha sob o governo de Thatcher, «encerrar grande parte dos serviços públicos de saúde, ou concessionar a sua gestão».

Neste quadro, a Plataforma Sindical da Saúde irá adoptar «todas as formas de luta necessárias para impedir a concretização desta política de destruição do SNS e do consequente direito à saúde».

Dois casos para pensar

● Na Holanda, que tem um sistema de saúde privado e uma população idêntica à nossa, existem listas de espera em número muito superior às portuguesas.

● Em Espanha, onde na década de 90 foram implementadas experiências idênticas às que actualmente estão a ser tentadas em Portugal (concessão a privados – tipo Amadora/Sintra; Fundações; Empresas Públicas – tipo Santa Maria da Feira e Barlavento Algarvio), já se tomou a decisão política, entre o governo central e os governos autonómicos, de não implementar mais experiências destas e fazer reverter as existentes, uma vez que aqueles modelos implicaram um aumento brutal dos custos (mais que triplicaram), não melhoraram o acesso, não aumentaram o volume e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos espanhóis.



Centenas de professores participaram no seminário organizado pela Fenprof

Por uma reforma antecipada

O stress na profissão docente

Largas centenas de professores desfilaram, quinta-feira passada, até ao Ministério da Educação, para reivindicar a aposentação ao fim de 30 anos de serviço. Uma acção de luta que se seguiu ao Seminário Nacional sobre o stress na profissão docente.

«A poesia não se explica, implica», uma citação de Sofia Mello Breyner a que recorreu Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, para introduzir a sua intervenção sobre «A luta pela aposentação aos 30 anos de serviço».

Em causa está, neste caso, um processo que implica os professores na luta pelos seus direitos, implica condições objectivas e subjectivas a nível da sociedade portuguesa, implica um largo movimento pela melhoria do ensino.

Todo um processo de que «os principais beneficiários serão os alunos», disse o dirigente da Fenprof.

O seminário, organizado pela Federação de Professores, surge na sequência do aumento do número de queixas de professores com stress e depressões. Um desgaste emocional que começa antes do ano escolar, com as dificuldades e incertezas de colocação, deslocações geográficas e baixos ordenados. E que vem frequentemente a agravar-se mais tarde, fruto de uma política educativa desadequada, «turmas que, por vezes, têm mais de 30 alunos de univer-

so culturais e etários muito diferentes», como referiu o secretário da Fenprof. Acentuando-se ainda com a pressão de problemas «a montante do sistema escolar», inseridos na actual realidade social.

As exigências da Fenprof

A ideia fundamental do encontro, que decorreu no passado dia 22 no Hotel Altis, foi «a batalha pela reforma aos 30 anos de serviço», frisou Paulo Sucena.

Mas, de par desta reivindicação, surgem múltiplas outras exigências.

Antes do mais a melhoria das condições de trabalho e a revisão das formas de funcionamento das escolas, reforçando a sua dimensão democrática.

A questão da disciplina foi um dos temas mais salientes. Para a Fenprof, uma «revisão do regime disciplinar ajuda mas não resolve». A resolução passa «pela diminuição do número de alunos em cada turma, de forma a que os professores possam estar mais atentos aos problemas individuais».

A transferência de competências para as autarquias é encarada com alguma reserva, face à necessidade premente de apetrechamento e condições adequadas de funcionamento das escolas.

O diálogo com os pais e as autarquias surge entretanto como um meio essencial para dar resposta a essa necessidade, valorizando-se a colaboração multilateral.

Os professores consideram igualmente essencial uma profunda revisão da formação inicial e contínua.

Estas mesmas questões foram sendo abordadas, de formas diversas, pelos diferentes intervenientes. Em estudo sobre «Os riscos laborais na profissão docente», elaborado pela Federación de Enseñanza das CC.OO, de Espanha, e apresentado no seminário, refere-se, por exemplo, a necessidade de introduzir a problemática da saúde laboral no ensino dos professores e de os preparar para leccionar, a importância dos anos sabáticos ou a introdução de novas figuras na escola, como departamentos permanentes de psicologia e de coordenadores e dinamizadores de convivência escolar.

Entretanto, a luta dos professores irá continuar, como já foi noticiado. Dia 22 de Março, com uma manifestação nacional, no quadro do VII Congresso Nacional e, a 30 de Março, com uma greve nacional.

JCP em iniciativa pela Paz

Cerca de cem pessoas participaram num almoço-convívio promovido pelo colectivo da Juventude Comunista Portuguesa, na Baixa da Banheira, no âmbito da campanha pela retirada dos militares portugueses do Kosovo e pela dissolução da NATO.

António Abreu, da Comissão Política do Comité Central do PCP, denunciou uma vez mais a subserviência do governo português em relação às posições oficiais da NATO, em particular na opção em esconder os efeitos da utilização do urânio empobrecido nas armas utilizadas na agressão à Jugoslávia.

António Abreu evocou ainda a sua presença em Belgrado na

qualidade de vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em pleno período dos bombardeamentos, como uma inquestionável prova de solidariedade dirigida antes de mais a todo um povo martirizado pela agressão da NATO, sob a batuta dos Estados Unidos: «A nossa palavra de portugueses e de comunistas foi para a população de uma capital cuja presidência a nível municipal era já afectada à oposição que, nas últimas eleições gerais, bateu o regime de então, e em nenhuma parte ouvimos uma só voz em defesa da NATO.»

Abordando a problemática da corrida aos armamentos e a renovada ameaça da «guerra das estrelas», António Abreu

recordou o papel da Câmara Municipal e da população da Moita no movimento da paz em Portugal que, há mais de uma década, engrossou a reclamação pela desactivação das armas nucleares «a leste e a oeste, em todo o Mundo».

Nesta iniciativa foi ainda anunciado o apoio da edilidade à Marcha anual pela Paz que a 1 de Abril próximo terá lugar em Rota, Cádiz, no sul de Espanha, contra a presença norte-americana numa base naval da NATO. A Esquerda Unida é parte integrante da iniciativa que em Portugal conta com o empenho do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), entre outras organizações.

• José Brinquete

Cidade de jovens com placas antigas

Bragança é uma cidade de jovens. Tendo cerca de 22 mil habitantes mais de 10 mil são estudantes do Secundário e do Superior. A Comissão Distrital de Bragança do PCP e a deputada Margarida Botelho, nos dias 19 e 20 de Fevereiro, reuniram com os conselhos executivos das escolas secundárias Abade Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga, com os responsáveis do Instituto Politécnico de Bragança, com a Federação Regional das Associações de Pais do Nordeste Transmontano e com a Associação Académica do Ensino Superior de Bragança.

Esta jornada de contactos com professores, pais e alunos decorreu poucos dias após o *Público* (15/Fev/01) ter publicado um estudo sobre o universo dos jovens universitários que já experimentaram drogas, o qual apontava Bragança como sendo uma cidade de consumo acima da média «liderando a lista das regiões onde o contacto com drogas atinge os valores mais elevados», sobretudo de drogas injectáveis.

O impacto da notícia de duas páginas no *Público*, foi grande em toda a cidade e, nas audiências efectuadas um dos temas de conversa também foi este. Todas as entidades foram de opinião que a notícia não correspondia há realidade. A delegação da Associação Académica afirmou-nos que não conhecia nenhum jovem que tivesse respondido ao inquérito. Curiosamente, o Presidente da Associação Académica, dois dias depois de nos ter garantido que não conhecia nenhum jovem que tivesse respondido ao inquérito, prestou declarações a uma rádio local, dizendo que o Estado era uma «palhaçada», porque os jovens que responderam pensavam que era um inquérito a brincar.

Por outro lado, o delegado distrital do ex-Projecto Vida, actualmente IPDT, o padre Delfim Gomes, veio a público alegar a falta de fiabilidade da amostragem utilizada, terá inquirido 563 jovens, num universo de 8 mil alunos existentes no distrito, diz ainda, que «o estudo não é actual, reportando-se a 1998» e, afirma, que «em breve será apresentado um outro estudo mais rigoroso». Aguarda-se esse novo estudo para melhor avaliar da gravidade ou não da situação.

Falta um pouco de tudo

A par deste «pequeno» escândalo, os encontros permitiram saber que as escolas têm falta de auxiliares de acção educativa, situação que não ajuda a uma melhor segurança (só a Escola Secundária Emídio Garcia perdeu nos últimos 10 anos 30 contínuos, e apenas foram contratados cinco). A nível de equipamentos nenhuma Escola Secundária tem laboratórios dignos desse nome e a Abade Baçal tendo o ano passado consignados no PIDDAC 150 mil contos para obras, estas não se efectuaram. A taxa de insucesso escolar é alta. Existem turmas demasiado grandes e, os pais chamaram-nos à atenção para a urgência da gratuidade dos manuais escolares.

A nível do Ensino Superior um dos problemas mais sentidos é o das residências para estudantes, existem cerca de 400 residências para 5000 alunos deslocados, isto é, alunos fora da região.

Perante este panorama – de elevada população jovem e da necessidade de existirem políticas para a juventude, por parte do IPJ e da Autarquia – a situação é confrangedora: a delegação do IPJ, praticamente, só distribui subsídios e estes com critérios muito discutíveis: a Câmara Municipal de Bragança não tem sequer um pelouro da Juventude, nem qualquer política dirigida à população jovem, uma ou outra iniciativa pontual e desgarrada, são a excepção que vem confirmar a regra.

A Assembleia Municipal de Bragança, logo no início do mandato, aprovou a constituição do Conselho Municipal da Juventude, mas até hoje ainda não foi instalado. Ao mesmo tempo foi criada uma Comissão da Juventude, que no último ano e meio não reuniu. No IPJ e na Presidência da Comissão da Juventude estão como responsáveis elementos do PS, na Câmara Municipal a maioria é PSD, conclusão: também, nesta matéria, Bloco Central é um falhanço.

Nota: Placas antigas: pode parecer insignificante mas vale a pena referir que em Bragança as placas do «Liceu Nacional», hoje Escola Secundária Emídio Garcia, e da «Escola Industrial e Comercial», hoje Escola Secundária Abade Baçal, permanecem no portal dos respectivos estabelecimentos de ensino, vinte e seis anos após a criação do Ensino Secundário Unificado.



Greves no Arsenal, Fardamento, Engenharia e OGMA

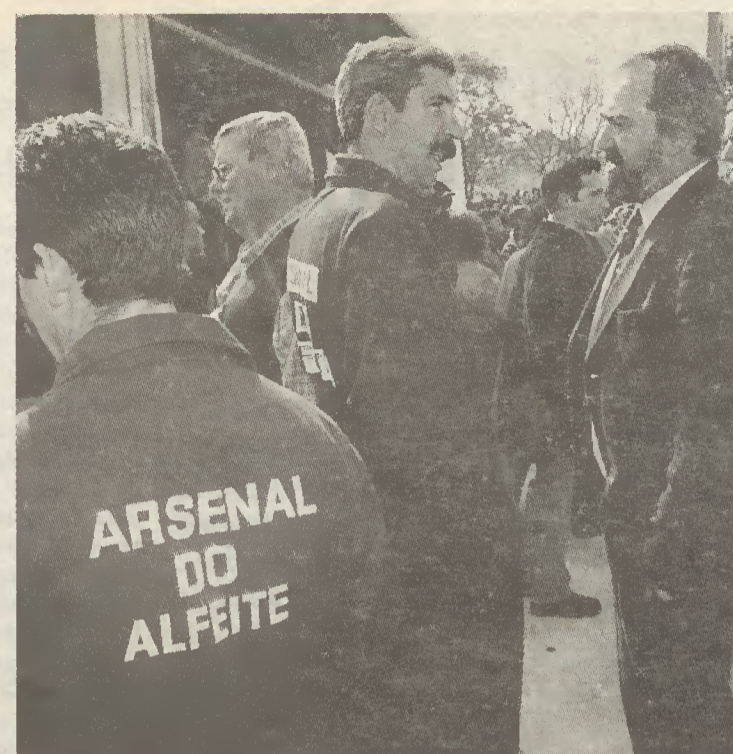
Resposta de luta

O Governo e as administrações avançam na entrega dos estabelecimentos fabris militares aos senhores do negócio privado, contra os interesses do País e dos trabalhadores. Estes intensificam as acções em defesa de um sector estratégico e onde a corrida aos lucros pode ter consequências muito graves.

um requerimento, pedindo que seja facultado acesso ao estudo do BPI e que o Governo informe sobre as «medidas que tenciona tomar para defender o futuro do Arsenal do Alfeite, ao serviço da Marinha e do País, e salvaguardar os postos de

reestruturação que leve à perda de regalias por parte dos trabalhadores ao serviço do estaleiro». «Os contratos individuais, a existirem, apenas poderiam vir a abranger os novos trabalhadores a serem admitidos», acrescenta a nota.

O deputado do PCP, Vicente Merendas, à conversa com os arsenalistas



• Domingos Mealha
Texto
• Jorge Caria
Fotos

Há uma semana, os trabalhadores civis do Arsenal do Alfeite, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, das Oficinas Gerais de Material de Engenharia e da Manutenção Militar paralisaram a produção e concentraram-se frente ao Ministério da Defesa. Para hoje, está convocada uma greve de 24 horas nas Oficinas Gerais de Material de Aeronáutica (OGMA, SA).

A bomba

A luta do pessoal civil pela definição de medidas que garantam o futuro dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas não é de hoje. Têm sido os representantes dos trabalhadores – o STEFFAS/CGTP, as suas comissões sindicais e as comissões de trabalhadores – quem mais insistente e persistentemente tem denunciado as políticas de estagnação e degradação do sector, bem como os interesses privados a que essas políticas estão ligadas. As recentes notícias sobre a adjudicação ao banco BPI, pelo Ministério da Defesa, de um estudo com vista à alteração da lei orgânica que rege os EFFAs caiu como uma bomba entre os trabalhadores. O Governo tomou a iniciativa e sobre o assunto não presta qualquer informação. «Até hoje, apesar de



vários pedidos de audiência emitidos pelas estruturas representativas dos trabalhadores, o Governo/Ministério da Defesa Nacional ainda não explicou quais as suas intenções para com os estabelecimentos e os seus trabalhadores, criando uma crescente onda de inquietação e de indignação», afirma-se na resolução que foi aprovada durante a concentração de 22 de Fevereiro. Uma semana antes, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR

trabalho de todos os seus trabalhadores». Dizem os deputados Vicente Merendas e João Amaral que a proposta de consultoria financeira solicitada ao BPI visa «estudar, conceber e apoiar a implementação de um modelo empresarial para o Arsenal do Alfeite», e que a proposta apresentada pelo banco «implicará uma alteração do seu regime jurídico e institucional, bem como da sua forma de gestão». «Está em causa a definição do modelo de empresariação da empresa, que passa por uma estrutura e regime actual do pessoal e limitações à sua integração à nova estrutura empresarial».

Pela calada

«Por que não querem dizer isto ao sindicato?», pergunta Celeste Soeiro, do STEFFAS, que fez parte da delegação sindical, juntamente com Paulo Trindade, da Frente Comum da Administração Pública, e outros representantes dos trabalhadores. E nota que, enquanto mantém a dívida, a instabilidade e a inquietação, os responsáveis aos vários níveis – incluindo militares que estão à frente de alguns estabelecimentos – tomam medidas concretas que justificam a resposta de luta dos trabalhadores. Nos estabelecimentos fabris do Exército, denunciou a sindicalista, querem que a revisão do sistema retributivo fique dependente da alteração do vínculo laboral, antecipando-se assim às intenções do próprio Governo na mudança para o regime geral do contrato individual de trabalho, em substituição do vínculo à Administração Pública.

Nas Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento já foram até entregues cartas propondo a rescisão de contratos com base na lei geral, o que, a concretizar-se, deixaria os despedidos sem acesso ao subsídio de desemprego. Empurrados «como uma bola» do Ministério da Defesa para as administrações que o Governo nomeia, conscientes dos perigos que os ameaçam e conhecedores de experiências vividas noutras empresas (como a OGMA), os trabalhadores dos EFFAs escolheram lutar, unidos e organizados, em defesa do futuro das empresas, dos postos de trabalho, do direito a emprego seguro e com direitos. Também sabem, pela sua experiência própria e de muitas outras empresas, que este é o caminho mais seguro.

OGMA em greve

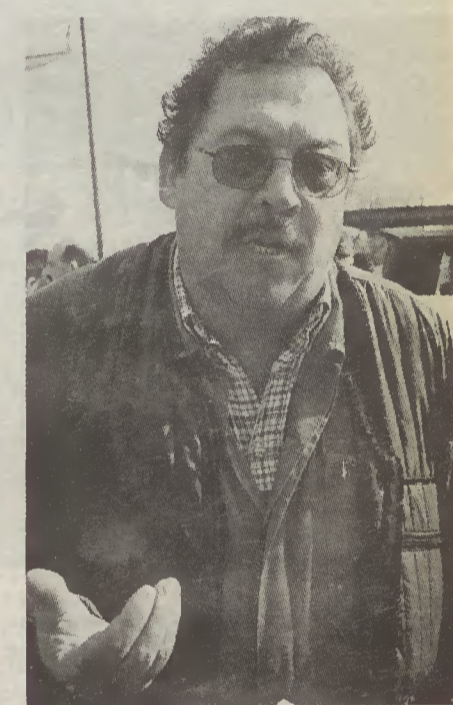
Para hoje, durante todo o dia, está convocada uma greve na OGMA. O pré-aviso entregue pelo STEFFAS/CGTP aponta como objectivos um aumento salarial que compense as perdas dos últimos anos, a melhoria dos subsídios de turno e condições de trabalho e a efectivação de direitos. Em relação às matérias incluídas no caderno reivindicativo, as posições da administração foram consideradas pelos trabalhadores «manifestamente insuficientes». Aos 6 por cento reclamados, com garantia de um aumento mínimo de 6 contos por trabalhador, a administração respondeu com «miseros 3,75 por cento». Na moção proposta pela comissão sindical do STEFFAS e aprovada dia 20 de Fevereiro, em plenário, protesta-se ainda contra a tentativa

de retirar ou condicionar direitos e de incluir nas negociações «matérias como as propostas do trabalho suplementar, a indexação do subsídio de turno a um nível da tabela salarial e outras, que não vão beneficiar em nada os trabalhadores, antes pelo contrário». Depois de não conceder autorização para a realização de um plenário, a 8 de Fevereiro, a administração da OGMA decidiu que o tempo ocupado na participação em plenários deveria contar para a atribuição do recentemente instituído prémio individual de empenhamento. As Oficinas Gerais de Material de Aeronáutica viram o seu estatuto alterado em 1994, altura em que passaram a denominar-se OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, SA, tornando-se uma empresa independente da Força Aérea.

«Querem tudo a contrato»

Custódio Cabrinha é torneiro mecânico, trabalha há 31 anos no Arsenal do Alfeite e está convicto de que a transformação do estaleiro da Marinha em sociedade anónima tem por objectivo liquidar a capacidade reivindicativa dos trabalhadores. «Isto é para desmantelar e tirar-nos a força, não querem uma empresa com dois mil trabalhadores unidos e organizados, querem é ter tudo a contrato», acusa. Cabrinha integra a célula do PCP no Arsenal e participou em todas as lutas que decorreram no Arsenal, excepto nos anos em que cumpriu o serviço militar. Recorda, já nos anos

80 e com Mário Soares e o PS no Governo, a dura luta travada pelo reconhecimento do direito dos trabalhadores dos EFFAs à constituição do seu sindicato. Sente-se satisfeito por, saídos da prestigiada escola do Arsenal, os jovens que têm entrado para o estaleiro obterem a integração no quadro de efectivos, ainda que ao fim de três anos de contratos. «Passando a SA, isto acaba», denuncia. Também o satisfaz que haja nos trabalhadores mais jovens «uma boa adesão ao sindicato». «Tem saído muita malta antiga e lutadora, mas esta juventude mobiliza-se e participa com força nas lutas», congratula-se Custódio Cabrinha. Salienta que o Arsenal «dá dinheiro, faz a manutenção para a Marinha, faz trabalhos para fora e, se não dá mais, é porque não querem». Isto valeria para assegurar um futuro tranquilo ao estaleiro e aos seus trabalhadores, mas Cabrinha admite que um negócio de 6 milhões de contos por ano é suficiente para movimentar interesses de grandes grupos, como os que se movem em torno do BPI ou da Lisnave de José Manuel de Mello.



Razões de sobra

As ameaças ao emprego e aos direitos dos trabalhadores constituem, só por si, motivo suficiente para responder com a luta ao ataque do Governo e demais responsáveis de topo nos estabelecimentos fabris das Forças Armadas. Na resolução aprovada dia 22, exige-se que o Governo «assuma as suas responsabilidades quanto aos EFFAs e indústrias de defesa, enquanto garantes da defesa nacional», que o Ministério da tutela reúna com o STEFFAS para «discutir as propostas quanto ao futuro dos estabelecimentos e seus trabalhadores» e que sejam dadas garantias firmes de «manutenção do vínculo público para todos os trabalhadores». Outras razões fizeram com que várias centenas de trabalhadores se deslocassem dia 22 para o Restelo, num dia em que muitos outros fizeram greve (no Arsenal, exemplo referido por Vítor Barata, da CT e do STEFFAS/CGTP, foram cerca de 1500, dos 1800 abrangidos pelo pré-aviso), paralisando

a produção, durante 4 horas, no Alfeite, na OGME e na OGFE. A actualização salarial, decretada pelo Governo e já aplicada na generalidade da Administração Pública, ainda não abrangeu os trabalhadores dos EFFAs. Recusando negociar apenas no âmbito do sector, o Ministério continua a dizer que não sabe quando serão processados os salários com a actualização imposta aos trabalhadores do Estado. Também não responde à reivindicação de redução do horário de trabalho em todo o sector. A revisão do sistema retributivo e carreiras, nos estabelecimentos do Exército, arrasta-se há 11 anos, apesar de Castro Caldas ter declarado, em Dezembro de 1999, que este seria um dos primeiros problemas a resolver. Não consta que tenha sido encomendado qualquer estudo acerca dos motivos de descontentamento dos trabalhadores. Para esta resenha não foi necessário recorrer a nenhum especialista.

Solidariedade

Representantes das comissões coordenadoras das CTs de Lisboa, de Setúbal e da indústria naval levaram, de viva voz, mensagens de solidariedade aos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, OGME e OGFE. Além de Fátima Messias, António Cardador (na foto) e Vicente Merendas (que também representou o Grupo Parlamentar do PCP), na concentração foram ouvidas as palavras solidárias dos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, especialmente dirigidas ao pessoal do Arsenal do Alfeite, «contra a política de desmantelamento da única unidade fabril do concelho». A CT e a Comissão Sindical do STAL na autarquia, na moção que aprovaram por unanimidade, afirmam a disposição de lutar «até ao fim, contra esta política» e exigem «um futuro digno para os trabalhadores e a defesa dos seus postos de trabalho».



Do segredo à privacidade

● Odete Santos

O julgamento de uma rede de pedofilia através da Internet, o julgamento de um madeirense acusado de lenocínio de menores, e o julgamento de um açoriano acusado de violar e matar uma criança coincidiram com a discussão na Assembleia da República de 3 projectos de lei relativos a crimes de abuso sexual de menores. Em qualquer daqueles três julgamentos, os crimes, segundo o nosso Código Penal, são públicos.

O crime é público quando qualquer pessoa pode denunciá-lo, o que arrasta, como consequência, que ninguém, nem a própria vítima, pode desistir da queixa.

Apenas 1 dos projectos de lei, o do PCP,

De tudo isto resultou:

- que os interesses das crianças acabaram por ficar secundarizados pela indignação (aliás justa mas não clarividente)

- que algumas pessoas começaram a nutrir simpatia por um Tribunal a cuja submissão desejariam que pudessem estar submetidos o julgamento de alguns crimes para além mesmo dos previstos

- que houve até quem pensasse que em Portugal já era permitida a prisão perpétua (recorde-se a intervenção de um Telespectador no Programa Opinião Pública da SIC a respeito dos abusos sexuais de menores: "Já que não pode ser pena de morte, então que seja prisão perpétua").

O nosso Código Penal contém, pois, os mecanismos que levam à quebra do segredo (indesejável) que normalmente se verifica nos crimes de abuso sexual de menores, nomeadamente quando cometidos no meio familiar.

A suspeita de abuso sexual, no caso de menores, deve ser comunicada por qualquer pessoa às Comissões de protecção das crianças em risco, ou ao Ministério Público quando aquelas Comissões não existam.

Deve ser apresentada por professores, por médicos, por psicólogos, por qualquer pessoa.

E é então que, se o procedimento criminal não apresentar para a criança mais danos do que o próprio crime, o Ministério Público pode desencadear o processo.

Há na legislação penal (e bem) uma nítida sobrevalorização do interesse da vítima em relação ao interesse público na perseguição do crime.

A quebra do segredo (indesejável) relativamente ao abuso sexual não significa a quebra do direito à privacidade.

Ora, a vozeria que sempre se desencadeia em questões deste género passa rapidamente da quebra do segredo à violação da privacidade.

Que valorar mais?

A vontade de uma mãe que, tendo-se separado e divorciado do marido por causa de abuso sexual por este cometido contra filho ou filha, quer desistir da queixa-crime contra ele apresentada (quicá a conselho do psiquiatra) por entender que o calvário do processo judicial ainda estigmatizará mais a criança, ou o interesse público na condenação no criminoso?

Poderíamos desdobrar esta pergunta em muitas outras.

As crianças não podem ser usadas contra os seus próprios interesses.

Já se pensou quantas crianças estão a ser vítimas de coacção para manter o segredo, em consequência do tratamento errado da temática dos abusos sexuais? Já se pensou nos efeitos perversos da lei (que indiscriminadamente tornasse públicos os crimes) sobre as crianças, então ainda mais sujeitas a todas as espécies de coacções para guardarem segredo?

E afinal, onde fica prevenção dos abusos sexuais?

Ou seja: por que não avança a educação sexual, mesmo no pré-escolar?

Esse é o melhor método preventivo. Nesta área, talvez mais do que em qualquer outra, é melhor prevenir do que remediar.

Algumas reportagens sobre pedofilia, não puderam deixar de recordar um título de um artigo de João dos Santos: "Vamos esfolar as criancinhas!"



apresentava propostas relativamente aos actos criminosos que estiveram na base dos julgamentos atrás referidos.

Melhorando a redacção do Código Penal para tornar mais difícil a fuga a condenações por quem trafica menores, e por quem explora menores na prostituição.

Os outros dois Projectos de Lei incidem noutra área, propondo a transformação de crimes de abuso sexual, que são semipúblicos, em crimes públicos. O crime é semipúblico quando a instauração de processo depende de queixa da vítima ou de quem legalmente a represente.

Neste caso, os queixosos podem desistir da queixa.

A comunicação social televisiva agiu de uma forma que não me parece responsável em toda esta matéria.

Porque:

- Enquanto lançavam o seu apoio a que os crimes, quando cometidos na família, fossem públicos, as televisões enquadravam a campanha nos julgamentos atrás referidos, que nada tinham a ver com o debate.

- Voluntariamente ou não, conseguiram fazer coincidir aquele debate, com outro acerca do Tribunal Penal Internacional e da prisão perpétua (debate muito limitado, diga-se de passagem, pois que o que está em causa, não é apenas a questão da prisão perpétua, mas é a de saber das consequências para a humanidade de um Tribunal ao serviço do neocapitalismo).

- Omitiram no debate (conjuntamente com especialistas nesta matéria, o que é ainda mais estranho) que tais-crimes podem dar origem a processo crime, mesmo sem queixa por parte da vítima ou do seu representante legal, se o Ministério Público entender que a instauração de procedimento criminal é do interesse da vítima.

Prevenção e combate à criminalidade PCP propõe plano global

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a adopção de um Plano Global de Prevenção e Combate à Criminalidade. Em matéria de segurança, no entender da bancada comunista, trata-se de uma resposta imperiosa à evolução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos.

As opções estratégicas de um tal plano deviam ser

O combate à criminalidade, para além de medidas de prevenção e repressão do crime, exige outras políticas sociais e económicas

Amaral, numa crítica incisiva, a classificar a intervenção

do líder do CDS/PP de «infeliz» e a esclarecer que a «linha de fractura é a da grande confusão que a direita faz entre segurança e autoritarismo».

Apostar na prevenção

Encarando a insegurança como uma realidade indelével, para a qual

Uma sociedade doente

São múltiplas e profundas as causas que explicam o aumento da criminalidade e da insegurança. A grande questão, para a qual João Amaral convidou a câmara a reflectir, é saber o que terá quebrado «no tecido social e no comportamento ético individual» para que o crime ganhe terreno e, de certa maneira, se banalize.

Tudo indica que é no modelo de sociedade que devem ser encontradas as principais respostas. Nesse sentido vai inequivocamente a leitura da bancada comunista. «A brutal competitividade que se tornou padrão de comportamento e a ideia de que todos os meios justificam a construção do chamado "sucesso social" convive com processos de exclusão e marginalização nunca vistos», lembrou João Amaral.

É neste quadro, exemplificou, que assistimos à desqualificação do emprego, enquanto as «perspectivas de futuro são sombrias para uma larga parte da população», sem esquecer o acentuar das discriminações e preconceitos sociais contra as minorias — rácias, de imigrantes e estrangeiros. Tudo isto, concluiu, perante o «elogio da violência, da mediocridade, da ignorância e da negação da cultura» que reina «numa parte determinante da comunicação social e do cinema de entretenimento».

desde há muito vem chamando a atenção, o PCP posicionou-se no debate procurando identificar as suas causas, apresentando simultaneamente medidas de política capazes de responder ao problema. Basicamente, para a formação comunista, a criminalidade combate-se, em termos gerais, por duas vias: com medidas de carácter social e com o reforço do prestígio e dos meios de serviço das polícias.

É à luz desses princípios que devem ser entendidos os três planos em que, segundo João Amaral, importa actuar.

de agentes em funções burocráticas.

«Para quando os subsídios de turno e piquete na PSP e o subsídio de escala na GNR?», procurou saber João Amaral, que, entre outras matérias que ficaram sem esclarecimento cabal, levantou ainda o problema da «coordenação entre todas as forças e serviços de segurança», do equipamento das polícias, dos «horários de trabalho humanos» e das políticas sociais como forma de dar resposta a uma «política séria de prevenção da criminalidade».

Lei de liberdade religiosa

Em debate na especialidade, a lei de liberdade religiosa foi objecto de propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP. É o caso de uma nova disposição preconizando a adopção pelo Governo de «medidas adequadas para que os serviços de assistência religiosa das Forças Armadas não estejam sujeitos a integração hierárquica ou regime de

condição militar». Entre outras propostas, o PCP quer que as verbas entregues às confissões religiosas sejam inscritas em rubrica própria no Orçamento de Estado, defendendo, por outro lado, a imediata extinção do acordo missionário celebrado entre Portugal e a Santa Sé, que colide com as resoluções das Nações Unidas sobre os territórios das antigas colónias portuguesas.

Missões militares no estrangeiro

Foram aprovados na generalidade os diplomas do PSD, CDS-PP e Governo que visam regulamentar o acompanhamento pela Assembleia da República de missões militares portuguesas. Esta é uma nova competência decorrente da inovação introduzida na revisão constitucional realizada em 1997. E nesse sentido foram apresentadas estas iniciativas legislativas, as quais, no entanto, apresentam diferenças entre si. Assim as resumiu João Amaral: enquanto PSD e PP «procuram dar conteúdo efectivo à competência, o Governo aproveita a boleia para tentar espartilhá-la».

O Grupo comunista apresentou entretanto três alterações ao texto apresentado pelo PSD, o primeiro dar entrada na Mesa do Parlamento e que serviu de base ao agendamento potestativo dos seus autores. Uma delas vincula qualquer envolvimento dos nossos militares «ao abrigo do Capítulo VII das Nações Unidas». Tendo ainda bem presente o que foi a violação da lei internacional na guerra do Kosovo, com esta alteração o PCP quer deixar bem claro que as «acções militares têm hoje uma única matriz, esse Capítulo da Carta, para poderem ser conformes ao direito internacional». Outra das alterações refere-se ao dever de informação do Governo, o qual, no entender do PCP, deverá ter dois novos pontos essenciais, a saber: a «fundamentação jurídica» e a «fundamentação política». Fundamental para a bancada do PCP - e esta foi a terceira alteração - é que a AR possa aprovar uma resolução sobre a matéria.

Agressão ao Iraque

A bancada comunista apresentou um voto em que é condenada a acção de bombardeamento levada a cabo pelos EUA e Reino Unidos contra o Iraque.

O texto fundamenta esta posição do Parlamento português com base no que considera ser uma violação ao direito internacional e um novo passo «numa lógica de escalada militar agressiva contrária à busca de soluções de paz e segurança para a zona do Golfo». Nos seus considerandos o documento recorda que esta agressão, que mereceu uma «significativa condenação internacional», foi executada sem qualquer cobertura no direito internacional ou qualquer resolução da ONU. Assinalado é o facto de os efeitos desta escalada de guerra continuarem a ser pagos pela população civil do Iraque - que já é vítima de sanções que em nada alteraram o panorama político-militar -, e de terem o efeito contrário ao pretendido, (como se viu nas manifestações ocorridas depois do ataque), isto é, lutar alegadamente contra a política anti-democrática, helicista, expansionista e de desrespeito das minorias levada a cabo por Sadsam Hussein.

Aprovadas em projecto de resolução do PCP

Medidas de apoio às vítimas das cheias

Um projecto de resolução do PCP preconizando medidas de apoio às vítimas das cheias foi aprovado por unanimidade pelo Parlamento. Para a bancada comunista, que considerou insuficiente a ajuda prestada pelo Governo, esta é uma forma concreta de solidariedade para com aqueles que sofreram prejuízos inportáveis.

No texto aprovado a Assembleia da República recomenda ao Governo a adopção de «apoios de emergência a fundo perdido» que permitam acudir aos prejuízos sofridos por populações, agricultores, comerciantes e autarquias de várias regiões do País, nomeadamente Douro, Baixo Vouga, Vale do Mondego e Ribatejo.

Isto porque, no entender do Grupo comunista, face à dimensão e gravidade do problema, foi insatisfatória a resposta do Executivo. Lino de Carvalho, intervindo no debate, considerou mesmo «manifestamente pouco» o esforço por aquele feito. «Nas questões mais imediatas de socorro, apoio e reconstrução, as medidas adoptadas pelo Governo são claramente

insuficientes, limitando-se à abertura de linhas de crédito com juros bonificados e a operações de engenharia financeira entre os vários disponíveis no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA)», afirmou o deputado do PCP. Entre as várias recomendações ao Governo conta-se ainda a que defende a adopção de medidas que possam minorar os prejuízos dos agricultores privados de rendimentos por determinado período, como é por exemplo o caso dos vitivicultores do Douro cujas vinhas levam quatro a cinco anos a recuperar o seu potencial produtivo.

Acolhimento favorável da Câmara mereceu também o projecto de resolução sobre a mesma matéria apresentado pelo CDS/PP. Teve, contudo - essa foi a condição imposta pelo PS -, de retirar do seu diploma uma expressão atribuindo como certa a responsabilidade de serviços do Governo nas cheias e consequentes danos sofridos pelas vítimas.

Já o projecto de resolução do PSD propondo um inquérito para apuramento de responsabilidades públicas acabou por ser chumbado com os votos contra da bancada socialista. Carlos Zorrinho, secretário de Estado Adjunto do ministro da Administração Interna, sem deixar de reconhecer mérito em todos os diplomas, justificou a não aceitação do subscrito pelo PSD invocando o facto de o inquérito ser prejudicial às vítimas das intempéries. É que, sustentou, as seguradoras podem alegar que só pagam as

indenizações quando houver conclusões do inquérito.

Incúrias várias

Mas o debate não se esgotou em torno das medidas imediatas de apoio a quantos sofreram os efeitos da excepcional pluviosidade ocorrida em finais de Janeiro. As questões de ordem estrutural e organizacional foram também chamadas para primeiro plano, sobretudo pela bancada comunista, acabando por ser o deputado Lino de Carvalho a pôr o dedo na ferida ao denunciar, reportando-se à obra hidráulica do Vale do Mondego, a sua «falta de manutenção».

«O complexo sistema de diques com sífoes não

funcionou porque o sistema de sífoes estava deteriorado e entupido e, portanto, não puderam cumprir a sua função na ponte de cheia», sublinhou o parlamentar comunista, para quem esta situação não é alheia ao desmantelamento de toda a estrutura de gestão e manutenção ocorrida a partir de 1993 sob a égide primeiro do PSD e depois do PS. Ou seja, segundo Lino de Carvalho, o «Estado desresponsabilizou-se e deixou de cumprir a sua função vital de acompanhamento do sistema».

No caso do Douro o problema está no facto de não existir sequer um plano operacional de redução dos efeitos das cheias nos rios luso-espanhóis que, na opinião do PCP, deveria ter sido desenvolvido na sequência do convénio. A verdade é que não há, do mesmo modo que se desconhece qualquer trabalho periódico de vigilância e conservação das escarpas onde se situam as muralhas do castelo de Santarém, valioso património parte do qual recentemente cedeu à força do mau tempo e à incúria do homem.

Desmazelo que pode assumir outras formas activas de atentado ao património natural ou ao ordenamento do território. É mais ou menos o que se passa no Baixo Vouga onde são vários os erros urbanísticos e onde as inundações, tudo o indica, têm directamente a ver com a obstrução do leito da foz do rio com várias construções e aterros que funcionam como verdadeira barragem que transforma Águeda numa «alfufeira».



Urge aumentar e diversificar as ajudas aos que sofreram as consequências das intempéries

Lei de Enquadramento Orçamental

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, os diplomas sobre a Lei de Enquadramento Orçamental apresentados pelo Governo, PCP e BE. O mesmo não aconteceu ao projecto de lei sobre a mesma matéria subscrito pelo PSD que foi chumbado pelos votos contra da bancada socialista. Os diplomas aprovados baixaram à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano para debate e votação na especialidade.

Entre a proposta do Governo e o projecto do Grupo comunista, embora convergentes no essencial, existem diferenças quanto às opções políticas neles consagradas. Para essas diferenças chamou a atenção Octávio Tei-

xeira no decurso do debate realizado há quinze dias quando se distanciou, reportando-se ao âmbito da lei, da opção adoptada pelo Executivo de estabelecer disposições apenas para as instituições sob a alçada directa do Estado. Por outras palavras, na perspectiva da bancada comunista, o âmbito da lei de enquadramento orçamental deve estabelecer disposições gerais e comuns para todas as instituições do sector público administrativo, incluindo as regiões autónomas e as autarquias locais, e não apenas para as relativas à administração directa do Estado.

O que não faz sentido, como sublinhou o líder parlamentar comunista, é que se opte por vários diplomas

legais para cada subsector do sector público administrativo, como faz o Governo, quando a solução desejável - como preconiza o PCP - é adoptar um «único diploma com um âmbito subjectivo alargado» quanto aos princípios fundamentais a que devem subordinar-se os orçamentos do Estado das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.

Defendido pela bancada comunista é igualmente - e aqui reside outra das diferenças que separa os dois diplomas - que ao Tribunal de Contas sejam conferidas condições efectivas para prosseguir a sua competência e o seu dever constitucionais, ao longo do ano, de fiscalização da execução orçamental.

Unões de facto Iguais direitos para situações idênticas

Na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias iniciado foi já o debate na especialidade dos vários projectos de lei sobre a protecção das uniões de facto. Todos eles, recorde-se, baixaram há duas semanas à comissão sem votação. Três (PCP, PEV e BE) dos quatro diplomas, na altura do debate, foram encarados como um valioso contributo no sentido de que a lei a aprovar venha a pôr fim a graves discriminações existentes na sociedade. Visto de modo diferente - e por isso muito criticado - foi o projecto de lei do PS. Baseado numa linha de tolerância e não de reconhecimento de direitos, o regime nele proposto, na óptica da economia comum, foi considerado «ininteligível» e «altamente discriminatório».

Outra é a abordagem feita pelos restantes partidos à esquerda do PS. Todos defen-

dem, nomeadamente, que o texto final deve incluir as uniões de facto homossexuais, por forma a «pôr fim à discriminação existente na actual legislação».

Para o PCP, como assinalou no debate Odete Santos, o que está em causa é o «princípio da igualdade a situações idênticas que a lei, em nome do princípio da universalidade da norma de direito, não pode tratar de formas diferentes».

Do que se trata, ainda segundo as suas palavras, é de «consagrar iguais direitos para situações idênticas». E por isso a opção da bancada comunista pela apresentação de um projecto de lei para as uniões de facto hetero e homossexuais, no qual reproduz o constante da lei aprovada em 1999, introduzindo-lhe como melhoria a transmissão do direito ao arrendamento.

Que futuro para os Fundos Estruturais?

• Fátima Garcia

A Comissão Europeia apresentou o seu segundo relatório sobre a coesão económica e social. Em 1996, a Comissão apresentou o seu primeiro relatório que serviu de base às propostas da «Agenda 2000», que conduziu à reforma da política de coesão aprovada pelo Conselho em Junho 1999. Com este segundo relatório pretende lançar a discussão para a futura reforma que terá lugar a partir de 2007 e que deverá ter em conta o alargamento da União Europeia (os 15 estados-membros actuais mais os 12 países com os quais se estabeleceram negociações de adesão). Hoje ainda, e apesar da utilização dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, as disparidades do rendimento por habitante (PIB) entre as diversas regiões da UE é ainda considerável. O rendimento médio dos 10% da população da União que vive nas regiões mais prósperas é 2,6 vezes superior aos 10% da população que vive nas regiões menos prósperas. No essencial existem dois grupos de países: os 11 países mais prósperos e os países chamados «da coesão» – Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia. Numa Europa alargada passaria a haver três grupos. Os países mais prósperos compreendendo 12 dos actuais estados-membros. Um grupo intermédio em que se integraria Portugal, Espanha,

média da União para as regiões de Objectivo 1 (todo o Portugal menos a região de Lisboa e Vale do Tejo que saiu na revisão de 1999) e PNB inferior a 90% da média para o Fundo de coesão – haveria regiões menos prósperas que por uma mera análise matemática passariam para o clube das mais ricas, sem que objectivamente tivessem havido qualquer alteração.

Então que fazer ?

Em primeiro lugar deve-se esclarecer que possíveis alterações nos critérios de atribuição dos fundos comunitários provocadas pelo alargamento da União Europeia, apenas terão efeito a partir de 2007. Até lá, Portugal receberá o que foi acordado em 1999 e atribuído ao seu Terceiro Quadro Comunitário de Apoio. Caso se verifique entretanto a adesão de um novo país, este será apoiado por fundos que estão em reserva para esse efeito.

O que importa começar a discutir é como resolver o problema da definição de critérios que não exclua automaticamente as regiões onde ainda se verificam atrasos de desenvolvimento.

Neste sentido, a Comissão lança à discussão quatro opções.

– Aplicação do limiar actual de 75%, independentemente do número de

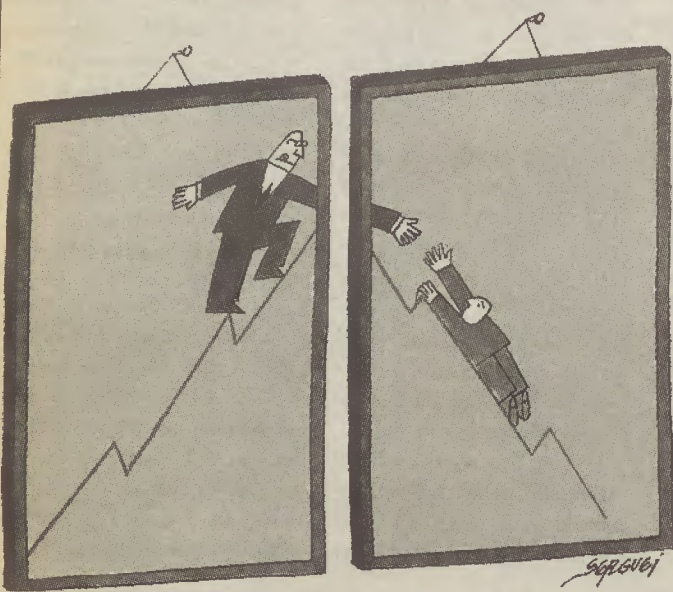
países que venham a aderir. Esta opção eliminaria um grande número de regiões dos Quinze e uma futura elegibilidade para apoio comunitário dependeria de prioridades e critérios outros que os das regiões menos desenvolvidas. – O mesmo critério mas considerando que todas as regiões actualmente Objectivo 1 mas que viessem a estar acima deste limiar deveriam beneficiar

de um apoio transitório (*phasing-out*).

– A fixação de um limiar de elegibilidade mais elevado que 75% eliminando a possibilidade de integrar regiões que sem o alargamento já não seriam consideradas com atraso de desenvolvimento no final do actual período de programação.

– O estabelecimento de dois limiares de elegibilidade, um para as regiões dos Quinze e outro para os países candidatos.

Mas haverá igualmente que decidir sobre outros aspectos como a inclusão ou não de critérios como a taxa de desemprego, o nível de formação, sobre as taxas de cofinanciamento (relação entre o financiamento comunitário e o nacional) e também sobre o futuro envelope financeiro comunitário. Participaremos na discussão a realizar no Parlamento Europeu em defesa do que mais se ajustar ao interesse nacional e como a próxima reforma será ainda decidida por unanimidade, nada será concluído sem a aprovação do Governo português.



Grécia e ainda Chipre, Malta, Eslovénia e a República Checa, onde o rendimento está próximo dos 80% da média da Europa a 27 e que representa 13% da população total. E a grande novidade passaria a ser a existência de um terceiro grupo de oito países onde o rendimento se situa próximo dos 40% da média e que corresponde a 16% da população total.

Ao nível nacional, mais de um terço da população viverá em países onde o PNB será inferior a 90% da média da União – média de elegibilidade para o Fundo de Coesão – contra um sexto na Europa actual.

Com o alargamento, o rendimento médio por habitante de 10% da população vivendo nas regiões menos prósperas chegaria apenas a 31% da média europeia. Na Europa dos 15 esta relação é de 61%.

Face a este panorama, fácil será concluir que o alargamento não provocará pequenas alterações. Se os actuais critérios de elegibilidade se mantiverem – PIB inferior a 75% da

Um quinto da população europeia regista menos de 75 por cento do PIB médio

O fosso da pobreza

No conjunto das 211 regiões da União Europeia, os Açores surgem entre as oito mais pobres, com um nível de riqueza por habitante que representa apenas 52 por cento da média comunitária.

Segundo os dados mais recentes relativos a 1998, publicados na sexta-feira pelo gabinete de estatística europeia (Eurostat), o produto interno bruto por habitante das 211 regiões europeias, medido em unidades de poder de compra, situava-se em relação à média europeia entre os 42 por cento da região grega de Ipeiros e os 243 por cento registados na região britânica de Inner London.

No grupo das regiões mais pobres, os Açores ocupam a quarta posição, com o mesmo rendimento de Guadalupe (França), 52 por cento; e atrás das regiões de Dytiki Elliada e Peloponnisos (Grécia) e Guiana (França), que atingem 53 por cento da média comunitária.

Pior, só mesmo a já referida Ipeiros (42%), a Ilha da Reunião (França) e a região espanhola da Extremadura, ambas com 50 por cento da média da UE.

No seu conjunto, Portugal atinge os 75 por cento da média comunitária, valor para o qual muito contribui

os 95 por cento conseguidos pela Região de Lisboa e Vale do Tejo. As outras seis regiões consideradas registam valores muito inferiores. A região Norte consegue apenas 66 por cento; a zona Centro, 65%; o Alentejo, 67%; o Algarve, 76%; a Madeira, 58%. Os Açores fecham a lista com pouco mais de metade da média europeia.

Grandes assimetrias

O nosso país apresenta o segundo mais baixo PIB por habitante da UE, superiorizando-se apenas à Grécia que se fica pelos 66 por cento da média. Os países mais ricos são o Luxemburgo, com 176%; a Dinamarca, com 119%; a Holanda, com 113%; a Áustria (112); a Bélgica com 111%; a Alemanha e a Irlanda, ambos com 108. Seguem-se o Reino Unido, a Suécia e a Finlândia, todos com 102%; a Itália com 101%; a França com 99%; e a Espanha, com 81%.

Contudo, se as assimetrias entre os diferentes estados-

membros são notórias, elas atingem proporções desmesuradas entre as 211 regiões em análise.

Como acima se referiu, a região o PIB mais elevado por habitante é de longe Inner London (243%). Ainda muito acima da média comunitária, seguem-se regiões como Hamburgo (186%), Darmstadt (154%) e Oberbayern (161%), na Alemanha; o Grão Ducado do Luxemburgo (176%), a capital belga, Bruxelas (169%); e a capital austríaca, Viena (163%).

No lado oposto, estão 46 regiões com menos de 75 por cento do PIB médio. Neste grupo estão 11 das 13 regiões gregas e cinco das sete regiões portuguesas. Incluem-se ainda as regiões ultramarinas francesas e oito das 18 regiões espanholas.

Mas também no interior dos chamados países ricos se verificam muitas desigualdades. Abaixo de 75 por cento do PIB médio, na Alemanha existem sete regiões; na Itália, cinco; na Áustria, uma; na Irlanda, uma; e no Reino Unido, quatro. Ao todo vivem nestas 46 regiões 71 milhões de habitantes, o que correspondia, em 1998, a 19 por cento do total da população dos Quinze.

UE pode abrir mercado

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze examinaram na segunda-feira uma proposta da Comissão Europeia para abolir direitos alfandegários aos produtos, excepto armas, provenientes dos países mais pobres.

Em Setembro, a Comissão aprovou o projecto que consiste em abrir o mercado europeu aos produtos dos 48 Países Menos Avançados do Mundo (PMA), excepto aos que têm comércio de armas. Com a iniciativa, o executivo europeu pretende fazer um

gesto face aos países mais pobres do mundo e mostrar que a União Europeia «tem palavra a nível de ajuda ao desenvolvimento», segundo um porta-voz da Comissão.

No entanto, vários países da UE levantaram objecções à abertura do mercado europeu a três produtos considerados «sensíveis»: bananas, açúcar e arroz. França, Espanha, Portugal e Bélgica manifestaram-se preocupados com o impacto da medida temendo a desestabilização dos mercados.

A Comissão, apoiada pelos

países escandinavos e pelo Reino Unido, decidiu alterar a sua proposta, adiando os prazos para a entrada em vigor da taxa zero para 2006 para as bananas, e para 2009 para o açúcar e arroz, quando na proposta inicial se previa uma transição de três anos para os referidos produtos. Contudo, o objectivo final dum liberalização total manteve-se. A UE é o principal destino dos produtos comerciais dos países pobres, absorvendo 56 por cento das exportações.

Reino Unido abate milhares de porcos

O governo britânico anunciou no sábado o abate sistemático de milhares de porcos de oito propriedades no Reino Unido, onde já se confirmou a presença da doença da febre aftosa.

Em todas as propriedades, os porcos serão abatidos e as suas carcaças incineradas no local, para limitar ao máximo o risco de contaminação suplementar no resto do país.

A febre aftosa, que não é perigosa para o homem, mas se transmite muito facilmente pelos ruminantes (ovinos,

bovinos e caprinos) e pelos porcos, está a alarmar os restantes países europeus. Na passada semana, a União Europeia decretou um embargo total aos animais de criação britânicos e os produtos alimentares derivados.

A Bélgica também já interditou, por um tempo indeterminado, o transporte de ovelhas e cabras no seu território. Por seu turno, o Ministério da Agricultura alemão convocou para segunda-feira uma reunião de crise para analisar o surto

de febre aftosa e as medidas preventivas necessárias para proteger os animais alemães.

A França já desencadeou uma acção de inspecção aos «animais sensíveis à doença», nomeadamente aqueles que chegaram do Reino Unido nos últimos 30 dias, período ao longo do qual foram importados cerca de 47 mil ovinos.

O último foco de febre aftosa no Reino Unido data de 1967, ano em que mais de 400 mil cabeças de gado foram sacrificadas.

Acordo impossível nas pescas

O comissário europeu das Pescas, Franz Fischler, pediu, na segunda-feira, novo mandato aos Quinze para continuar a negociar um novo acordo de pescas com Marrocos, depois de a última ronda negocial, na semana passada, ter terminado em mais um fracasso. O governo marroquino insistiu numa contrapartida financeira de cerca de 90 milhões de euros (18 milhões de contos) por ano em troca de possibilidades pesqueiras mais reduzidas para a frota comunitária, comparadas com o acordo que expirou em Dezembro de 1999. Para além disso, exigiu o aumento dos desembarques obrigatórios de pescado nos seus portos. O comissário ofereceu um valor mais limitado que poderia chegar aos 40 milhões de euros (oito milhões de contos) no terceiro ano do acordo. Para além desta proposta, Rabat apresentou três outras possibilidades de acordo, igualmente recusadas por Fischler. Uma destas implicava o desembarque total em Marrocos das capturas efectuadas e uma compensação proporcional; outra previa um acordo de quatro a cinco anos, limitado às espécies não ameaçadas, excluindo camarões e cefalópodes, igualmente com uma compensação proporcional; e uma última, sem compensação financeira que permitia manter pelo prazo de um ano a frota artesanal, desaparecendo de imediato a frota industrial.

Combater a pedofilia

A Comissão Europeia atribuiu uma verba de um milhão de euros (cerca de 200 mil contos) à Organização Mundial de Turismo (OMT), que deverá estudar em conjunto com outras três organizações uma estratégia global de combate ao turismo sexual envolvendo crianças. A OMT, que conta actualmente com 138 membros, dos quais 10 são estados-membros, foi responsável pela criação, em 1997, do Observatório da Prostituição e do Turismo de Crianças, que integra associações da indústria do sector, autoridades públicas e organizações não-governamentais, no qual se inspira o novo projecto. Os principais objectivos são a obtenção de informações fiáveis sobre os fluxos turísticos para destinos onde existe a prática do turismo sexual com crianças e a indicação às agências de turismo de cada país de processos concretos para os combater; a publicação e difusão de documentos estratégicos sobre o problema e a criação de um site na internet para a denúncia da exploração de crianças. Além da Comissão Europeia e da OMT, o projecto conta com a organização alemã de defesa dos direitos das crianças, Terre des Hommes, a ECPT - organização sueca de protecção das crianças contra o comércio sexual de crianças e a Federação Internacional de Jornalistas.



A CNA defende a substituição do modelo industrial e intensivo pelo modo de tipo familiar (foto de arquivo)

Protestos no Conselho Agrícola

Quem paga a crise?

Agricultores dos vários estados-membros convergiram na segunda-feira para a capital belga em protesto contra as recentes medidas comunitárias de combate à BSE e pela alteração da Política Agrícola Comum.

A manifestação, organizada pela Coordenadora Agrícola Europeia (CPE), teve como principal objectivo pressionar os responsáveis da Agricultura dos Quinze, reunidos em Bruxelas, no sentido de suspenderem o corte dos apoios aos produtores de bovinos e de optarem claramente por um modelo agrícola que defenda a produção familiar.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), presente na manifestação, afirma que um corte nos apoios «acabará com a pequena e média agricultura, que é a única capaz de garan-

tir a segurança dos consumidores».

Considerando os industriais das farinhas animais um dos culpados pela propagação da doença, os agricultores exigem a sua responsabilização: «Devem ser os industriais, a União Europeia e os estados membros a suportar os custos da actual situação e não os produtores, que não são os responsáveis», declarou, à

Lusa João Vieira, da direcção da CNA e da CPE.

Os organizadores da acção pronunciam-se «por uma outra PAC sem *dopping* e sem *dum-ping*, que dê prioridade ao

emprego agrícola e rural, à saúde, à qualidade alimentar dos produtos, com respeito pelo ambiente e por um comércio mundial equilibrado».

Reduzir produção

No interior do edifício do Conselho Europeu, guardado por um forte dispositivo policial, os ministros da Agricultura da União Europeia discutiram as novas medidas para fazer frente aos excedentes que se acumulam no mercado comunitário como consequência da crise das «vacas loucas».

O plano proposto pela Comissão Europeia prevê o reforço de ajudas à agricultura biológica e a possibilidade de afectar solos em pouso obrigatório ao cultivo de plantas forrageiras para alimentação animal. Por outro lado, limita a atribuição de prémios especiais a explora-

ções com um máximo de 90 bovinos e 1,8 cabeças por hectare. Esta medida, que segundo a Comissão visa reduzir o número de animais nas explorações intensivas e promover a produção extensiva, representa um corte real nos apoios comunitários.

É ainda proposta a criação de um regime especial de compra que permite aos estados escolher entre a destruição ou armazenamento dos bovinos com mais de 30 meses, mantendo-se em ambos os casos a mesma compensação financeira (70 por cento a cargo da União, 30 por cento a cargo do estado-membro).

Os ministros debateram também a possibilidade de transmissão da doença da BSE às ovelhas e as medidas de emergência adoptadas pela Comissão para evitar a propagação da febre aftosa descoberta no Reino Unido.

Quinze preparam Europa dos 27

Os chefes da diplomacia dos Quinze assinaram na segunda-feira, em Nice, no sul de França, um novo Tratado comunitário que prevê o alargamento da União Europeia ao Leste e ao Mediterrâneo, a partir de 2003.

Recorde-se que o acordo foi alcançado em 11 de Dezembro passado e no final de uma discussão que se propunha limitar o número de comissários europeus, estabelecer uma nova repartição de votos atribuídos a cada Estado membro nas decisões do Conselho de Ministros e generalizar a tomada de decisões por maioria qualificada.

A repartição dos votos foi a principal questão que opôs pequenos e grandes países, uma vez que, em Nice, foi reforçado o peso relativo de países como Alemanha,

França, Reino Unido e Itália, que passam a ter cada um 29 votos, num total de 345 (27 estados-membros). Actualmente têm 10 cada, num total de 85 (15 estados-membros).

Nas negociações, a Alemanha não logrou romper a paridade de votos que tem com a França, Reino Unido e Itália, mas, numa Europa a 27, terá um poder elevado para impedir a aprovação das decisões por maioria qualificada. Com 17 por cento da população da UE, bastará juntar-se a dois dos restantes três grandes para bloquear uma decisão. Entre os países pequenos e médios, Portugal e Bélgica passam a ter 12 votos, a Roménia 14, a Holanda 13, a Suécia 10, a Irlanda 7, o Luxemburgo 4. Malta quando aderir terá apenas 3 votos.

Neste momento, uma decisão por maioria qualificada é

tomada por um mínimo de 62 votos, num total de 87, mas passará a sê-lo por 255, num total de 345 votos. O novo sistema estipula que uma decisão por maioria qualificada terá de envolver uma maioria de estados-membros (metade mais um, ou seja, 14 em 27).

Se algum membro do Conselho de Ministros o pedir, será ainda feita uma nova verificação para assegurar que a soma da população dos estados-membros representados na maioria é ou não superior a 62 por cento da total da União.

Os estados-membros de maior dimensão e mais populosos têm actualmente dois comissários em Bruxelas e os restantes 10 países apenas um, num total de 20. A manter-se a actual regra, as adesões dos 12 países candidatos

elevariam para 32 o número de comissários europeus.

A partir de 2005, a Comissão Europeia, o órgão executivo da UE, passa a ser composta por um nacional de cada estado-membro. Quando a UE contar com 27 estados-membros, será tomada uma decisão para fixar definitivamente o número limite de membros da Comissão Europeia, que será sempre inferior ao dos estados da UE.

No que diz respeito ao fim do direito de veto, o Tratado de Nice definiu cerca de 30 matérias que passam a ser aprovadas por maioria qualificada, abandonando-se a regra da unanimidade. As questões mais sensíveis (fiscalidade, segurança social e política comercial) continuam, por enquanto, a ter de receber o acordo de todos para serem aprovadas.

UE quer defesa autónoma

Os ministros dos Negócios Estrangeiros europeus reuniram-se na terça-feira com o novo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, para analisar a futura coordenação entre as estruturas de defesa da União Europeia e a Aliança Atlântica.

O este primeiro encontro entre Colin Powell e os seus homólogos europeus decorreu num momento de tensão nas relações entre os Estados Unidos e a União Europeia, motivado pela oposição norte-americana a uma autonomia dos Quinze em matéria de defesa.

Em finais de Novembro os países da UE acordaram criar até 2003 uma força comum de 100 mil homens, 400 aviões de combate e 100 navios de guerra, em prontidão a 60 dias e a serem mantidos em regime de actividade durante um ano. Na Cimeira de Nice, no início de Dezembro, os Quinze encerraram o primeiro ciclo da formação do seu «exército», com a aprovação pelos chefes de Estado e de governo das estruturas da futura força militar autónoma. A administração norte-

americana diz ser favorável à criação de uma força de reacção rápida europeia, que poderá agir num crise independente da NATO, desde que esta última não intervenha directamente (ou sejam os EUA, que dominam a estrutura) e que o planeamento e organização de forças continue a ser feito em conjunto. No entender de Washington, a «emancipação» europeia em matéria de defesa sem uma coordenação estreita com a Aliança Atlântica ameaça enfraquecer esta organização.

Doenças transmissíveis

A Comissão Europeia adoptou um «Programa de Acção» destinado a ajudar os países pobres a lutar contra as doenças transmissíveis como a sida e a tuberculose. Este programa prevê um crescimento de somas concedidas às despesas de saúde, de luta contra a sida e de ajuda às populações mais atingidas. Em 2000, estas somas representaram 800 milhões de euros (16 milhões de contos), ou seja oito por cento do orçamento total da UE para a cooperação e o desenvolvimento. O plano quer incentivar a produção local de medicamentos a um preço aceitável e convencer os grupos farmacêuticos a praticar um sistema de preço diferenciados. As doenças transmissíveis provocam a morte de cerca de cinco milhões de pessoas por ano nos países em vias de desenvolvimento e constituem um travão ao seu progresso económico e social.

Novos ataques ao Iraque

Aviões norte-americanos e britânicos voltaram a bombardear quinta-feira posições da defesa iraquiana, desta vez no norte do Iraque. No mesmo dia, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que não condenou os ataques, afirmou em carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Mohamed Said Al-Sahhaf, que cabe «ao Conselho de Segurança julgar a legalidade dos ataques aéreos», bem como «a imposição de zonas de exclusão aérea». Nenhuma destas medidas resulta de qualquer mandato das Nações Unidas.

Mosco, reagindo de imediato ao ataque, classificou-o de um «novo desafio» de Washington «à opinião pública mundial». Em declarações à agência Interfax, o general Ivachov afirmou que «se Washington continua a agir desta maneira, nenhum país no mundo se pode sentir em segurança». O general sublinhou ainda a «complacência da ONU perante os bombardeamentos», apelidando-os de acção «bárbara e desumana».

Indonésia

Novos confrontos étnicos entre os membros da tribo Dayak e os colonos da Ilha Madura residentes em Kalimantan Central, região indonésia da Ilha de Bornéu fizeram, pelo menos, 143 mortos na passada semana.

O médico do Hospital Murjani, em Sampit, afirmou que «muitos dos cadáveres foram mutilados e outros decapitados».

As perdas humanas juntou-se a destruição de, pelo menos, 80 habitações em Sampit, a localidade mais afectada pelos distúrbios, e nas localidades vizinhas de Kuala Kuayan, Paringian, Kasongan e Cempaka Mulis.

Massacre no Togo

Existem «violações sistemáticas dos direitos do homem» no Togo, África. A denúncia é feita pela Comissão de Inquérito internacional encarregue de investigar os alegados massacres em 1998. A comissão foi criada em Junho de 2000 pela ONU e OUA depois da Amnistia Internacional (AI) ter denunciado que centenas de pessoas foram mortas pelas forças de segurança, e posteriormente os seus corpos deixados ao mar.

No documento a comissão de inquérito afirma «ter a convicção de que as alegações sobre execuções extrajudiciais perpetradas no Togo deverão ser tidas em consideração».

Cessar-fogo em Caxemira

O primeiro-ministro indiano, Atal Behari Vajpayee, anunciou na passada semana ao Parlamento que o cessar-fogo unilateral em Caxemira foi prolongado até Maio. Vajpayee fez o anúncio na sequência da decisão do seu Governo de prolongar a trégua pela terceira vez, apesar da rejeição da guerrilha islâmica, que luta contra a presença das forças indianas em Caxemira.

Extrema-direita colombiana intensifica esforços para impedir o avanço do processo de paz

Guerra na Colômbia continua

Confrontos na Colômbia entre grupos guerrilheiros de esquerda e milícias paramilitares de direita mataram 30 pessoas nas montanhas dos Andes.

O número de vítimas resultantes do confronto ocorrido na pequena cidade de Santa Rita de Ituango, a 250 quilómetros da capital Bogotá, foi o mais elevado dos últimos sete meses de guerrilha colombiana que dura há mais de 37 anos.

Alvaro Londoño, oficial de Santa Rita, afirmou que se suspeita que a maior parte dos mortos sejam membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

(FARC) - o maior grupo armado rebelde do país - e das milícias Forças de Autodefesa Unidas da Colômbia (FAUC) de extrema-direita.

«Podemos confirmar a morte de 29 pessoas, em princípio todos combatentes, e a morte de um civil», disse Londoño à rádio privada Caracol.

A guerra na Colômbia, que se tem intensificado nos últimos anos, já causou

mais de 35 000 mortos nos últimos 10 anos.

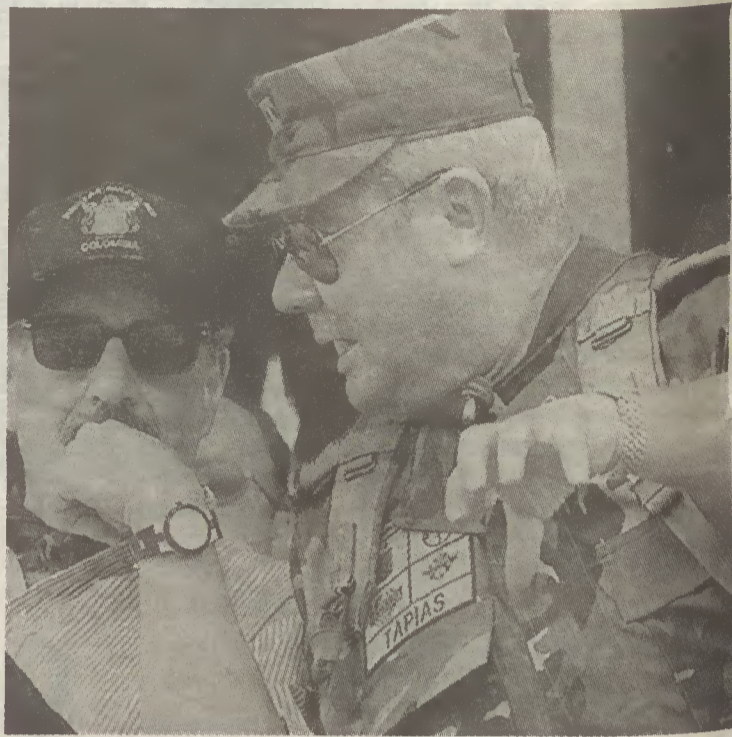
Há dois anos, o presidente Andres Pastrana deu início a negociações de paz com os 17 mil membros das FARC - o grupo guerrilheiro maior e mais poderoso da América do Sul, que defende princípios socialistas.

Por seu lado, as FAUC, criadas por volta de 1980 como grupos de defesa pessoal financiados por latifundiários e agricultores, cresceram nos últimos anos tendo, actualmente, cerca de 8000 membros. O seu objectivo é combater as forças de esquerda que lutam pela democracia na Colômbia.

Grupos de direitos humanos de todo o mundo acusam as FAUC de ter ligações com o exército e com os cartéis da droga, bem como de serem responsáveis pela chacina de milhares de civis, simpatizantes das FARC, acusando-as de praticar uma «guerra suja».

Acordo de paz

Os acordos que o presidente Andrés Pastrana assinou com o líder das Forças



Andrés Pastrana (à esquerda) conversando com o chefe das Forças Armadas, general Fernando Tapias

Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Manuel Marulanda, conhecido como «Tirofijo», especifica que as FARC, a guerrilha mais numerosa e melhor armada da América Latina, «não se oporão ao projecto de erradicação manual de plantações ilegais, bem como à sua substituição».

A guerrilha, presente nas zonas onde se produz a

cocaína, prefere uma erradicação manual das plantações ao lançamento de herbicidas previstos no Plano Colômbia. Esta foi uma das questões levantadas por Marulanda, quando aceitou reunir-se com o presidente da Colômbia.

As FARC rejeitam este plano, financiado em 1300 milhões de dólares por Washington, afirmando tratar-se de «um plano de guerra».

Humans Rights critica Israel

O exército israelita responde «de forma cega» aos ataques de que é alvo, nomeadamente na cidade de Hebron, provocando «um número excessivo de vítimas civis», acusa a organização de defesa dos direitos humanos Humans Rights Watch (HRW) num comunicado difundido a semana passada em Nova Iorque.

A acusação, divulgada nas vésperas da chegada a Israel do secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, no âmbito de um périplo pelo Médio Oriente, não suscitou comentários da Casa Branca.

Segundo informações da Lusa, a HRW revela que um inquérito efectuado por membros da organização em Hebron permitiu contabilizar a morte de nove civis e numerosos feridos em consequência dos «tiros israelitas» naquela cidade cisjordana.

«As forças israelitas causam a morte de civis ao dispararem de uma forma cega sobre os bairros palestinianos de Hebron», escreve Joe Stork, director da secção Médio Oriente da HRW.

Na opinião daquele responsável, «o exército israelita tem a obrigação de proteger os civis palestinianos contra os tiros e deveria adoptar as medidas necessárias para impedir os ataques armados contra os civis israelitas».

À beira do colapso

O comunicado lamenta igualmente «os disparos palestinianos sobre os colonatos israelitas» e apela à Autoridade palestiniana para que «adopte medidas para impedir os ataques armados contra os civis israelitas». «Os atiradores palestinianos fazem também os civis palestinianos correr riscos ao dispararem sobre os colonatos e as posições do exército israelita a partir de zonas muito povoadas», refere o texto. Embora considerando que este comportamento dos palestinianos não é «aceitável», e que compete à Autoridade palestiniana adoptar mais medidas para lhe pôr cobro, Joe Stork sublinha no entanto que uma tal situação «não dá a Israel carta branca para ripostar de uma maneira tão intensa e cega contra os bairros palestinianos, pondo em perigo a vida de civis».

Entretanto, enquanto o primeiro-ministro eleito, Ariel Sharon, continua a tentar formar um governo de «unidade nacional», o ainda primeiro-ministro em exercício, Ehud Barak, voltou a ordenar o encerramento das fronteiras da Autoridade Palestiniana por «razões de segurança». A medida contribui para agravar ainda mais a debilitada economia palestiniana, duramente afectada pelas sanções impostas por Israel, de que se destaca, para além da livre circulação de pessoas e bens, a retenção de 54 milhões de dólares de receitas fiscais (11,7 milhões de contos).

Segundo o representante da ONU junto das autoridades palestinianas, Terje Roed-Larsen, a economia da ANP está à beira de um colapso pelo facto de a sua administração não ter fundos para pagar aos funcionários e às forças de segurança. Os gastos mensais da ANP são estimados em 85 milhões de dólares (18,4 milhões de contos), mas actualmente apenas recebe 15 milhões (3,2 milhões de contos).

Coreia do Sul

Em pé de guerra

A polícia da Coreia do Sul invadiu a principal fábrica da Daewoo Motor Co., na cidade de Ichon, numa tentativa de acabar com os protestos dos trabalhadores que já se tornaram um símbolo da resistência sindical aos planos governamentais de reestruturação económica nacional.

Cerca de 400 trabalhadores, num total de 1750, que foram despedidos dia 19 de Fevereiro, receberam as autoridades com *cocktails Molotov*, provocando incêndios numa das unidades fabris da instalação.

Com a invasão policial, os manifestantes recuaram do pátio para dentro da fábrica, enquanto lançavam ferramentas e peças de automóveis aos cerca de 4 mil efectivos das forças de segurança.

Familiares de alguns manifestantes também se encontravam no local gritando palavras de ordem como «abaixo o presidente Kim Dae-jung».

Esta situação surge na sequência do encerramento de duas linhas de montagem da principal fábrica do grupo em Pupyong, como medida de redução dos seus «stocks».

A Daewoo pretende reduzir a sua força de trabalho para um terço, o que representa o despedimento de um total de 6884 trabalhadores, enquanto negocia a sua aquisição pela norte-americana General Motors como parte dos esforços para poupar o grupo à alegada crise económica.

Os resultados de 2000 revelam, no entanto, um lucro de 50 milhões de dólares. Recentemente, o governo sul-coreano ordenou a fusão ou encerramento de dezenas de grandes empresas nacionais, alegando falta de alternativas para salvar a economia de uma nova crise.

Mas a perda de dezenas de milhares de empregos «irritou» os sindicatos, que estão a organizar protestos por todo o país.

Dell despede 17 000...

A Dell Computer anunciou recentemente que vai despedir 1700 funcionários para reduzir custos. A companhia atribuiu os despedimentos à sua «frágil situação económica» e, principalmente, à queda na procura de computadores.

Os cortes vão afectar basicamente as áreas administrativa, de *marketing* e de suporte no estado norte-americano do Texas, que, segundo a empresa, se tornaram redundantes com a reorganização em diversas unidades de negócios da Dell. Outros, no entanto, são resultado de suas baixas expectativas em relação ao crescimento da empresa e da indústria.

... e Motorola 300

A Motorola despediu mais 300 trabalhadores da sua fábrica de telefones celulares nos Estados Unidos e informou que continuará os seus «esforços» nos próximos meses para cortar dois mil milhões de dólares em despesas nas suas divisões.

Em Janeiro, a companhia comunicou um corte de 2500 empregos na unidade de Harvard, também fabricante de telefones celulares, que é uma das duas fábricas em operação dos Estados Unidos.

Em Dezembro, a Motorola reduziu 2780 postos de trabalho no estado de Iowa, na Florida e na Irlanda.



Os protestos da população saarai em El Aaiún, no último semestre de 1999, barbaramente reprimidos pela polícia marroquina, revelaram que a questão do Saara Ocidental está bem viva mesmo no território ocupado por Rabat. Fotografias publicadas pelo semanário marroquino *Le Journal*, de Casablanca, testemunharam então a brutalidade das forças de segurança. Na mesma altura, o rei Mohamed VI anunciava que a sua opção pela democracia era «irreversível». O adiamento do referendo marcado para Julho de 2000 e o novo impasse em que se encontra o processo de paz são elucidativos do que em Marrocos se entende por democracia

Saara Ocidental

25 anos de luta

A República Árabe Democrática Saarai fez 25 anos no dia 27 de Fevereiro, mas o povo saarai continua a não ter direito a viver em paz na sua terra.

Quinze anos de luta armada e dez anos de um processo de paz ainda por cumprir parecem não ser o bastante para o povo saarai ver reconhecidos os seus legítimos direitos. Após sucessivos adiamentos do referendo de autodeterminação, o secretário-geral da

ONU, Kofi Annan, considera ainda haver lugar para novos adiamentos e põe em causa o essencial do que chegou a ser acordado entre as partes.

No relatório apresentado há uma semana ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova Iorque, Annan dá mais um prazo de dois meses a Marrocos para que proponha uma autonomia substancial para o Saara Ocidental, sem o que ameaça (?) retomar o processo com vista ao referendo.

A decisão é deveras curiosa. Acordado em 1992, o referendo foi sendo adiado por Marrocos através dos mais diversos subterfúgios, nomeadamente apresentando um elevado número de recursos contra o recenseamento de votantes organizado pelas Nações Unidas.

Recorda-se que parte significativa do território da antiga colónia espanhola do Saara Ocidental é controlada por Marrocos, embora a sua autoridade não seja reconhecida internacionalmente, enquanto a Frente Polisário controla outra parte do território, tendo o seu quartel-general, juntamente com campos de refugiados, em Tindouf, no sudoeste da Argélia.

Após 15 anos de luta armada, Marrocos e a Frente Poli-

sário assinaram em 1991 um cessar-fogo que é supervisionado pela MINURSO (missão da ONU para o Referendo no Saara Ocidental).

Dos acordos de paz consta expressamente a realização de um referendo sobre a autodeterminação. Assim sendo, que significa a proposta de Annan? Objectivamente, o abrir de portas às teses de Rabat, ou seja, uma pretensa autonomia «substancial» para o Saara Ocidental sob a tutela de Marrocos.

A estratégia

A estratégia começou a ser delineada em Dezembro de 1999, quando o secretário-geral da ONU decidiu suspender o referendo, previsto para Julho de 2000, alegando que a revisão dos recursos apresentados por Marrocos levaria entre dois a três anos e que poderia não ser o último obstáculo colocado à consulta popular. O passo seguinte foi o de enviar o ex-secretário de Estado norte-americano James Baker, representante especial de Annan para o Saara Ocidental, na missão de convencer as partes a encontrarem «uma solução política mutuamente aceitável», como se a realização do referendo nunca tivesse existido.

A Frente Polisário continuou a insistir no referendo: Marrocos não deu importância ao assunto.

Em 25 de Outubro do ano passado, Annan voltou à carga, dando quatro meses a Marrocos para apresentar as suas propostas, ao mesmo

tempo que sublinhava a necessidade de as autoridades marroquinas mostrarem estar «dispostas a oferecer ou apoiar alguma autonomia a todos os habitantes ou antigos habitantes do território». Esgotado o prazo, nova proposta de mais dois meses de espera.

O relatório apresentado em Nova Iorque reconhece a ausência de progressos na posição marroquina, bem como a degradação das relações entre as partes originada pela passagem do rali Paris-Dacar pelo território. Segundo refere o documento, o facto de a Frente Polisário não ter sido consultada levou a que os dirigentes saarais admitiessem a interrupção do cessar-fogo e o reinício das hostilidades, tendo chegado mesmo a restringir os movimentos da MINURSO e mobilizado as suas unidades militares para fora da área a que está confinada.

Com um zelo que não se manifesta quanto a outros aspectos do que está acordado, o relatório de Kofi Annan, embora reconhecendo que «o clima de crescente desconfiança e azedume entre as partes está a prejudicar o acordo de cessar-fogo», faz questão de sublinhar que «a mobilização sem aviso prévio, assim como as restrições à liberdade de movimentos da MINURSO, constitui uma violação dos acordos militares» assinados entre a missão da ONU e as duas partes.

Enquanto espera por uma resposta de Rabat, o secretário-geral da ONU garante que esta é a última oportunidade. Se falhar, avisa, a MINURSO «será instruída no sentido de iniciar a análise dos recursos sobre o processo de identificação de forma acelerada, sem que importe quanto tempo levará a chegar ao fim». Mas não foi justamente para isso que a MINURSO foi criada?

Vacas envenenadas

● Pilar del Rio

Elas dizia-se que riam. São discretas. Nos pastos movem-se devagar enquanto se abastecem das ervas tenras que ruminarão depois. Mugem, olham, mascam. Sucedem-se uma às outras desde tempos remotos e graças à sua constância também nós fomos crescendo. As nossas vidas correm paralelas às das vacas, elas no seu papel generoso, nós bebendo o seu leite e fazendo queijo, iogurte, manteiga, requeijão, ou um entrecosto na pedra, uma costeleta na brasa ou um medalhão com ervas finas e um toque de vinho do Porto. Era uma harmonia que a natureza sabia explicar.

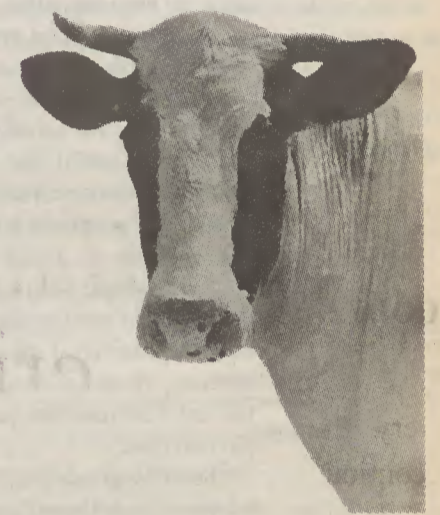
Mas um dia uns homens enlouquecidos pela ambição e apoiados pelo sistema decidiram que as vacas deveriam comer-se umas às outras. Assim, enquanto os homens enlouquecidos enriqueciam, as vacas começaram a mastigar as suas mães, as suas irmãs, talvez os seus filhos, possivelmente também cães e gatos que viam pelos campos ou através das tábuas do estábulo. E começaram a adoecer. Queriam andar e não podiam, mugiam aterradas, tropeçavam em todos os obstáculos, feriam-se, sofriam dores terríveis, estavam doentes, muito doentes, mas os homens que as envenenavam e os seus cúmplices chamaram-lhes loucas para que o nome impedisse ver a realidade e a magnitude do crime.

São loucos os homens. E maus. Se me permitem, com o bendito e imprescindível dedo de assinalar, vou apontar os responsáveis, alguns, deste acontecimento nefasto:

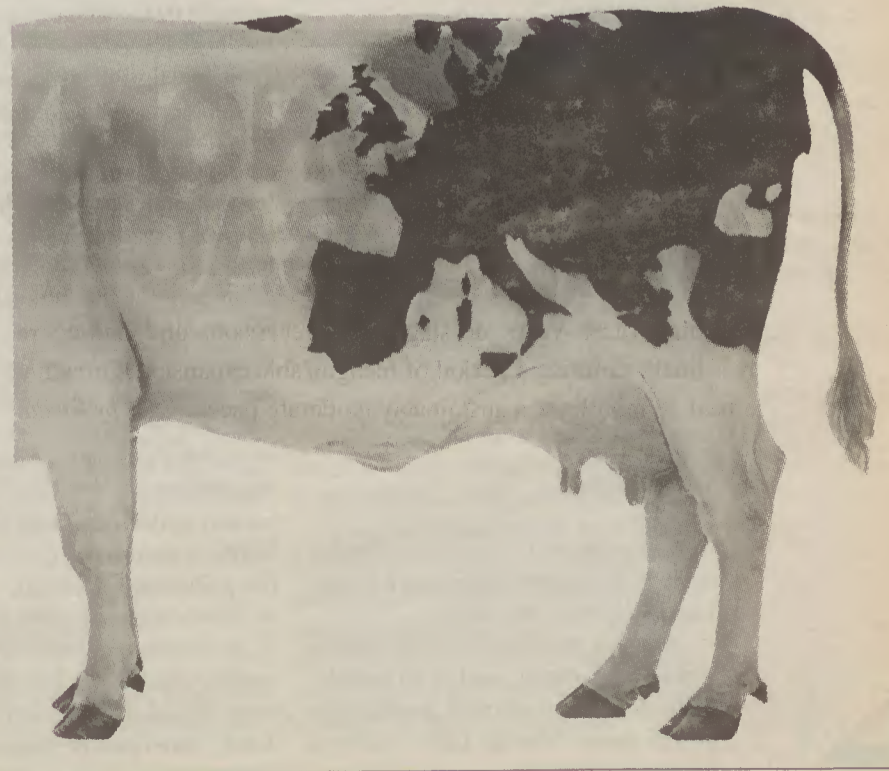
- O laboratório que teve a genial ideia de fabricar as farinhas de carne para consumo do gado vacum e os serviços que autorizaram tal disparate;
 - E os inspectores que supervisionaram;
 - E os ganadeiros que alteraram a alimentação lógica e esfregaram as mãos com o rápido engordar da sua mercadoria;
 - E os veterinários que se calaram;
 - E os empresários que exportaram;
 - E os que, sabendo o que faziam, importaram e distribuíram, contaminando o mundo inteiro.
- É verdade que nesta cadeia de despropósitos haverá inocentes. Ou que os houve até que a catástrofe se tornou pública no Reino Unido, porque já não foi possível continuar a ocultá-la. Os governos que permitiram a

importação e os ganadeiros que compraram essas farinhas a baixo preço sabiam que estavam a envenenar as vacas e possivelmente os seres humanos. Digamos em defesa destas pessoas que confiaram na sua boa estrela ou em que as consequências da sua irresponsabilidade só se tornaria conhecida quando a nossa geração tivesse morrido e que quem viesse atrás se amanhasse, mas esta desculpa é triste e não redime, de forma que terão de enfrentar uma tragédia cuja dimensão ainda não conhecemos mas intuímos.

Entretanto, as vacas procuram continuar a cumprir as funções que conhecem desde antes do início da



história. Não podem. Para elas, o desenvolvimento histórico deste capitalismo que nos vendiam como de rosto humano foi a sua era glacial. Oxalá não cheguemos a vê-las como novos dinossáurios, animais desaparecidos entre alterações genéticas ou decisões administrativas adoptadas por afamados seguidores de Herodes que ditam normas drásticas: que as matem a todas se não se sabe quais estão infectadas pela comida que lhes temos servido. Talvez se nós, os cidadãos, formos capazes de assumir o papel que nos cabe - todos somos possíveis vítimas das sórdidas manipulações dos governos submetidos aos interesses económicos -, e exigirmos perante o Tribunal Internacional de Direitos Humanos responsabilidades penais porque se violaram direitos sagrados, como, por exemplo, o Direito à Saúde, talvez então, dizia, consigamos parar a cadeia de desastros de que somos vítimas. Quem cometeu este novo crime contra a humanidade não pode sair impune.



O Fórum Social Mundial, quando o pano subiu, em Porto Alegre, no dia 25 de Janeiro, era uma incógnita. Cinco dias depois findou numa atmosfera de alegria e confiança com o perfil de uma instituição permanente vocacionada para um combate sereno de longa duração.

O lema deste acontecimento inédito - «um outro mundo é possível» - expressa bem o espírito de uma luta que, ampliada e diversificada no início do novo século, não tem calendário, mas será difícil e demorada porque exige o confronto e a derrota da engrenagem de poder do capitalismo que está a empurrar a humanidade para o abismo: o sistema imperial hegemonizado pelos EUA e o mercado neoliberal globalizado.

O NÃO de Seattle assinalou a abertura de uma etapa na guerra sem armas; o Fórum de Porto Alegre iluminou bem o carácter universal da rejeição pelos povos do novo capitalismo imperial.

O que aconteceu em Porto Alegre nestes dias não seria possível há dois ou três anos. Nesse breve espaço de tempo produziu-se um amadurecimento da consciência social que altera as perspectivas do desenvolvimento da história e começa a modificar a relação de forças.

Foi a própria obra devastadora e desumana do neoliberalismo que actuou em escala universal sobre as vítimas do sistema, criando as condições subjectivas, antes inexistentes, para a confrontação em curso.

Porto Alegre deu ao Fórum do capital, reunido em Davos, uma resposta que foi muito além do protesto, comovente mas inorgânico, de Seattle. Da fase do repúdio, forças e organizações que representam o sentir de milhares de milhões de pessoas passaram ao patamar da reflexão e do debate colectivos sobre a alternativa àquilo que não aceitam.

Na tarde escaldante de 25 de Janeiro, o povo da capital do Rio Grande do Sul abriu o grande espectáculo como sujeito da história. Ao comparecer maciçamente, unindo-se aos participantes estrangeiros do Fórum, imprimiu ao grande desfile a atmosfera de um sereno desafio internacionalista. Durou mais de duas horas a «caminhada» - é a palavra gaúcha - de cinco quilómetros entre a Praça da Câmara Municipal e o anfiteatro do Pôr do Sol.

Em poucas cidades do mundo seria possível ver algo parecido. Sob um sol escaldante (a temperatura à sombra atingiu os 40 graus) o governador do Estado, Olívio Dutra, o prefeito da cidade, Tarso Genro, deputados federais e estaduais e representantes das oito organizações promotoras do evento encabeçaram a manifestação de repúdio ao neoliberalismo.

Pelo mundo afora, as chamadas forças da ordem funcionam quase sempre como forças da repressão ao serviço dos interesses da classe dominante. Não ali. Em Porto Alegre, onde o povo participa activamente da construção do presente e do futuro, as tropas de cavalaria da Polícia Militar garantiam no desfile a segurança dos delegados estrangeiros e do povo da cidade, identificadas com os objectivos do Fórum. Foi emocionante viver aquilo.

Gigantismo

O gigantismo do Fórum e a simultaneidade dos painéis colocaram à organização problemas em cadeia.

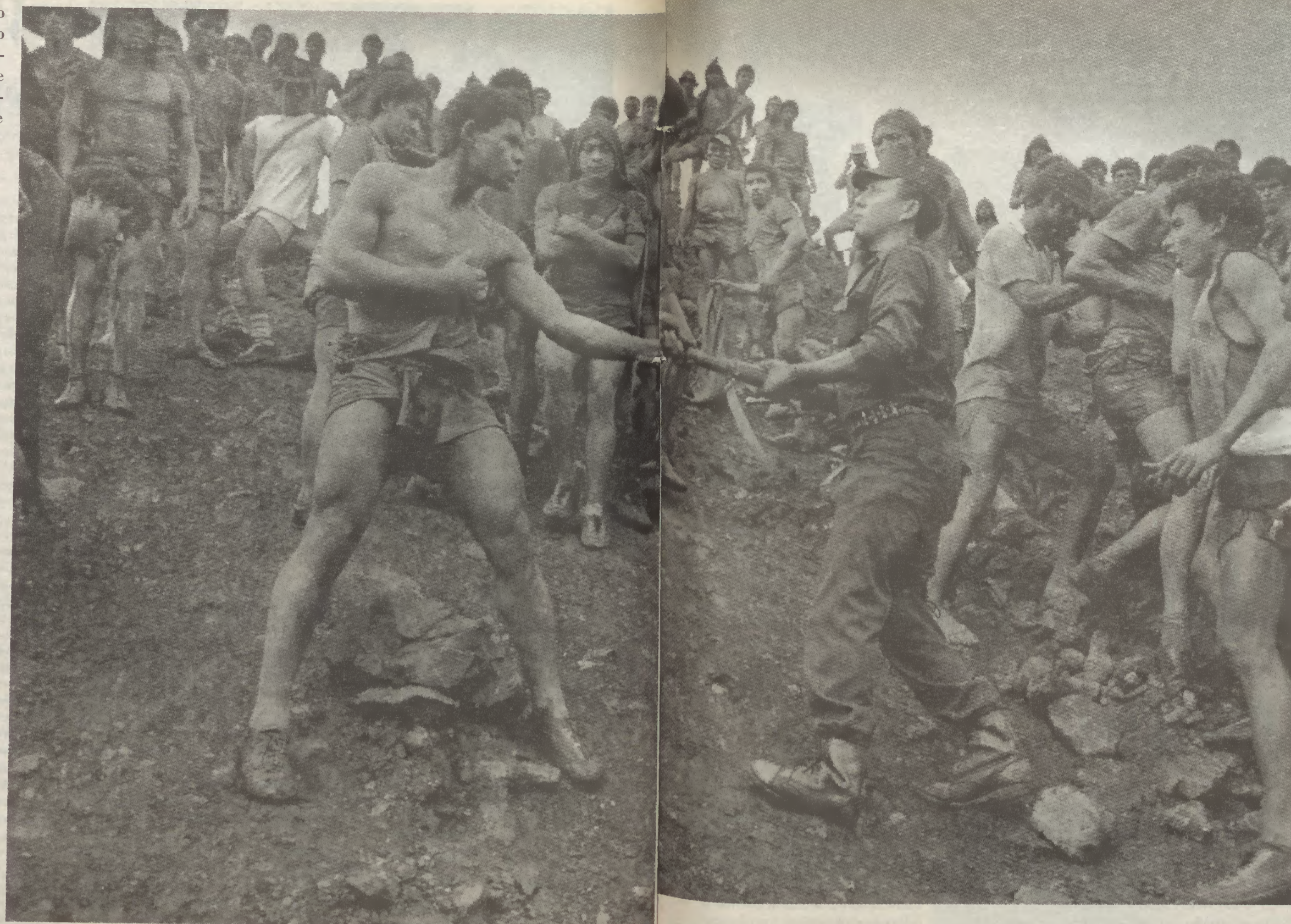
Somente os delegados estrangeiros, vindos dos quatro cantos do mundo, foram 4702, representando organizações de 117 países. Mais de 1800 jornalistas fizeram a cobertura.

● Miguel Urbano Rodrigues

Texto

● Sebastião Salgado

Foto



O brado de Porto Alegre alarma os senhores de Davos

abordadas como pela solidariedade que as suas organizações mobilizam a nível mundial.

Ricardo Alarcon, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba, foi saudado com a maior ovação que ressoou na PUC. Mais do que o tema - uma lúcida exposição sobre a estratégia, os crimes e o desafio à humanidade do Império Americano - foi a lição da Resistência heroica do povo cubano, ou seja, a demonstração de que é possível dizer Não a Washington e recusar o neoliberalismo, optando pelo socialismo, que emocionou quantos o ouviram.

Diversidade

Num Fórum como o de Porto Alegre, marcado pela coexistência de uma enorme diversidade de opiniões de delegados com formações e mundivências diferentes, unidos pela rejeição das políticas neoliberais e pela disponibilidade para as combater, seria inevitável que as intervenções

reflectissem perspectivas também muito diferenciadas no tocante a formulações estratégicas, a aspectos tácticos de lutas em curso, a iniciativas a tomar e, obviamente, ao debate sobre as alternativas.

Essa diversidade manifestou-se tanto ao nível daquilo a que poderíamos chamar de folklore político como no discurso político.

Dois exemplos.

Em Porto Alegre há seis grupos trotskistas que não se entendem. Todos compareceram com as suas bandeiras e palavras de ordem, distribuindo jornais e documentos, desfilarando pelos corredores, vendendo uma abundante literatura.

No campo dos debates sobre a alternativa à barbárie neoliberal foram apresentadas, quase sempre individualmente, muitas sugestões, algumas das quais, mais pelo conteúdo do que pela exequibilidade, chamaram a atenção dos jornalistas. Entre estas se incluiu a do espanhol Manuel Monereo, que no painel sobre a Democratização do Poder Mundial sugeriu que se trabalhe pela criação de

um partido de esquerda mundial, pluralista, não vertical nem hierarquizado, reunindo libertários, socialistas, comunistas, democratas radicais e outros...

A um jornalista que me perguntou o que pensava da ideia apontei os moços trotskistas que em Porto Alegre andam desavindos e comentei apenas que levantar a hipótese de um «partido mundial de esquerda» me parecia coisa tão fantasista como a sugestão do governo dos parlamentares e algumas das «alternativas» criadas pela imaginação fértil de Ricardo Petrella. A unidade possível e desejada das forças progressistas exige realismo; é incompatível com demagogia barulhenta.

Uma das mais felizes iniciativas do Fórum foi a da montagem de centenas de mesas-redondas nele integradas, mas organizadas autonomamente por diferentes instituições ou forças políticas. Nessas «oficinas» - a palavra generalizou-se, servindo para designar sessões e actividades que iam dos debates à apresentação de experiências e a agendas de luta -

a escolha dos conferencistas era da exclusiva responsabilidade da entidade promotora. Participei numa delas, organizada pelo Partido Comunista do Brasil. Durante três dias o auditório da Fundação da Faculdade de Ciências Médicas (400 lugares) encheu-se a transbordar de um público que interveio intensamente nos debates sobre temas como a Economia parasitária, a exclusão social e o autoritarismo; a resistência e a luta dos povos contra o neoliberalismo; e a construção de uma alternativa à barbárie. Entre os conferencistas estiveram Samir Amin, François Houtard, Marta Harnecker, a filósofa argentino-cubana Isabel Rauber, a mexicana Ana Ceceña (estudiosa do movimento zapatista), o sindicalista Victor Gennaro, o chileno José Cardematori, ex-ministro da Economia de Allende, Julio Gambina, coordenador da Atac Argentina, o economista brasileiro Luís Fernandes, Cristóvam Buarque, ex-governador de Brasília, o secretário-geral do PC Colombiano, etc. Uma das mesas

foi presidida por Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre. A maioria das exposições foi fascinante e os debates impressionaram pelo seu alto nível. Samir Amin, que se assumiu «de certa maneira como comunista» foi categórico: para a barbárie capitalista actual não há alternativa fora do socialismo.

Cito estas «oficinas» do PC do B não apenas pelo conteúdo e qualidade das exposições, mas também porque à mesma hora transcorriam dezenas de outras sobre temas variadíssimos, todas voltadas para o objectivo comum do Fórum numa efervescência criadora, militante, na qual o denominador comum era no grande espaço da cidade a reflexão sobre o neoliberalismo globalizado e a busca da alternativa à barbárie por ele instalada na Terra.

Fórum permanente

Não houve Declaração Final do Fórum. Seria um erro pelas característi-

A confissão de Soros

O debate televisivo entre representantes dos dois Fóruns contou em Porto Alegre com uma audiência que, pela paixão, lembrava a dos grandes jogos de futebol.

Na opinião da «torcida» internacional reunida na capital gaúcha o resultado foi de 10-0. Mas esse entusiasmo não leva em conta as reacções no outro lado, isto é, nos países do clube dos ricos.

É significativo, entretanto, o mau humor de George Soros quando, no final, declarou aos jornalistas que não voltará a participar em iniciativas similares. O multimilionário húngaro-americano foi a única estrela do debate via satélite. Terá reagido mal à ausência de personalidades famosas na equipa do Fórum Social.

Merece reflexão a atitude de Soros ao assumir-se perante milhões de telespectadores como um «especulador».

Não é nele inédito o cinismo que exibiu. No seu livro «Soros fala de Soros» não somente revela como levou ao tapete a libra esterlina, como se orgulha da sua proeza de aventureiro. Escreveu então: «Nunca me preocupei com as consequências sociais dos meus actos. Em determinadas circunstâncias, tinha consciência de que as consequências poderiam ser nefastas, mas isso não me interessava, porque eu estava respeitando as regras.»

Nas regras a que alude contemplamos o retrato da engrenagem do capitalismo imperial.

A confissão define o homem que o Fórum de Davos designou para o representar no diálogo com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

Nas palavras do mega-especulador está condensado o espírito do projecto de sociedade do neoliberalismo globalizado, o desprezo pela humanidade dos novos teólogos do mercado que erigem o dinheiro em valor absoluto, deificando-o.

Não é por acaso que Claude Smadja, director do Fórum de Davos, expressou grande preocupação com o alastamento dos protestos contra a globalização neoliberal e com a recusa das políticas dela inseparáveis.

O que era impossível há poucos anos tornou-se uma realidade que alarma a ínfima minoria que controla mais de 80% das riquezas produzidas na Terra.

O brado de Porto Alegre começa a tirar o sono aos responsáveis pelo aprofundamento da desigualdade entre os homens e por um modelo de sociedade que configura ameaça à própria continuidade da vida na Terra.

A ideia de que «um outro mundo é possível» tende a ser assumida por parcelas cada vez mais importantes da humanidade. Avançamos devagar mas com esperança para um futuro melhor.

cas do evento e composição das delegações tentar a elaboração de um documento consensual. Seria inevitavelmente um texto artificial ou inexpressivo que iria desunir em vez de unir, até porque empobreceria o conjunto de propostas.

As decisões tomadas em algumas das «oficinas» - como na dos parlamentares em que participou Ilda Figueiredo, do PCP - serão, entretanto colocadas no site www.worldsocialforum.org. Em Abril, a Comissão Organizadora divulgará uma carta de princípios e as orientações relativas ao próximo Fórum.

A decisão de tornar permanente o Fórum e fazê-lo sempre coincidir com o de Davos foi recebida com entusiasmo.

A capital do Rio Grande do Sul, nesta fase de crescimento e estruturação, será ainda, pela experiência acumulada e a atitude militante do seu povo, a sede do Fórum de 2002. A partir do ano seguinte o evento passará a reunir-se noutras cidades e em diferentes continentes.

No dia 10 de Setembro de 1990, o *Financial Times*, escrevia: «Os Estados Unidos estão a enviar um exército para o Golfo a fim de impedirem o Iraque de fazer ouvir a sua voz no campo dos preços do petróleo, o que poderia resultar numa diferença enorme no orçamento americano e no desenvolvimento da crise real do capitalismo.» Como se sabe, seguiu-se a Guerra do Golfo (Agosto, 1990/Março, 1991) cujas catastróficas consequências para o povo iraquiano são as que todos conhecemos.

● Manoel
de Lencastre

Ontem,
como hoje...

O imperialismo ataca o Iraque



Instrutores
britânicos
treinam forças
iraquianas em
1944, quando o
país estava sob
dominação
britânica

Mas os imperialistas já estão a preparar novos golpes contra o Iraque, como o demonstram os bombardeamentos recentes, e contra os povos árabes na generalidade. Possivelmente, alargarão as suas actividades militares a outras regiões do globo. As constantes conferências no Pentágono entre militares americanos e britânicos e as numerosas visitas de diplomatas ao serviço do governo de Blair à secretária de Estado em Washington fazem prever que está a preparar-se algo mais do que a visita do primeiro-ministro britânico. A pesada mão do imperialismo tem uma negra história de opressão ao Iraque. Vamos lembrá-la.

Nos anos 30, a classe dominante britânica escondia do mundo e do seu próprio povo ter sido ela quem auxiliara Adolf Hitler a rearmar a Alemanha. De repente, verificou que estava a lidar com um ditador que lhe ameaçava os principais interesses. Procedeu de idêntica maneira quando apoiou, entusiasticamente, a chegada de Saddam Hussein e do Partido Ba'ath ao poder. Os reaccionários iraquianos tinham dizimado o Partido Comunista e eliminado milhares dos seus melhores filhos. Anos mais tarde, o jornal egípcio «Al-Ahram» escrevia com a autoridade do próprio rei Hussein, da Jordânia, que os serviços secretos dos Estados Unidos e da França tinham estado na base do golpe que liquidou Kassem e deu lugar à mortal caça aos comunistas que se lhe seguiu.

Colonialismo britânico

Os imperialistas ingleses controlavam o Golfo desde os tempos de Palmerston e, especialmente, após a abertura do Canal de Suez, em 1869. Nessa época, o Iraque achava-se na órbita do Império Otomano que os turcos dominavam. Na alvorada do século XX o comércio iraquiano era já um departamento dos negócios coloniais britânicos.

E durante a 1.ª Guerra Mundial, tropas britânicas invadiam o Iraque e a Síria, incluindo a rica região petrolífera de Mossul. Evidentemente, o aparecimento do movimento nacionalista dos povos árabes, após a guerra, levou os ingleses a adaptarem-se às novas circunstâncias. Em 1920, a Liga das Nações declarava o Iraque sob mandato britânico. Revoltas do povo iraquiano contra a opressão estrangeira e os impostos dela resultantes causaram a perda de mais de 9000 vidas.

Foram as forças britânicas quem primeiro usou bombas de gás naquela região do mundo «com excelente efeito moral». Durante 10 anos teve lugar uma campanha de bombardeamentos contra a resistência popular curda nas províncias do Nordeste. Winston Churchill, secretário de Estado para as Colónias, em 1921, sugeriu a utilização de gás de mostarda nesses bombardeamentos, o que a RAF (Royal Air Force) rejeitou, mas devido a razões técnicas. Harris, o oficial da aviação britânica que, mais tarde, faria da cidade de Dresden um único incêndio, foi dos militares mais activos na campanha anti-iraquiana. Como resultado das acções de guerra dirigidas pela RAF, o Iraque foi transformado num simples cliente da City - um cliente fantoche onde reinava Faisal ibn Hussein, filho de Sharif, de Meca.

Perigo para a Inglaterra

Faisal significava para Londres a «solução árabe» a que poderia ter de recorrer-se. Mas o aparecimento da Standard Oil, dos Rockefeller, na cena económica internacional, constituía um perigo evidente para o poderio imperial britânico na região. O Tratado Anglo-Iraquiano de 1922 garantia o petróleo de Mossul aos britânicos em troca do esmagamento dos curdos e do alinhamento de Londres com Faisal contra as ambições da Turquia. Mas os imperia-

listas compreenderam que a concessão da independência ao Iraque os aliviaria das tarefas de administração do país e das odiosas campanhas de repressão contra as massas patrióticas. Em 1932, depois de os primeiros sindicatos terem sido formados e de uma vaga de greves o ter a isso convencido, o governo de Londres concedeu a autodeterminação ao povo iraquiano sob um regime monárquico encabeçado por Faisal. Nessa altura, não existiam partidos políticos no país, com excepção do Partido Comunista que operava na clandestinidade. A Grã-Bretanha, entretanto, não perdeu tempo em organizar, equipar e treinar um poderoso exército iraquiano. A figura dominante na política interna iraquiana, o fantoche Nuri al-Said, serviu-se desse exército para submeter o país, continuamente, até à revolução de 1958.

Comunistas na linha da frente

As greves de 1944 a 1947 resultaram das exigências económicas dos trabalhadores iraquianos. Mas porque as principais actividades comerciais e industriais do país pertenciam aos ingleses - a exploração dos campos petrolíferos, da rede ferroviária, dos portos, das fábricas têxteis - essas greves assumiram um inevitável carácter patriótico. O povo exigia, também, a saída dos ingleses e um novo regime de autêntica independência. Na frente das lutas populares, os comunistas eram os que mais se sacrificavam pela sua Pátria e pelo povo de que provinham. Por isso, eram o alvo preferido da repressão fascista. A 27 de Janeiro de 1948, a polícia assassinou mais de 300 membros do partido e na sanguinária repressão de 1949 os principais dirigentes e quadros foram executados.

A revolução egípcia de 1952 e a popularidade adquirida por Nasser em todo o mundo islâmico, produziram um ímpeto histórico no movimento de

libertação dos povos árabes. O apoio que lhes era garantido pela URSS fortalecia-os. Como efeito, o regime iraquiano de Nuri al-Said integrou o país no tristemente célebre Pacto de Bagdad inventado por John Foster Dulles, secretário de Estado americano. O Pacto dirigia-se a dois objectivos: a defesa da apropriação do petróleo iraquiano; a união de vários países árabes aos interesses económicos e financeiros ocidentais numa clara política anti-comunista e anti-soviética.

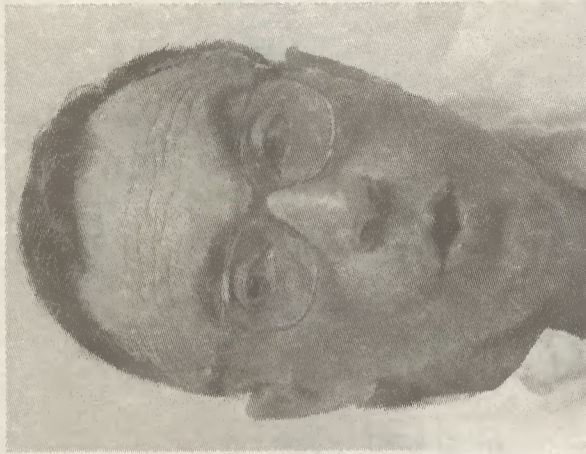
Mas a sede de liberdade do povo iraquiano e a sua luta constante sob o impulso enérgico e patriótico dos comunistas levou à grande revolução de Julho de 1958, tendo-se estabelecido um Conselho Revolucionário de oficiais sob a presidência de Kassem. Nuri al-Said foi morto e a monarquia abolida. O país, então, abandonou o Pacto de Bagdad (a NATO do Médio-Oriente), cortou os laços que o ligavam à Grã-Bretanha e iniciou uma Reforma Agrária que liquidava o poder dos grandes agrários. Em tudo isto, sem dúvida, o Partido Comunista assumia posições de enorme relevância procurando aproximar o povo iraquiano do povo soviético e dos restantes povos do sistema socialista.

Em Abril de 1959, porém, já o director da CIA, Allen Dulles, declarava: «A situação no Iraque é a de maior perigo no mundo de hoje», e indicava: «Os comunistas estão à beira da tomada do poder em Bagdad». Inevitavelmente, as intrigas do imperialismo regressariam em breve à cena política iraquiana. Em Fevereiro de 1963, o golpe reaccionário que matou Kassem e eliminou o surto de progresso já em pleno crescimento, fez regressar a repressão. A matança dos comunistas recomeçou. O imperialismo não tinha desistido. O imperialismo não desistirá jamais. O imperialismo, agora servido por George W. Bush, vai tentar eliminar o Iraque definitivamente. Possivelmente, tentará fazer o mesmo a outros.

Religiões

• Jorge Messias

A expressão que serve de título a esta crónica teve origem em declarações recentes do actual bispo de Fátima/Leiria, D. Serafim Ferreira, a propósito da possibilidade de reintrodução em Portugal da pena de prisão perpétua. Ainda que as probabilidades disso acontecer, em minha opinião, sejam remotas, certo é que o prelado (segundo a *voz corrente*, tão ligado que está ao Opus Dei) surgiu publicamente a concordar com a sugestão. Refira-se, de



A prisão vitalícia

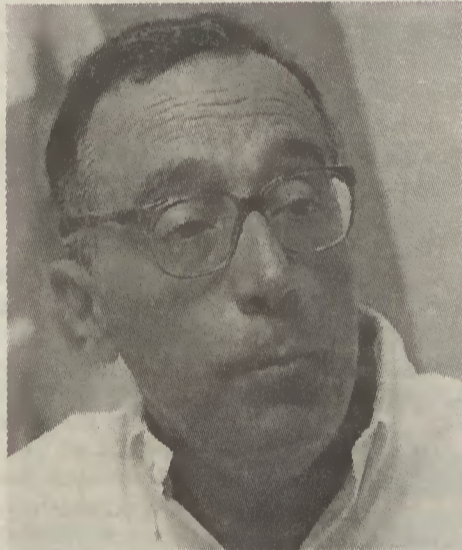
passagem, que o bispo da terra das aparições também desempenha, entre outras importantes funções hierárquicas, o cargo de presidente da Comissão Episcopal para a Acção Social e Caritativa da Igreja. Escolhendo cuidadosamente e com proverbial sabedoria as palavras do seu discurso, o bispo sentiu necessidade de justificar eticamente as posições que defendia. Pena de morte, nunca, visto que Deus é explícito num dos seus mais claros mandamentos - *Não matarás!* Mas outra coisa, diz o bispo, é a prisão perpétua a que D. Serafim, com requintada sensibilidade, prefere identificar como «reclusão temporária, pedagógica e acautelada (...) que pode prolongar-se até se tornar em prisão permanente e, portanto, *vitalícia para o respectivo condenado*». Enquanto assim se expressava, o bispo falava do púlpito, no Santuário de Fátima, na liturgia dos Pastorinhos. Talvez porque a matéria evocasse a infância, D. Serafim aproveitou o ensejo para abordar o escândalo da pedofilia, a qual, caritativamente, considerou «um mal já crónico... um desequilíbrio na harmonia que deve haver numa família e em cada uma das pessoas...».

Meia dúzia de horas decorridas sobre esta homilia, um leigo católico com enorme projecção mediática, o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, aproveitou a sua presença habitual num programa da TVI para comentar, igualmente, as questões relacionadas com a adesão ou não adesão do Estado português ao Tribunal Penal Internacional. O distinto analista é católico puro e duro, «totalmente identificado com a fé e com a doutrina da Igreja», conforme também testemunhou nessa noite. Tal como D. Serafim Ferreira, o professor Marcelo é apontado, pela já citada *voz corrente*, familiar da Obra de Balaguer.

Numa postura perfeitamente natural, o professor dedicou ao ensino o seu tempo de antena. Nesse sentido, começou por

reconhecer que tanto a pena de morte como a prisão perpétua não se enquadram bem na tradição portuguesa e na herança cultural do nosso povo. Certo é, porém, que o processo de globalização em curso tem exigências que é impossível ignorar. Uma delas é a da adesão ao TPI. É que no nosso país há pormenores processuais a que convém atender. Segundo a Constituição da República Portuguesa, recusa-se a pena de morte, a prisão perpétua, as condenações a mais de 25 anos de reclusão e a extradição de detidos para outros estados onde se pratiquem a pena de morte e a *prisão vitalícia*, se usarmos o vocabulário do bispo de Fátima/Leiria.

Marcelo, o jurista, responde então a estas dúvidas transcendentais. *Ao quê e ao como. O TPI é bom, ou é mau?* Marcelo diz que *é bom*. Convém manter as diferenças que caracterizam a legislação portuguesa? Marcelo diz que *sim*. Mas essa posição de princípio não irá, necessariamente, colidir com o Estatuto de Roma? Marcelo diz que *não*. E propõe um procedimento de extrema simplicidade. *Primeiro*, o Estado português revê, nos limites do necessário, a Constituição da República. *Simultaneamente*, procede a alterações do Código Penal que permitam alargar a competência dos tribunais nacionais e nivelar com o TPI as suas capacidades legais. *Depois*, mantém intactos, em nome dos direitos de soberania, os critérios legais que nos distanciam do TPI. «Se ficar claro que os tribunais portugueses não aplicam a nenhum crime a prisão perpétua, isso significa que o TPI, em relação a quem for encontrado em Portugal, nunca virá a intervir...», declara MRS. É o *ovo de Colombo* ou a *nova forma de matar dois coelhos com uma só cajadada*. Se as palavras de D. Serafim Ferreira tresandam a mofo, o nervoso discurso do professor Marcelo recorre a uma prática evasiva e ginasticada de manipulação da realidade. Nada disto tem a ver com as éticas de comportamento, sejam elas cristãs ou não sejam.

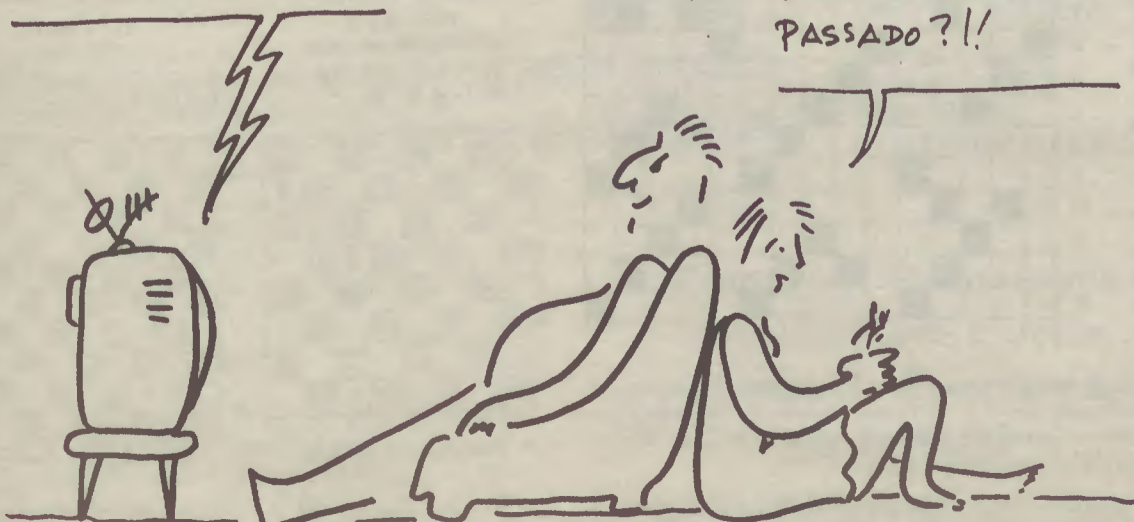


Cartoon

• Monginho

OS COMUNISTAS
QUEREM UMA NOVA
REFORMA AGRÁRIA
PARA O ALENTEJO...

JA' ESTOU A OUVIR
O GUTERRES...
— REFORMA AGRÁRIA?
ISSO NÃO É DO SÉCULO
PASSADO?!!



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Sextilhas por Lisboa

①

Lisboa, a luz em festa
ainda, e as
cores de menina e moça
a louça
que nos resta
da Companhia das Índias.

②

O Poeta.
Saudade.
Uma guitarra.
Cidade
inquieta
sempre de olhos na barra.

③

As escadinhas
dão-nos a mão
na encosta. Afinal
simples adivinhas
com a solução
no último degrau.

④

Tejo. Os caminhos
do mar
cederam ao bloqueio.

Mas os golfinhos
hão-de voltar
ao pátio do recreio.

⑤

Este arrepio
esta ameaça
não vêm do rio.
Este ficar sem voz
ali à Graça
com os olhos de Jau postos em nós...

⑥

Nada se ponha
entre nós e o Tejo.
Quem sonha
com um beijo
veja sempre o Tejo donde
a luz do desejo lhe responde.

⑦

Ulisses não passou
por aqui.
Ulisses ficou
aqui. Ainda ontem o vi.
Penélope, que pouca sorte a tua,
continua a tecer, continua!

⑧

Lúís, Fernando, Cesário.
Fora Lisboa, ora então
que moça é que tem à mão
neste mundo extraordinário
três amores como são
Lúís, Fernando e Cesário...

⑨

Tomámos voz
pelo Mestre de Avis.
Fernão Lopes, que o diz,
fala de nós.
Lê a Crónica. Vê lá
se não te conheces, pá.

Ciência & Tecnologia

Francisco Silva

Novas do genoma humano

Os media trouxeram-nos notícias actualizadas sobre o processo de descodificação do genoma humano. Desta vez, a propósito da apresentação, em 11 de Fevereiro do ano corrente, das versões da sequência do genoma humano, tanto por parte do projecto público - o *Human Genome Project* (HGP) -, lançado nos EUA, mais tarde transformado em consórcio internacional, esta publicada na revista *Nature*, como do lado da empresa norte-americana *Celera Genomics*, o chamado projecto privado, cujos resultados foram publicados na revista *Science*.

O HGP começou por alturas do início dos anos 90, e nessa altura previa-se que levaria uns 15 anos a desenrolar-se. Levou quase menos de um terço do tempo previsto. Por outro lado, em Maio de 1998, Craig Venter, presidente (mais exactamente, CEO - *Chief Executive Officer*) da *Celera*, abandona o HGP e funda esta empresa. Rapidamente, utilizando um processo diferente para a sequenciação dos pares do genoma, a *Celera* chega ao ponto de poder apresentar também a sua versão pela mesma altura do HGP. Agastados, responsáveis do HGP referem que a *Celera* só conseguiu isto porque utilizou os resultados disponíveis na Internet, enquanto a mesma *Celera* restringe o acesso à sua informação.

(A Internet não terá servido para os responsáveis políticos se informarem na devida altura sobre o urânio empobrecido, mas, pelos vistos e ouvidos, constituiu um meio fundamental para a privada *Celera* conseguir apanhar em pouco tempo o projecto público HGP!)

Podera. Como queriam que eles, Craig Venter e os seus, actuassem? Vivemos ou não em economia de mercado, na qual os interesses privados aproveitam todos os recursos disponíveis, incluindo os públicos e da sociedade em geral, como melhor puderem, para maximizar os seus lucros? Por que não o haveriam de o fazer? De qualquer maneira, ainda segundo os responsáveis do HGP, «após terem analisado cópias dos artigos da *Celera* publicados pela *Science*» vê-se que «a abordagem técnica desta empresa (...) falhou» (1).

Mas, aparte estas tricas, que bem mostram o mundo em que vivemos, a principal nova foi a confirmação de que o genoma humano contém cerca de 30 000 genes em vez dos cerca de 100 000 genes estimados até há pouco tempo. Isto é, o genoma humano dispõe apenas de cerca do dobro dos genes contidos no genoma de uma mosca!

A queda a continuar. Já tínhamos percebido que vivemos num pequeno planeta que roda num sistema solar perdido na imensidão do Universo. Já tínhamos engolido aquela de sermos uma espécie aparentada



com os símios. Aparentada, de muito perto. Ainda fomos, mais recentemente, entendendo, enquanto foi sendo completada a cartografia do genoma humano, que se vai tornando também mais claro estar a inquirição por esta via acerca da essência humana condenada a falhar - de facto, aquilo a que se chega, cada dia mais, é à negação da especificidade humana, à unidade profunda de toda a Vida de que nós somos parte. E agora, até um «exíguo» número de genes nos envergonha? Afinal, não são necessários mais genes para dar conta da nossa complexa superioridade de seres conscientes?

É certo, dirão os leitores avisados, desta vez o salto para baixo - a queda - foi bem menor. 30 000 ou 100 000 são quantidades de uma mesma ordem de grandeza. Desdramatizemos, pois. A transformação da quantidade em qualidade apenas requer um certo limiar. Como na ebulição da água, 100°C são suficientes para se obter um vapor «espiritual». A 90°C ou a 50°C, tanto dá, é água. Isto é, macacos ou moscas.

Mas para Craig Venter, o empresário da *Celera* (desculpem estar a citá-lo outra vez!), a questão que se coloca é antes uma outra. Afirma ele não haver nem genes «bons» nem «maus», mas sim redes que existem a vários níveis e diversos tipos de interligações, para além de diferentes estados de sensibilidade à perturbação consoante as situações. E diz tudo isto, a propósito de só possuímos os tais cerca de 30 000 genes. Portanto, continua, um mesmo gene poder ser lido mais do que uma vez para a produção de diferentes proteínas. Acrescenta, por isso, ser a noção de que um gene pode equivaler a uma doença, ou de que um gene produz uma dada proteína, um conceito que está a voar para fora da janela. Mais - e é aqui que bate o ponto dele -, as patentes de genes individuais passarão a ser menos úteis. Onde estará ele a querer chegar? A discussão dos interesses comerciais envolvidos nesta questão pode levar-nos longe. E este tópico das patentes sobre a Vida é com certeza escaldante.

(1) COOKSON, Clive «Human genome projects in setback for war in disease» in *Financial Times*, February 12th, 2001, p. 1.

Pontos Cardeais

Insultos

José Ramos-Horta e Sérgio Vieira de Melo deslocaram-se oficialmente ao parlamento indonésio em Jacarta, o primeiro como responsável pelos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste e o segundo como chefe da administração transitória da ONU para o território (UNTAET). Os anfitriões, a começar pelo próprio presidente do parlamento indonésio, Akbar Tanjung, e continuando em vários parlamentares receberam os visitantes acusando os timorenses de estarem sempre «a fazer declarações hostis», Ramos-Horta de ser «o rosto dessa hostilidade contra a Indonésia», o actual governo de transição de Timor-Leste de ser «constituído em parte por criminosos» e os guerrilheiros das Falintil de serem a mesma coisa que as milícias integracionistas criadas por Jacarta após a aceitação do referendo, pelo que deveriam ser igualmente «julgados como criminosos de guerra».

Por aqui se vê o que o parlamento indonésio devia ser e não é.

Devia ser um órgão legislativo a braços com a ciclópica tarefa de encaminhar, finalmente, a Indonésia para a vida democrática.

Pelos vistos é - ou continua a ser - campo livre para a clique de corruptos que tanto mal fez não apenas aos timorenses mas a todos os povos do imenso arquipélago indonésio.

Sintonias

Diz o novo primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, que os EUA deviam ter uma intervenção «menos directa» no processo de paz israelo-palestiniano, ao que o nova administração Bush presurosamente respondeu que é isso mesmo que pretende fazer, dado que a «nova» prioridade da Casa Branca é... atacar o Iraque. Como eles continuam tão sintonizados...

E a sintonia não podia ficar mais clara: tanto Bush como Sharon acham que o

melhor caminho para a paz é a guerra, onde cada um faz a sua - Israel esmagando a Palestina e os EUA o Iraque. Em nome da liberdade deles, pois claro.

Idiotas

A propósito desta nova sanha dos EUA contra o Iraque, é caso para dizer que se Saddam Hussein foi um idiota útil para a política encabeçada pelo então presidente Bush pai quando invadiu o Koweit, provavelmente a situação está a repetir-se mas com uma nuance: Saddam continua útil mesmo sem invadir coisa nenhuma, porque a idiotia parece estar a mudar de campo...

Carnavais

O ministro Jorge Coelho é imparável a resolver seja o que for com promessas de dinheiro. Há problemas na construção da auto-estrada do Sul? Vem aí mais investimento para resolver o problema. O aeroporto internacional de Lisboa apresenta a extraordinária situação de ter o sistema de radares avariado? É verdade, sim senhor, mas vem já aí um investimento para resolver a coisa. E por aí fora, que isto de prometer ou desbaratar dinheiros públicos não custa nada - sobretudo não custa nada ao ministro Jorge Coelho e seus pares.

O país saiu agora mesmo do carnaval deste ano. O Governo parece que vai continuá-lo pelo ano fora.

Lógicas

Muito circunspecto e grave, o primeiro-ministro António Guterres advertiu os militares - a propósito de alegadas críticas castrenses contra a escolha do novo Chefe do Estado-Maior do Exército sem consultas à hierarquia - de que «a lógica corporativa é do passado».

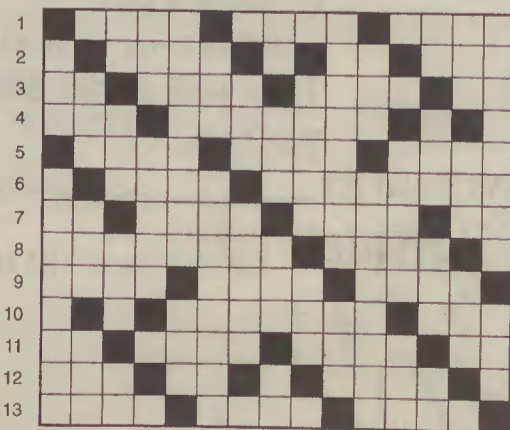
Muito bem, senhor primeiro-ministro. E a lógica do «jobs for the boys» que celebrizou os seus governos? Sendo uma coisa manifestamente do passado (onde deles se usou e abusou), continua ou não com... futuro?

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - O dia 15 de Março, Maio, Julho e Outubro, ou o dia 13 dos outros meses, no antigo calendário romano; renque de árvores; haste delgada e flexível de árvore ou arbusto. 2 - Cantiga; nociva; estrela. 3 - Aqueles; vaga; representação mímica; medida itinerária chinesa. 4 - Virtude; infelicidade. 5 - Red. de motocicleta; expressão para incitar as bestas a caminhar (interj.); espuma que sai da boca de certos animais. 6 - Cabelo raro e delgado; gordurosos. 7 - Transpor; tubo da espingarda ou do canhão; cercadura; nome da letra I (pl.). 8 - Diminuir; narração escrita e autenticada de qualquer acto. 9 - Carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso; pardo; tudo o que promove um movimento. 10 - Planta marantácea; naquele lugar. 11 - A ti; enfurecer; união; atmosfera. 12 - Patrão; amercio (s.q.); direcção (fig.). 13 - Escasso; parente por afinidade; simples.

VERTICAIS: 1 - Debaixo de; contestar. 2 - Prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção; caminho orlado de casas, muros, ou árvores, numa povoação; ave penalta corredora que se assemelha à avestruz. 3 - Oferece; maior; duas vezes; ou (em inglês). 4 - Declamo; parte superior interna de uma casa ou aposento. 5 - Tirar letra ou letras do meio da palavra; sulca. 6 - Suf. nom., de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; transposição de letras. 7 - Camareira; ter tonturas. 8 - Pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; red. depara; sorrir; pref. de origem latina que exprime a ideia de dois, duas vezes. 9 - Dou dentadas; ponto cardeal oposto ao norte. 10 - Árvore da família das moráceas arbóreas, cujo fruto é a amora; sinal gráfico que serve para nasalizar a vogal a que se sobrepõe. 11 - Governanta; conjunto das penas de uma ave. 12 - Notícia anónima que corre publicamente; desejo. 13 - Aquelas; certamente; remoinho de água; érbio (s.q.). 14 - Relação; ruminante bovino empregado em serviços de lavoura, na alimentação do homem, etc.; fileira. 15 - Polisse; o m.q. eiró.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO [N.º 2001X08 / P. B.]
 1. Th4+. Cg4+. 2. Tgg4+. fg. 3. Rg2. Bg3. 4. Th1, h5. 5. Tl1+ e g.

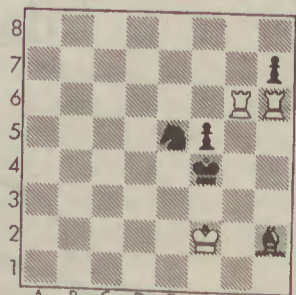
A. de M. M.

Xadrez

DCCXC - 1 DE MARÇO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001X08

Por: P. Bauer
 «Magyar Sakkélet», 1956

Pr.: [5]: Ps. f5, h7 - C65 - Bh2 - Rf4
 Br.: [3]: Ts. g6, h6 - Rf2



Branças jogam e ganham

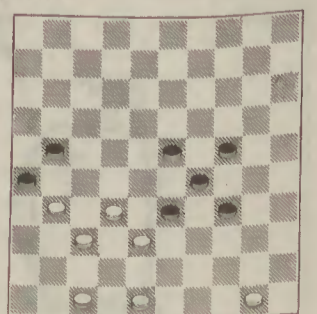
SOLUÇÃO [N.º 2001D08 / A. M.]
 1. 47-41, (33x42); 2. 32-27, (21x32);
 3. 37x39, (26x46=D); 4. 48x37, (46x44);
 5. 50x39 +

Damas

DCCXC - 1 DE MARÇO DE 2001
 PROPOSIÇÃO N.º 2001D08

Por: A. Michels
 NL, 1967

Pr.: [7]: 21-23-24-26-29-33-34
 Br.: [7]: 31-32-37-38-47-48-50



Branças jogam e ganham (1)

SOLUÇÃO [N.º 2001D08 / A. M.]
 1. 47-41, (33x42); 2. 32-27, (21x32);
 3. 37x39, (26x46=D); 4. 48x37, (46x44);
 5. 50x39 +

(1) A 15-2-2001 saiu incorrectamente

A. de M. M.

Coimbra

Centro Norton de Matos – Sexta, 2, às 21h30

COMÍCIO DO 80.º ANIVERSÁRIO

com a participação de
Carlos Carvalhas
e **Armindo Miranda**

Évora

Teatro Garcia de Resende – Domingo, 4, às 16h

COMÍCIO REGIONAL DO ALENTEJO

com a participação de
Carlos Carvalhas
e **Raimundo Cabral**



Exposição sobre a luta e a intervenção do PCP no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a inaugurar no dia 6 às 18h, com a presença do Secretário-geral do PCP **Carlos Carvalhas**. Durante a tarde de 6 de Março, das 13 às 18h estará também patente uma exposição alusiva na Rua Augusta, em Lisboa

Porto

Cinema do Terço – Sábado, 3, às 16h

COMÍCIO DE ANIVERSÁRIO DO PCP

com a presença de
Carlos Carvalhas e **Sérgio Teixeira**
Espectáculo evocativo dos 80 anos do PCP
com a participação de **Manuel Freire**

*

CT Boavista – Terça-feira, 6, às 20.30

JANTAR DE ANIVERSÁRIO

Do Sector Intelectual do PORTO
Espectáculo com música e poesia
Intervenção de **Sérgio Teixeira**

ABRANTES

Almoço comemorativo: dia 3 às 13h, com a participação de **Jorge Cordeiro**.

ALCANENA

Acção de rua durante a manhã no dia 4 (domingo), sobre momentos e locais da luta e da resistência clandestina, com a participação de **José Vitoriano**, que também estará presente no almoço que às 13h tem lugar em Minde.

ALMADA

Abertura da exposição sobre os 80 anos do PCP no CT Alberto Araújo, em Almada: dia 6.

Abertura da exposição sobre os 80 anos do PCP no CT do Pragal: dia 6.

Almoço no Centro de Trabalho da Charneca de Caparica: domingo, dia 4.

AMADORA

Almoço comemorativo na Damaia, dia 4, às 13h, no Centro de Trabalho, com a participação de **Carlos Chaparro**. Plenário de militantes a partir das 16h.

ATALAIA

Almoço de confraternização na Quinta da Atalaia, com intervenção de **Domingos Abrantes**: sábado, 3, a partir das 13h (Inscrições: cam. Isabel Marques – CT da R. Soeiro Pereira Gomes – Tel. 217813800).

CASCAIS

Sessão comemorativa do 80.º aniversário na Colectividade de 1.º de Maio, em Tires, promovida pela Comissão Concelhia do PCP, com a participação de **Rosa Rabiais**: domingo, 4.

ENTRONCAMENTO/BARQUINHA

Almoço comemorativo na Quinta da Ponte da Pedra (no restaurante «A Palmeira»), organizado pelas Comissões Concelhias de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, com a participação de **Euclides Pereira**: domingo, dia 4, às 12h30.

ESPINHO

Jantar comemorativo, com entrega dos novos cartões do Partido: dia 3, às 20h, no restaurante «O Casarão do Emigrante», em Paramos. No CT do PCP, às 16h, colóquio sob o tema «O Comunismo Hoje».

LISBOA

Voz do Operário – Jantar comemorativo na Caixa Económica Operária, com a participação de **Martinho Batista**: dia 2 às 20h. Encontro de **José Casanova** com os trabalhadores da Voz do Operário: terça-feira, dia 6.

Sector de Transportes da ORL - Jantar com a participação de **Rosa Rabiais**: sexta-feira, 2, 19h30, CT Vitória.

Sector da Função Pública – Almoço comemorativo na Adegua da Quinta da Atalaia: dia 3 às 12h30.

Freguesia de S. João - Almoço comemorativo do 80.º Aniversário do PCP: sábado, 3, às 13h, na Voz do Operário.

Célula da CML – Jantar comemorativo do 80.º aniversário no CT Vitória, com a participação de **Rosa Rabiais**: dia 8.

Freguesias de Ameixoeira, Charneca e Lumiar – Almoço com a participação de **Lúisa Araújo**: sábado, dia 10, às 13h, no CT do Lumiar.

Sta. Maria de Belém – Almoço-convívio com a participação de **Rosa Rabiais** e projecção do filme «Comunistas Portugueses»: dia 11 a partir das 12h30 (Inscrições: CT Ajuda – 213645566).

MARINHA GRANDE

Jantar de aniversário no Clube Desportivo de Casal Galego, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 10 às 20h.

ODIVELAS

À conversa com... **Odete Santos** sobre o PCP, no seu 80.º aniversário. Sexta-feira, 2, 18h, Biblioteca D. Dinis.

OLHÃO

Almoço comemorativo do 80.º aniversário com a participação de **Conceição Morais**: domingo, 4, às 13, no restaurante «El Duvic».

OEIRAS

Almoço-convívio da freguesia de Carnaxide: domingo, 4, às 13h, no CT, com a participação de **Carlos Aboim Inglez**.

Almoço-convívio da freguesia de Queijas: domingo, 4, às 13h, no CT, com a participação de **Paula Henriques**.

OURIQUE

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de Panoias, com a participação de **José Casanova** e de **José Soeiro**, cabeça de lista da CDU à CM de Ourique: sábado, dia 3, às 13h.

PAREDES

Almoço comemorativo na Quinta da Costa em Aguiar de Sousa, com a participação de **Odete Santos**: domingo, 4, às 13h.

QUINTA DO CONDE

Almoço comemorativo no CT da Quinta do Conde, com a participação de **Vicente Merendas**: domingo, dia 11, às 13h.

SINTRA

Convívio comemorativo do aniversário do Partido no Salão da Junta de Freguesia do Cacém, com a participação de **Carlos Grilo**: dia 3, às 15h.

TORRES NOVAS

Jantar no restaurante «Casal de Arroiteia» (na estrada Torres Novas-Brogueira) promovido pela Comissão Concelhia do PCP, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: terça-feira, 6, às 20h (Inscrições até 1 de Março, tels. 249822050 e 933183266).

UISEU

Almoço comemorativo no restaurante «Gestur» (Fenafrotas), com a participação de **Armindo Miranda**: domingo, dia 4, às 13h.

Almada

Plenário de militantes da freguesia do Laranjeiro, sobre trabalho autárquico e eleições autárquicas: sexta-feira, 2, 21h, CT do Laranjeiro

Plenário da célula da AIPICA: dia 2, no CT Concelhio

Plenário de militantes de Caparica e PIA: dia 3, às 15h, no CT da Caparica

Amadora

Plenário de militantes do Sector de Empresas, com a participação de **Domingos Abrantes**: hoje, quinta-feira, 18h30, Centro de Trabalho da Amadora

Lisboa

Reunião do OD com os eleitos autárquicos da Zona Norte: terça-feira, 6, às 21h, no CT Vitória.

Reunião promovida pela DORL com o Movimento Associativo de Pais: sábado, 3, das 10h30 às 13h no CT Vitória.

Plenário de militantes da freguesia de Olivais: sábado, 3, 15h, na Bedeteuca

Plenário de militantes da freguesia da Pena: quinta-feira, 1, 18h30, no CT Vitória

Oeiras

Plenário de militantes de Paço d'Arcos sobre a situação política e Autárquicas 2001, com a participação de **Leonor Barão**: sábado, 3, 15h30, no CT de Paço d'Arcos.

Plenário de militantes da freguesia de Barcarena, com a participação de **Clarinda Nogueira**: sexta-feira, 2, às 21h, na Colectividade de Leceia

15 Fevereiro 1931



70º aniversário do Avante!

Santarém

1 de Março, 21h30, DEBATE com **JOSÉ CASANOVA**: «O «Avante!» e a luta do PCP»

Alhos Vedros

3 de Março, 15h, na Cooperativa de Consumo DEBATE com **LEANDRO MARTINS** De manhã: divulgação do «Avante!» na zona comercial

Baixa da Banheira

3 de Março, 15h, no Centro de Trabalho DEBATE com **RUBEN DE CARVALHO**

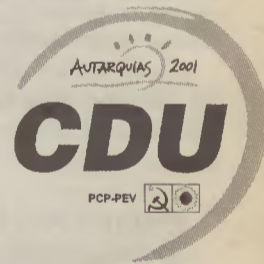
Romagem ao Mausoléu evocativo dos mortos do Campo de Concentração do Tarrafal

no Cemitério do Alto de S. João

Dia 3 de Março, às 11 horas

Jornadas

Autárquicas da CDU



na Freguesia de S. Vicente de Fora

A Organização do PCP em S. Vicente de Fora promove de 5 a 10 de Março uma jornada de informação em toda a freguesia, que compreende nomeadamente a visita às escolas e a coletividades ali localizadas. Nestas Jornadas Autárquicas inclui-se ainda a sessão-debate marcada para quarta-feira, dia 7, às 21h, na Voz do Operário e subordinada ao tema «O trabalho dos comunistas nas autárquias», assim como o almoço-convívio comemorativo do 80.º aniversário do PCP – a realizar no dia 10, sábado – que as encerrará.

AGOSTINHO LOPES em Barcelos e Esposende

Na sua qualidade de deputado eleito pelo círculo de Braga, Agostinho Lopes desloca-se em visita de trabalho, no próximo sábado, a Barcelos (com visita a Rio Côvo – Sta. Eulália – e Santa Luzia) e a Esposende, onde se encontra com a Comissão de Pescadores sobre os problema da Barra e visita o Centro de Saúde de Fão. Às 19h30, Agostinho Lopes participa num jantar durante o qual serão apresentados os cabeças de lista da CDU os órgãos municipais de Barcelos.

ATVer

Deste western hollywoodesco, serôdio e linear filmado em Espanha resta, apesar de tudo, a presença de Burt Lancaster

O Enigma do Horizonte

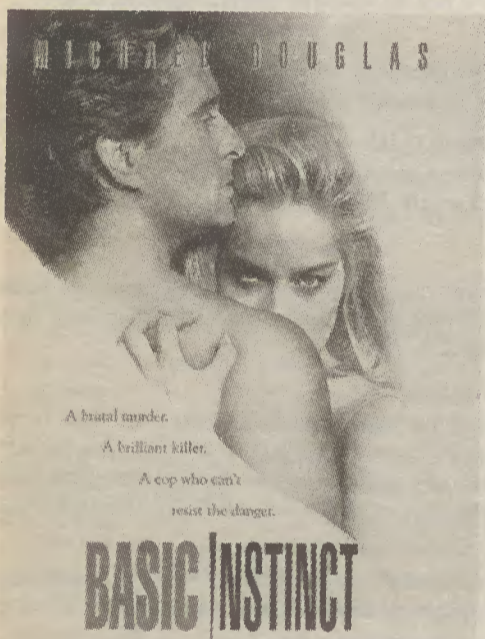
(Sábado, 3 de Março, na SIC)

Neste **Enigma do Horizonte** estamos em 2047, numa nave de salvamento em missão a Neptuno, onde encontra uma outra nave entretanto desaparecida e agora tomada por um inimigo desconhecido com quem a tripulação de resgate vai travar um combate mortal pela sobrevivência. Estamos, obviamente, na chamada ficção científica. Estamos, obviamente, perante mais uma «citação» do celeberrimo (e nunca igualado) **Alien**, o **Oitavo Passageiro**. Dá para entreter quem gosta do género.

O Segredo

(Domingo, 4 de Março, SIC)

Desta vez a SIC Filmes, no seu louvável investimento na produção de cinema nacional, apresenta-nos um melodrama realizado por Leandro Ferreira e com data já deste ano onde se conta a história de um triângulo amoroso reactivado por uma razão dolorosa: a descoberta de uma grave doença na filha de um casal, que exige um transplante de medula óssea e conduz à constatação de que a menina é filha de uma anterior ligação da mãe, conduzindo igualmente ao reencontro desta com o antigo namorado e pai biológico da menina, com os dramas que se seguem. Interpretações a cargo de Ana-



Na altura da estreia, **Instinto Fatal** atraiu multidões por causa das (não) cuequinhas de Sharon Stone. Hoje, essa «esperteza» comercial não passa de uma curiosidade e o filme continua a ser um thriller de mão cheia

bela Teixeira, João Cabral, Marcantonio Del-Carlo, Ana Padrão, Ana Bustorf e Maria do Mar.

Instinto Fatal

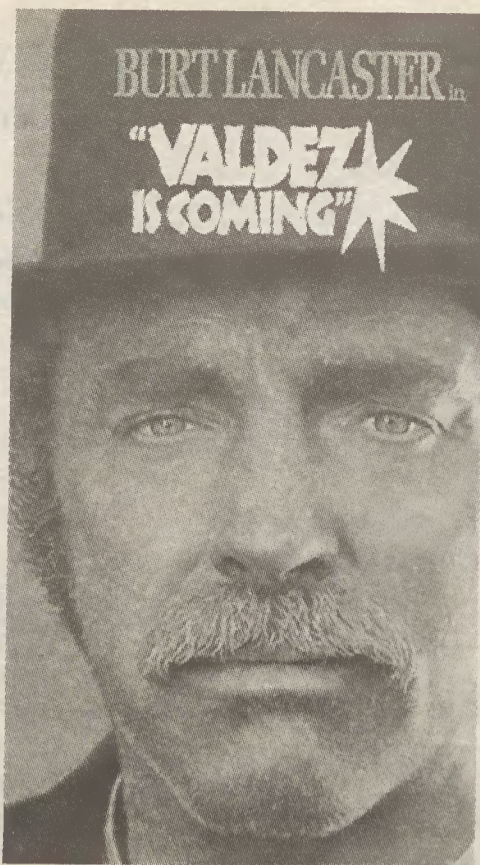
(Domingo, 4 de Março, SIC)

No mesmo dia, a SIC volta a exhibir este conhecido **Instinto Fatal**, um *thriller* erótico dos anos 90 que ficou amarrado à famosa cena em que Sharon Stone cruza as pernas e exhibe despididamente o sexo perante uma plateia de detectives (e espectadores!) boquiabertos, parecendo quase injusto que o filme seja recordado por aí: na verdade, este «policial» sobre a investigação de sucessivos crimes praticados por um assassino em série tem muito mais cinema dentro que a fugaz falta de cuequinhas da Stone, aliás aqui num dos grandes papéis da sua carreira.

O Bravo

(Domingo, 4 de Março, RTP-1)

Este filme perturbante põe em cena a miséria humana e moral que também campeia nos EUA, ao contar a história de um índio americano desempregado que, para tirar a família da miséria, aceita deixar-se assassinar num filme clandestino a troco de 50 mil dólares. Não foi por acaso que este primeiro filme de Johnny Depp (não confundir com o actor do mesmo nome) contou com a participação de Marlon Brando, geralmente disponível para a denúncia do genocídio dos índios norte-americanos pela

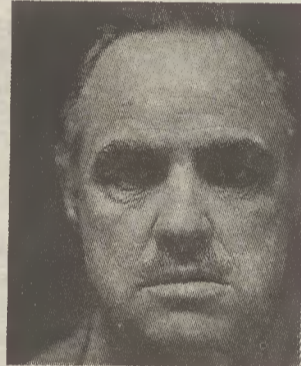


colonização branca e subsequente humilhação na «terra das oportunidades». É claro que a «máquina» de Hollywood não se entusiasmou com este projecto, apesar de tão americano...

Valdez (Valdez is Coming)

(Segunda-feira, 5 de Março, RTP-1)

«Americano» é também este *western*, mas agora nas boas graças de Hollywood. Realizado em plena decadência do género (1971), **Valdez** põe de pé um dos arquétipos das fitas de *cowboys* – um xerife a ajustar contas com o mau da fita através de uma expedição punitiva onde vai eliminando um a um todos os seus capangas até ao duelo final, pessoal e intransmissível... Filmado em Espanha (na altura um «Oeste» muito mais barato para a indústria norte-americana), tinha como figura de cartaz Burt Lancaster, provavelmente o único motivo de interesse que lhe ficou.



O Bravo interpela com algum desassombro a miséria em que foram encurralados os escassos sobreviventes do genocídio dos índios nos EUA, a par das perversões e miséria que proliferam actualmente no país. Marlon Brando fez questão de participar

Sermões – a História de António Vieira

(Quarta-feira, 7 de Março, RTP-1)

Eserito, produzido e realizado em 1989 por Júlio Bressane tendo por suporte os próprios textos do padre António Vieira, estamos perante um trabalho honesto na abordagem da vida e obra desta figura maior da cultura tanto portuguesa como brasileira, com o pormenor de ser do Brasil que vem, mais uma vez, com algum empenho no tratamento ficcional de Vieira.

Segredos de Estado – Os Homens do Presidente

(Dias 6, 7 e 8 de Março, SIC)

Factos políticos contados e comentados pelos principais protagonistas não é, exactamente, o modelo indicado para fazer História, mas dado tratar-se de um série de três episódios produzida pelo canal franco-alemão ARTE que pretende «contar» a política internacional norte-americana do pós-guerra através de depoimentos de gente como o presidente Gerald Ford, os secretários de Estado Henry Kissinger, Alexander Haig, George Schultz, James Baker ou vários secretários de Defesa (McNamara, Schlesinger, Weinberger, etc.), entre muitos outros, vale sempre a pena ouvi-los, vê-los... e cruzá-los com a sua própria história em questões tão sérias como a crise dos mísseis de Cuba, a guerra do Vietname, o derrube de Allende, a guerra de Yom Kippur, o «Irangate» ou a guerra do Golfo...

Quinta, 1

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.00 Ramona
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Informação
23.45 Turnos de Risco
24.45 24 Horas
01.15 «Decisão Final» (de David Michael O'Neil, EUA/1998, com Charlie Sheen, Christopher McDonald, David Sherrill. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Zapping
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV



«Grande Informação» Reportagem seguida por um debate

19.30 História do Cinema Português
20.10 Viver no Campo
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Cinema do Mundo» Longa Metragem

▼ SIC

08.00 Buêréé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Engracadinha... Seus Amores e Seus Pecados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Acorrentados
22.00 Laços de Família
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas Depardon-Délits Flagrants
03.45 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.00 Batatoon
17.45 Jardins Proibidos
19.00 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother
23.05 «Watch Me» (de Lipo Ching, EUA, com Jennifer Burton, Robert Medford, Kehli O'Byrne. Sensual)
01.05 Última Edição
01.55 «Sem Rasto» (de Nigel Dick, EUA/1994, com Michael Madsen, Lisa Bonet, Gary Stretch. Suspense)
03.55 Os Segredos de Verónica
04.25 S.O.F. Força Especial

Sexta, 2

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.45 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 «No Trilho da Droga» (de Gus Van Sant, EUA/1988, com Matt Dillon, Kelly Lynch, James Remar. Drama)
01.55 Grande Prémio da Austrália em Formula 1

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.30 História do Cinema Português (Último)
20.15 Viver no Campo
20.45 O Tal Canal
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
24.00 A Outra Face da lua
01.30 «Os Monstros» Longa Metragem

▼ SIC

08.00 Buêréé
09.30 Acorrentados
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Engracadinha... Seus Amores e Seus Pecados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Acorrentados
22.00 Laços de Família
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.00 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother
23.05 «Watch Me» (de Lipo Ching, EUA, com Jennifer Burton, Robert Medford, Kehli O'Byrne. Sensual)
01.05 Última Edição
01.55 «Sem Rasto» (de Nigel Dick, EUA/1994, com Michael Madsen, Lisa Bonet, Gary Stretch. Suspense)
03.55 Os Segredos de Verónica
04.25 S.O.F. Força Especial

«Olhos de Água» Nova telenovela portuguesa



Sábado, 3

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Sete em Miami
16.00 Felicity
17.00 Longa Metragem
18.00 «Doutor, Agora é Que São Elas» (de Gerald Thomas, Reino Unido/1969, com Kenneth Williams, Jim Dale, Sidney James. Comédia)
20.00 Telejornal
21.00 Sábado à Noite
23.00 Lei Marcial
24.00 24 Horas
24.20 «Terrenos Perigosos» Longa Metragem
01.50 Máquinas
02.30 Grande Prémio Austrália em Formula 1

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 Filme de Acção
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder III» «A Família Royle» «O Riso ao Poder»)
01.30 «Zombie And The Goshit Trains» Longa Metragem
03.30 Prazeres

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malucos do Riso
14.30 «O Cão Zorolho» (de Mick Jackson, EUA/1994, com Dana Carvey, Valeria Golino, James Earl Jones. Comédia)
16.30 «Mentes Perigosas» (de Hart Bochner, EUA/1996, com Jon Lovitz, Tia Carrere, Louise Fletcher. Comédia)
18.30 Mundo Vip
19.10 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
23.00 Herman Sic
01.00 Sexappeal
02.00 «O Enigma do Horizonte» (de Paul Anderson, EUA/1997, com Laurence Fishburne, Sam Neill, Kathleen Quinlan. Ver Destaque)
04.20 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
12.20 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 4ª a Fmudo
15.15 Caras Lindas
17.00 «O Último Comando» (de Sheldon Lettich, EUA, com Dolph Lundgreen, Sherri Alexander, Joe Michael Burke. Acção)
19.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Bora Lá Marina
24.00 112
24.30 Lux
01.15 «Os Filhos da Escuridão» (de Michael Switze, EUA, com Bill Smitrovich, Tracy Pollan, Peter Horton. Drama)
03.15 «Sem Lei Nem Perdão» (de Gene Quintano, EUA, com Emilio Estevez, Howie Long, Joaquim de Almeida. Acção)
05.15 O Segredo do Amor

A talhe de foice

• Anabela Fino

Execução on line

O grupo Entertainment Network Inc (ENI), com sede em Tampa, na Florida, pretende transmitir em directo na sua página na Internet a execução, marcada para 16 de Maio, de Timothy McVeigh.

McVeigh, um antigo militar de 32 anos que combateu na Guerra do Golfo e pertencia a uma milícia da extrema-direita, foi condenado à morte pelo atentado de Oklahoma City, em 1995, que fez 168 mortos. De acordo com uma notícia da agência Lusa, o presidente daquele grupo de entretenimento, David Marshlack, já apresentou por escrito a sua pretensão às autoridades prisionais norte-americanas. Alega o responsável da ENI que o próprio condenado terá manifestado o desejo de a sua execução ser divulgada, e que a transmissão teria a «vantagem de responder à exigência do país inteiro de encerrar este episódio terrível». Para que a «vantagem» ainda possa ser maior, e antecipando eventuais críticas à sua iniciativa, a ENI anunciou ainda que pretende cobrar nesse dia 1,95 dólares (ou seja, menos de 400\$00) pelo acesso ao «site», de forma a dissuadir os menores de acederem ao macabro divertimento. Para que não restem dúvidas da bondade da intenção, informa-se que o dinheiro recebido irá para um fundo destinado aos familiares das vítimas do atentado.

Pode ser que a argumentação exposta possa ser convincente num país onde continua a vigorar a pena de morte, apesar de se afirmar campeão dos direitos humanos. Pela nossa parte, não passa de uma desculpa esfarrapada para violar a última fronteira que ainda resta na preservação da dignidade humana. E com a mais vil das intenções: o lucro a qualquer preço.

A ENI não o refere, mas com a iniciativa visa arrecadar chorudos proventos, provavelmente milhões de dólares, à conta da publicidade que não deixará de captar para o espectáculo. E como o acesso ao «site» será pago por uma quantia irrisória, o preço não só não dissuadirá ninguém como servirá de engodo para as famílias das vítimas darem o aval à pretensão do grupo. Mais, a pretexto da ajuda, não faltará quem legitime a acção, escondendo a sua curiosidade mórbida sob a capa da solidariedade.

Desconhece-se qual a resposta das autoridades norte-americanas à ENI, mas a chegada à Casa Branca do homem que se orgulha de ter sido governador do Texas, o estado que bate o recorde das execuções (e também dos erros judiciais, recorde-se), faz esperar o pior.

Numa altura em que em Portugal algumas figuras públicas se desdobram em justificações para legitimar a introdução da prisão perpétua na Constituição do país, vale a pena parar para pensar nesta «novidade» que nos chega dos EUA. É com políticas destas, de gradual renúncia a valores fundamentais, que se vai perdendo o que de melhor produziu a civilização. Hoje é a prisão perpétua, amanhã o que será?

Se a pena de morte é por si só a expressão do que mais bárbaro subsiste nas nossas sociedades, o espectáculo público da execução, a exemplo do que sucedia na Idade Média, constitui uma regressão civilizacional que não pode deixar de provocar a mais profunda indignação e preocupação.

Sindicato do Calçado afirma que não há fundamento legal para o despedimento

Trabalhadores da Clark voltam à rua

Em luta contra o despedimento colectivo da unidade da empresa de calçado de Arouca, Aveiro, os operários da C&J Clark manifestam-se no próximo sábado em Castelo de Paiva

O Sindicato da Indústria do Calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra acusou, na passada semana, a multinacional C&J Clarks de não ter «fundamento legal» para iniciar um processo de despedimento

Desde a primeira hora o PCP tem estado ao lado dos trabalhadores

colectivo que abrange 367 dos 453 trabalhadores da sua unidade de Arouca, Aveiro.

Esta posição foi expressa durante uma reunião, em São João da Madeira, com responsáveis da empresa, da Direcção do Instituto para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho e do Centro Regional de Segurança Social.

Segundo a estrutura sindical, a documentação que foi entregue pela entidade patronal indica que «a empresa dispõe de mão-de-obra competente, produz obra com grande

qualidade e sempre gerou, e continua a gerar, lucros substanciais».

Neste quadro, o Sindicato decidiu manter a convocatória de uma segunda manifestação de protesto contra os anunciados despedimen-

tos, que terá lugar no próximo sábado, dia 3, em Castelo de Paiva. Recorde-se que a primeira manifestação realizou-se em 2 de Fevereiro, em Arouca, tendo reunido um milhar de pessoas, na qual esteve presente Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, entre outros dirigentes comunistas, e de outras forças políticas.

PCP solidário

Entretanto, o sector de empresas da Direcção Regional de Aveiro do PCP



A primeira manifestação da Clark teve a participação do secretário-geral do PCP

Rescisões

ou despedimentos?

Perante a total passividade do Governo, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a colocar o caso da Clark no Parlamento aproveitando a presença do secretário de Estado do Emprego. Na sua resposta, este membro do Governo reconheceu que a empresa beneficiou da isenção de pagamento de contribuições para a segurança social, mas declarou-se incapaz de travar o processo de despedimento.

É isto porque o que se estava a viver na empresa, disse, não era um processo de despedimento colectivo, mas sim de rescisões voluntárias, escamoteando desta forma o facto destas rescisões serem o resultado da forte pressão exercida sobre os trabalhadores.

(DORAV) já expressou o seu apoio à manifestação, na qual se fará representar por uma delegação constituída por dirigentes e deputados do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Em comunicado, a DORAV sublinha que o PCP tem estado ao lado dos trabalhadores contra os despedimentos e pela manutenção dos postos de trabalho. Para além da denúncia pública através da divulgação de comunicados e

outras iniciativas, o PCP tem acompanhado este processo através de membros da direcção da DORAV e da deslocação à empresa do deputado Vicente Merendas.

Utilizando os mecanismos que dispõe, o PCP exigiu a intervenção do Governo junto da administração da Clark para anular o processo de despedimento colectivo. Junto da Comissão Europeia, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo denunciou o facto de terem sido atribuídos subsídios com o objectivo de criar e manter empregos e exigiu medidas ao executivo comunitário para obrigar a empresa a honrar os seus compromissos.

Ainda na Assembleia da República, o PCP foi o único partido a apresentar um projecto de resolução sobre a adopção de medidas legislativas contra a deslocalização de empresas multinacionais para outros países, depois de terem usufruído de grandes apoios financeiros tirados dos bolsos dos trabalhadores. Apesar de ter sido aprovado, foi metido na gaveta.

Hoje à porta da Telecel

A Direcção Nacional da Interjovem, estrutura juvenil da CCGT-IN, inicia às 16 horas de hoje, quinta-feira, uma campanha nacional contra a precariedade laboral. O local escolhido, para onde a Interjovem já convocou a imprensa, é junto do serviço de clientes da Telecel, nas Torres de Lisboa, na Estrada da Luz. E a escolha faz todo o sentido: «97 por cento dos que ali trabalham têm vínculo precário», afirma a Interjovem considerando que «este é um caso exemplar de violação da legislação laboral em vigor».

No lançamento da campanha, que decorrerá a nível nacional sob a designação «Precariedade, vergonha nacional», a estrutura promove um encontro com a imprensa em que irá

denunciar a utilização abusiva dos vínculos em várias empresas e os seus efeitos nas condições de trabalho e níveis salariais dos jovens. Na ocasião serão ainda divulgadas as propostas da interjovem para reduzir as dimensões do problema.

Professores

A Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro reúne hoje e amanhã, em Coimbra, para avaliar os processos negociais em curso e preparar acções e lutas a desenvolver pelo sector durante Março. O SPRC vai discutir ainda a sua participação no 7.º Congresso Nacional dos Professores, que se realiza de 21 a 23 do corrente mês.

Presidente de Cabo Verde anunciado sábado

O novo presidente de Cabo Verde só deverá ser anunciado no sábado ou na segunda-feira pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Isto apesar da Direcção dos Serviços de Apoio ao Processo Eleitoral (DSAPE) já ter dado como vencedor das eleições presidenciais Pedro Pires, com uma vantagem de 164 votos.

Carlos Veiga, o outro candidato, contesta estes resultados e declara-se também vencedor, com mais 214 votos do que Pires. Carlos Veiga promete recorrer aos tribunais se o apuramento final apresentar resultados diferentes.

Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde durante 15 anos e líder do PAICV, afirmou que se trata de uma «vitória muito sofrida, apertada e que tem exigências». De acordo com a agência Lusa, Pedro Pires comprometeu-se a dialogar com todas as forças políticas, com os representantes da sociedade civil e das confissões religiosas.

